

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

4.^a

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues

Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se de seguida à chamada, estando presentes cinquenta e três elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Alfredo Justino Ribeiro, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purrало Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora e Alzira Prazeres Paulo Afonso. -----

----- Foi justificada a falta ao Deputado Municipal, Afonso Henrique Pinto Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----
 ----- 1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----
 ----- 1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----
 ----- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
 ----- 2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----
 ----- 2. 2 *Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2006”;* -----
 ----- 2. 3 *Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2006”;* -----
 ----- 2. 4 *Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2006”;* -----
 ----- 2. 5 *Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2006”;* -----
 ----- 2.6 *Análise e deliberação sobre “PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1.268.084,00 €”;* -----
 ----- 2.7 *Análise e deliberação sobre “ADESÃO AO PROJECTO NORDESTE 21. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE”;* -----
 ----- 2.8 *Análise e deliberação sobre “REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS EM BAIXA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS NO CONCELHO DE MOGADOURO – OFÍCIO DAS ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. PROPOSTA DA CÂMARA PARA A SAÍDA DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO DAS ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A.”;* -----
 ----- 2.9 *Outros Assuntos.* -----
 ----- 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, antes de apresentar o ponto para discussão, chamou a atenção para o facto de, a partir desta data, os Grupos Parlamentares com assento nesta Assembleia, disporem de amplificação sonora numa tentativa de se simplificar e melhorar os trabalhos desta Assembleia. Referiu ainda que, no uso da palavra, e nos termos do Regimento desta Assembleia, os senhores Deputados Municipais deveriam continuar a dirigir-se à tribuna para proferirem as respectivas intervenções, porque não era correcto falar de costas para a Assembleia ou para a Mesa. Chamou também a atenção dos senhores Deputados para o cumprimento dos tempos de intervenção, para se poderem coordenar os trabalhos com a melhor vontade e com maior responsabilidade. -----

----- De seguida, apresentou o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: ----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** sobre o tema em apreço, pediu que rectificassem, na primeira página, a data da acta que, por omissão, se

referia ao dia vinte e três de Abril, tendo aquela sessão sido realizada a treze do mesmo mês. -----

----- De seguida, declarou abertas as inscrições para uso da palavra sobre o assunto em apreço. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** foi o primeiro inscrito a usar da palavra para dizer o seguinte: “Sobre este ponto, de apreciação da Acta, eu começaria por referir o seguinte (porque «quem não se sente não é filho de boa gente», e o senhor Presidente da Assembleia, aliás, tal como eu, também é filho de boa gente, porque tive o grato prazer de conhecer os seus pais e de os considerar muito e de ser amigo deles, de gostar deles, quando era miúdo porque, inclusive, tenho o prazer de recordar até com muito grata satisfação o «tio corage» e o souto do «tio corage» onde eu trocava cornissós por latas de sardinhas de conserva) mas, vem este intróito a propósito de uma transcrição feita na acta, na página cento e oitenta, onde o senhor Presidente da Assembleia refere – e é transcrito – o seguinte: (apesar de não estar identificada o destinatário dessa transcrição) é dito assim: «o senhor, a mim, não me esteja aqui a pôr contemplanções de tempo, que eu estou a usar o primeiro tempo e, seja educado, porque eu também fui para consigo» – eu não me lembro, não creio, ter sido mal educado para ninguém, aliás, não preciso de fazer grande esforço e, passe a falsa modéstia, para não ser mal-educado com ninguém; pronto, não creio que tenha sido mal-educado para com o senhor Presidente da Assembleia e também não vou fazer disto «cavalo de batalha» e nem vou fazer o que muitas vezes normalmente, nestas coisas se faz, e cair no ridículo de solicitar um pedido formal de desculpas públicas – não vou fazer isso, obviamente – o que apenas peço ao meu amigo (porque o considero assim) Ilídio Granjo Vaz, que dispa a «pele» de político, porque a política não vale tudo, mas que dispa a «pele» de político e, se é meu amigo, é-lhe muito fácil pedir desculpas como amigo, não como político. Eu sei o que aconteceu aqui: foi um gesto que eu tive, eu sei perfeitamente o que é que isso foi, mas também não tem importância. Bom, mas se não conseguir despir a pele de político também não vem mal nenhum ao mundo – isto é esquecido logo que eu reocupe o meu lugar ali na bancada. Para terminar isto rapidamente, no seguimento dessa transcrição, e já não são palavras do Presidente da Assembleia – são já palavras do relator da acta – que acrescenta: «... respondia assim (portanto, assim o Presidente da Assembleia) para alguém de uma bancada». Ora, a palavra «alguém» – aqui não há alguém nem ninguém – aqui há pessoas, há Deputados Municipais. «Alguém» fica assim um pouco feio, não é? Não há alguém nem ninguém; há Deputados Municipais. Era só isto o que tinha a dizer, mais nada. Ainda só sobre a acta, eu na altura não me apercebi, e a propósito da votação sobre a Carta Educativa, a Carta Educativa foi aprovada por (já não me recorda), não sei se alguém votou contra mas, só

para dizer que houve uma passagem, e nessa votação alguém da bancada do PSD disse que iria votar contra, que depois não votou. Isto não é uma maldade para o senhor Preto, que considero, é apenas uma referência, disse que ia votar contra mas, depois, a seguir, esse voto contra não surgiu”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que, uma vez que o senhor Deputado tinha referido o seu nome, sobre a intervenção que fizera na última Assembleia Municipal, queria, em primeiro lugar, agradecer-lhe os elogios que, de certa forma, ali retratou, relativamente à sua família – oxalá ela continuasse ali entre eles, disse. Em segundo lugar, achava que se tinha referido abstractamente, pois o seu nome não constava ali; se o tinha entendido como tal, bom, estas coisas, cada um «quem não se sente não é filho de boa gente», naturalmente, disse. Da sua parte, entendia que não devia pedir desculpa porque se tinha referido abstractamente. E continuou: “ Talvez, se o senhor se sentiu atingido, eu não me lembra, sinceramente, é que eu agora estou aqui a fazer um exercício de meditação e não me lembro, minimamente, de fazer referência à sua pessoa. Talvez, alguém que devia estar com mais educação, mais atento à minha intervenção, naturalmente que teria sido, se calhar, indisciplinado, em termos do Regimento, e devia ser disciplinado, se calhar, foi para essa pessoa. Portanto, se foi para si, eu não me lembro; sinceramente, não me lembro. Se fosse para outra pessoa ... também não me lembro. Alguém, porque aqui é costume, às vezes, quando as intervenções não correm a gosto de todas as pessoas, há alguém que tenta depois confundir os trabalhos. E, foi nessa perspectiva, até, que nós, ou os Grupos Parlamentares, decidiram – e muito bem – porem um microfone aí, para o trabalho deles, precisamente para ajudarem a facilitar os trabalhos. Portanto, senhor Deputado Tibério, e amigo pessoal, não lhe vou pedir desculpas porque eu penso que não me dirigi a si. Podemos falar isso depois, lá fora, se assim o entender. De qualquer das formas, sempre que eu esteja a usar da palavra e há alguém que esteja a prejudicar, eu tenho sempre o dever, como o senhor Deputado tem de, quando estiver a falar, tem o direito ao seu tempo, tem o direito a fazer a sua intervenção como entender – estamos num local, ou numa casa, onde podemos e devemos exercer a democracia, mas também com inteligência e com sabedoria. Daí que eu, sinceramente, não me lembro e, como não me lembro, não vou agora aqui ... Se estivesse aqui o seu nome, eu diria que – faria-o, se assim o entendesse faria-o; assim, não. -----

----- Depois, «respondia assim para alguém da bancada» isso é a redacção que é feita aqui pela nossa funcionária, não é aqui da minha responsabilidade, portanto, respondi para alguém, sinceramente, esse alguém é abstracto e, como tal, só se pedir desculpa ao senhor abstracto”. --

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra para dizer que, embora o assunto se relacionasse com o que estava escrito na acta – afirmações que ali tinham sido proferidas na anterior assembleia – mas concordava

perfeitamente com o que estava escrito na acta. Assim, usaria da palavra em momento mais oportuno para falar sobre o assunto. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pôs de seguida este ponto à votação, tendo ficado a Acta da terceira sessão ordinária aprovada por maioria com quatro abstenções e nenhum voto contra. -----

----- De seguida, passou-se ao outro ponto do Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **1.2 Informação da correspondência recebida e expedida:** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu-se ao facto de todos os senhores Deputados terem recebido a relação da correspondência recebida e expedida e, de seguida, declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. -----

----- Não havendo inscritos, passou-se ao ponto a seguir no Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município:** --

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu-se ao facto de o Regimento dispor de sessenta minutos, dizendo este também que cada Deputado poderá intervir duas vezes e, se bem que a Mesa não pretendesse ratear tempo, desejaria que se conduzissem os trabalhos à semelhança do que tem vindo a acontecer. A seguir, declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. Porém, antes de dar a palavra aos inscritos, referiu-se à morte recente da mãe do Deputado Municipal José Maria Preto (também mãe do funcionário da Câmara Municipal, Luís Manuel Preto), pelo que propôs para votação um *Voto de Pesar*. Realizada a votação, foi este Voto de Pesar aprovado por unanimidade. -----

----- A seguir, deu a palavra aos senhores Deputados que se haviam inscrito para usar da palavra neste ponto. -----

► **ILÍDIO MARTINS** começou por dizer que o senhor Presidente já lhe havia feito o favor de o libertar de algum trabalho, pois era sua intenção apresentar ao senhor Deputado José Maria Preto os seus pêames, os quais já apresentou à respectiva família por carta, querendo ali renovar os mesmos. -----

----- De seguida, disse querer referir-se a alguns assuntos que considerava de relevo para a vida do município, desconhecendo se era o entendimento do executivo, ou desta Assembleia, mas que eram só duas ou três questões muito ligeiras. E disse: “Em primeiro lugar, queria felicitar o executivo pelas obras de alindamento e recuperação deste edifício, lamentado, embora, que os arranjos exteriores não estejam – não são inteiramente do meu agrado. Entendo muito bem que estes candeeiros, embora bem melhor do que os que lá estavam «não bate bem a bota com a perdigota»; acho que a dignidade do edifício impunha outro estilo de candeeiros como, aliás, isso, não tenho dúvida, exige a dignidade do Palácio da Justiça. De facto,

permitam-me este desabafo, mas é modernismo a mais para um edifício com tanta dignidade – não acho que aqueles candeeiros sejam dignos do edifício, que condigam com a traça da Praça, em geral. -----
----- Só uma outra questão, também muito ligeira: tenho notado que se sentem um bocado constrangidos e um bocado contrafeitos, alguns – permitam-me a expressão – *velhos* que utilizavam os jardins, os bancos do jardim da Praça, a que eu chamo Vinte e Cinco de Abril, mas que se chama agora Duarte Pacheco, ou chamou antes, e agora se voltou a chamar; sei que há uma deliberação municipal que chamava àquilo Praça Vinte Cinco de Abril – não tenho conhecimento de outra que tenha derrubado tal toponímia – mas, o que é certo é que a que lá está era a que era antiga – não vale a pena discutirmos por isso. Alguns *velhos* (não tenho medo da palavra – eu também o sou) desta terra lamentam não poderem utilizar as sombras das magníficas tílias que aquele jardim tem e, faço-me eco deles (eu também faço parte dessa faixa etária) também já me sabe bem a sombra das tílias e, portanto, deixava aqui um apelo: se fosse possível ainda remediar, ou melhor, recuperar a situação – porque ela estava mais ou menos remediada, as pessoas sentiam-se ali com gosto, passavam ali as tardes. Agora, não têm uma hora de sombra para poder estar ali”. -----

► **ALBINO RODRIGUES** usou a seguir da palavra dizendo o seguinte: --
----- “Contrariamente à minha última intervenção na anterior reunião da Assembleia Municipal, onde, com alguma mágoa, me referi, aqui neste local, à situação de que vinha a ser vítima um funcionário da Câmara Municipal, com a mesma frontalidade, aqui venho também agradecer ao senhor Presidente da Câmara que, em meu entender, soube, com inteligência, mediar e resolver essa mesma situação, mostrando a sua capacidade de gestão de recursos humanos. O meu muito obrigado! Terão ficado, no entanto, mal dispostos aqueles que, sem qualquer respeito pelo próximo, não entendem que a sociedade somos todos nós! -----
----- Em segundo lugar, quero aqui questionar o senhor Presidente da Câmara, ou alguém que, da parte da Câmara, algum técnico que saiba, (que eu não sei, por isso pergunto) me saiba saciar a minha curiosidade: «zona histórica» e «Núcleo Histórico» tem o mesmo significado? Bom, depois, gostaria de saber com algum rigor os limites da «zona Histórica» proposta pelo Gabinete Técnico da Câmara, na parte leste da vila. -----
----- Outra questão, relacionada com urbanismo, mais propriamente com a parte da secção de trânsito: a Câmara Municipal retirou passadeiras, ou passagens de peões, bem localizadas, na via pública, e colocou-as em locais perigosos. Passo a indicar a passagem de peões que existia mesmo em frente à porta da Pré, em frente ao Liceu. Essa «passadeira» foi colocada em cima do cruzamento, próximo do STOP; os carros fazem o STOP em cima da passadeira; os miúdos zigzagueiam ali por entre os carros – é perigoso! Antes que aconteça algo, era aconselhável que tirassem a

passadeira dali e a colocassem no mesmo local porque, eu penso que a Câmara tem responsabilidades se acontecer algum problema. -----

----- Ainda relacionado com o urbanismo, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se é verdade que entrou na Câmara um pedido de licenciamento para bombas de combustível, dentro do espaço urbano (bombas novas), mais propriamente ao lado do edifício das futuras instalações da Biblioteca Municipal, em nome do proprietário de uma empresa (penso que Chamauto) de venda de, com um espaço comercial em Mogadouro, ao qual a Câmara reprovou o local e, no meu ponto de vista, muito bem. Mais tarde, e no mesmo local, e no mesmo mandato, aprovou o mesmo projecto, no mesmo local, como já disse, só que o nome no qual o projecto entrou é no nome do cidadão Luís Angueira. Se é verdade, queira o senhor Presidente explicar tal atitude com clareza. -----

----- Finalmente, uma situação que penso ser, ou referir-se, ao funcionamento desta Assembleia, e que passa pelo respeito pelos órgãos eleitos: constato, senhor Presidente que, desde que sou Deputado Municipal, nunca Vossa Excelência esteve presente até ao fim dos trabalhos da Assembleia, a não ser na Assembleia da tomada de posse. Na última, por sinal no segundo período, o senhor Presidente da Assembleia informou, tal como está transcrito na terceira acta da Sessão ordinária, aos treze dias do mês de Abril, na página cento e setenta e um da Acta, passo a citar as palavras do senhor Presidente da Assembleia: «informou a assembleia que o senhor Presidente da Câmara, devido a compromissos anteriormente assumidos, e por motivos de trabalho, não lhe era possível estar presente da parte da tarde, pelo que delegou nos senhores Vereadores a continuação dos trabalhos». No entanto, tive o cuidado de verificar na agenda de actividade do município, e nomeadamente do senhor Presidente, no dia treze de Abril não houve qualquer reunião ou motivo maior para que o senhor Presidente se ausentasse. Apenas, e tão só, Assembleia Municipal! Isto fez-me lembrar a Assembleia da República - as assinaturas e as idas mais cedo para férias. Por isso, peço-lhe, em nome desta Assembleia, se me é permitido, que haja mais rigor, mais respeito por este órgão, sob pena de qualquer dia todos nós começarmos a ter atitudes iguais, o que seria muito mau. Daí eu achar que o senhor Presidente se deveria justificar à Assembleia por esta atitude.”-----

► **MANUEL DO NASCIMENTO FOLGADO**, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, usou a seguir da palavra e disse: -----

----- “No direito de resposta, gostava de tecer algumas considerações em resposta ao senhor Presidente da Assembleia. -----

----- Primeiro: foi inoportuno e infeliz no comentário, com tantos anos de actividade política, não devia necessitar de parecer jurídico, pois está na lei, e a lei é clara. É infeliz porque o despacho é concreto e claro, foi feito no enquadramento da lei, e se o tivesse comparado com o do senhor Vice-

Presidente reparava que são iguais, apenas muda o artigo da competência do Presidente de Junta. -----

----- Se juridicamente é possível à Câmara, é possível às Juntas de Freguesia também – a lei é a mesma. -----

----- É verdade que o senhor Secretário da Junta esteve nos serviços, e quero aqui deixar expressamente o meu obrigado, e o do Secretário da Junta à senhora Elisa, pela compreensão e ajuda que tem tido com a Junta que eu presido, pois sempre que esta Junta necessitou de esclarecimentos, a mesma sempre esteve disponível para qualquer assunto da freguesia, explicando sempre o que lhe parecia ser o mais correcto sobre diversos assuntos da gestão autarca. -----

----- Mas, senhor Presidente, revelar parte da conversa, e da forma feita, é inoportuno, pois essa informação já foi em Dezembro; usá-la agora é um acto pouco democrático da sua parte, mas devia revelar o resto da conversa. Dou-lhe os tópicos, o resto revela Vossa Excelência, se o desejar: Assembleia em Bemposta; POCAL nas Juntas de Freguesia com o apoio e controle do funcionário da Câmara; situação de falência em que foi recebida a Junta. -----

----- Senhor Presidente, deixe-me ter esta consideração, para eu saber a sua resposta ao que eu pretendo – devo-lhe fazer a pergunta da forma que me convém. Delegação de competências, toda a gente tem; há os que são claros e transparentes, e há os outros. Assim, termino – este despacho é para faltas e impedimentos; se a Junta pretendesse outra coisa, faria da mesma forma! -----

----- Dois: Reposta à Câmara Municipal: -----

----- Senhor Presidente, pedido de audiência, têm, por escrito e por telefone. E, as situações que vou relatar, não são mundos nem fundos, são actos concretos. Visto o senhor Presidente ser uma pessoa sensível - e eu também sou - assim, para que não restem dúvidas, convido-o a estar hoje, dia de S. Pedro, padroeiro da freguesia, onde eu e a Junta que eu presido lhe vamos demonstrar toda a consideração e respeito que temos por Vossa Excelência – não quero que restem dúvidas. Mas, vai-me permitir que explique a esta assembleia o porquê do meu comportamento. -----

----- No dia vinte sete de Outubro, num acto digno de respeito por si e pelos senhores Vereadores, veio o executivo da Junta à Câmara Municipal apresentar cumprimentos; foi recebida pelos senhores Vereadores João Henriques e Dário; trocámos pontos de vista; tivemos uma reunião produtiva – podemos assim considerá-la – explicámos os problemas, procurámos, com a vossa ajuda, a solução e, até ao momento, nada de nada foi feito. -----

----- No dia em que o senhor recebe o Secretário da Junta, o senhor procura quanto era preciso; o Secretário informa dos salários e a garantia em dinheiro – que foi usada – (isso parece-me ser crime; a Junta anterior

gastou o que não era dela); Vossa Excelência encaminhou-o para o Vereador Pimentel, que lhe solicita o famoso despacho, que é entregue no dia seguinte nos serviços e, nesse dia, são-nos desbloqueados cinco mil euros para despesas de salários. -----
----- Apesar da insistência por ofício, e em contacto com o referido Vereador, nada mais até ao final desse ano. Assim, ficaram mais de quinze mil euros do dinheiro atribuído no Plano de Actividades de dois mil e cinco, sem que esta Junta tenha recebido, mas receberam outras: dez mil euros – Valverde; dez mil euros – Travanca; doze mil e quinhentos euros – Vila de Ala. Terminámos o ano em falência técnica, ao qual tivemos que informar o Tribunal de Contas. -----
----- Este ano corrente foi desbloqueado cinco mil euros. -----
----- E perguntam vocês para que precisamos de dinheiro? -----
----- ADSE – em dívida há dez anos; -----
----- Arnaldo Gentil Amador – garantia em dinheiro, da reconstrução da sede da Junta de Freguesia de Bemposta; -----
----- Funcionários: paga a Junta (não é como na Vila, que paga a Câmara); -----
----- Fonte: obra suspensa por falta de dinheiro; -----
----- A Junta previa, para as necessidades e para o que herdou no passado (conforme o que se comprova no Plano de Actividades entregue na Câmara em dezanove do doze de dois mil e cinco), cerca de noventa mil euros (estamos a meio do ano e o desespero é cada vez maior). -----
----- Em contacto com o IGAT, foi-me transmitido telefonicamente para diligenciarmos junto da Câmara Municipal as nossas necessidades e problemas e, só no final, se não o resolvesse a Câmara, que informássemos os serviços. -----
----- Vamos aos ofícios, concretamente: ofício cinco de dois mil e cinco, datado de doze do onze de dois mil e cinco – pedido de verba para a Junta de Freguesia; ofício oito de dois mil e cinco, datado de catorze do onze de dois mil e cinco – livro Bemposta/Mogadouro (o senhor Presidente prometeu oferecer – nem oferecido nem a pagar; até à data não recebi); ofício dezoito de dois mil e cinco, datado de vinte nove do onze de dois mil e cinco – Polidesportivo de Cardal do Douro; ofício vinte e três de dois mil e cinco, datado de vinte nove do onze de dois mil e cinco – Capela de Santa Bárbara; ofício vinte e quatro de dois mil e cinco, datado de vinte e nove do onze de dois mil e cinco – Capela de Cardal do Douro; ofício vinte e sete de dois mil e cinco, datado de treze do doze de dois mil e cinco – rede de esgotos (tudo isto é património municipal – está-se a degradar e a criar uma bela imagem como a Câmara trata o seu património); ofício sessenta e sete de dois mil e cinco, datado de vinte e um do doze de dois mil e cinco – inquérito administrativo remodelação da pré-primária (senhor Presidente, até ontem nada foi resolvido; a humidade está a estragar o prédio. Lembre-se que se trata de um inquérito onde já estiveram presentes o engenheiro, o

fiscal - detectaram o defeito e nada, até à data, foi feito, nem um simples vidro); ofício onze de dois mil e seis, datado de treze do um de dois mil e seis – envio de documentação - feira mensal (senhor Presidente, não tem custo algum para o município, prestigiava-o e seria bom para o Turismo e para todas as indústrias do concelho; porque, até à presente data, não disse nada? Talvez não queira); ofício sessenta e sete de dois mil e seis, datado de vinte e dois do três de dois mil e seis – tractor agrícola – oferta (senhor Presidente, nós pagámos a reparação); ofício setenta e três de dois mil e seis, datado de sete do quatro de dois mil e seis – sistemas de prevenção – bocas de incêndio (senhor Presidente, só lhe solicitei a manutenção – nada foi feito). São alguns exemplos. Mais havia a informar. -----
----- Agora, vamos aos factos. -----
----- Limpeza de lixeiras e ribanceiras: foi combinado com o senhor Vereador Pimentel, que foi contactado pelo senhor engenheiro Hélder, dos Resíduos do Nordeste, ficando a Câmara de resolver o problema; nada fez do acordado – a Junta limpou e pagou; -----
----- Casa do Povo: depois de informados os serviços técnicos da Câmara, procedeu-se a uma vistoria com o engenheiro e Fiscal responsável e o empreiteiro e chega-se à conclusão, no imediato, que é necessário mudar o telhado. O engenheiro informa que se vai proceder à reparação (esperamos, senhor Presidente, pois é um edifício extremamente importante – trata-se da saúde do povo de Bemposta); -----
----- Obras em Bemposta: senhor Presidente, nem consideração tiveram de me informar quando começavam as respectivas obras e se tinha alguma sugestão a dar; -----
----- Contentor da Pré Primária: senhor Presidente, os serviços da Câmara a que Vossa Excelência preside, passam por cima da lei (neste caso, o Regulamento Geral de Edificações e Urbanizações da Câmara) põem um contentor metálico num dos melhores edifícios que há nesta freguesia, para leite, detergentes e um fogão de gás, em cinco metros quadrados. Onde está a segurança e o urbanismo? E mais, senhor Presidente, nem o senhor Presidente, nem o senhor Vereador responsável pelo pelouro, tiveram o cuidado de contactar a Junta para a referida obra (contentor) tendo já esta Junta anteriormente acordado com o engenheiro a execução de um anexo que teria um custo aproximado de quinhentos euros. -----
----- No dia sete de Abril, a Junta, sem conhecimento de qualquer adjudicação do referido fornecimento, vê um empresário a colocar uma estrutura de ferro, tendo que entrar por uma propriedade privada. Após o facto, telefonámos ao fiscal Municipal, ao engenheiro, ao qual eles responderam que desconheciam o assunto por completo, não existindo qualquer documentação de concurso na referida Câmara, conforme constatou o senhor Vereador Bártolo. No mesmo momento, foi contactado o Gabinete da Presidência para falar com o senhor Presidente, ao qual nos

foi dito que se encontrava indisponível. Contactado o senhor Vereador das Obras Públicas, qual a resposta do senhor Vereador? – A Junta não manda na Casa do Povo, e quem manda sou eu; as vossas competências são os caminhos! -----

----- Qual o nosso espanto, que há coisa de dois meses, a Câmara Municipal, vai executar um caminho privado para o senhor Luís!? -----

----- Afinal, quais as nossas competências? -----

----- Esclareça-as ou delegue-as. -----

----- Assim, informamos de que a Casa do Povo é propriedade da Junta de Freguesia. Quanto à Pré Primária, está no edifício cedido provisoriamente, ao qual é a Junta que paga todas as despesas. -----

----- Senhor Vereador: se tem dinheiro, transfira-o para a Junta, que ela precisa. Agora, não diga: «se ele estragar, a Câmara paga», pois a Câmara é de todos nós, não é sua. -----

----- Três: em resposta ao Deputado José Luís Cordeiro, de facto, penso que estamos numa democracia. Penso, e creio estar certo e, com a minha equipa, ganhei as eleições. Não foi pelo dinheiro, que, graças ao meu esforço, sempre ganhei para as minhas obrigações. Em relação ao meu filho, que foi aqui focado, ele não necessita desse tipo de favores, pois formou-se como engenheiro, licenciado na FEUP com vinte e dois anos, e aos vinte e dois anos estava a trabalhar e na mesma empresa se mantém. E eu desminto o senhor Deputado, pois eu nunca disse, nem nos meus pensamentos, que não tinha interesse em ganhar a Junta, pois foi para isso que eu me candidatei. Na verdade, não são os duzentos e cinquenta euros que me motivam, mas sim o ver a freguesia onde vivo estar a ficar para trás; as pessoas perderem a confiança e isto veio a provar-se no dia das eleições. -----

----- Vontade de trabalhar temos e demonstramos, pois, diz o nosso povo, que a sede da Junta de Freguesia de Bemposta já teve mais tempo com as portas abertas para ajudar o pouco nestes oito meses que em vinte anos – diz o povo! Logo se vêm quem quer trabalhar e quem tem vontade de trabalhar de facto, trabalha até ao fim e entrega as contas direitas, ou seja, deve-se passar a pasta completa. -----

----- De corpo e alma estive, e de corpo e alma estarei, pois nasci e soube ser filho; cresci e soube ser irmão; casei e soube ser marido, genro; e tive filhos, e soube ser pai! Tudo isto a gente da nossa Bemposta o pode confirmar. -----

----- Em resposta ao senhor Moreno, vou tecer este comentário: ele sabe, como todos os outros, quem está à frente da Junta de Freguesia de Bemposta, a sua capacidade, o seu trabalho, a sua dedicação. Assim, para que não restem dúvidas, vou informar alguns dados: -----

----- Ofícios de vinte e quatro de Outubro até trinta e um de Dezembro – noventa e um; ofícios de um de Janeiro até vinte e sete de Junho – cento e

setenta e três; mais ofícios de Moções e concursos – trinta e nove; pequenos concursos – cinco; grandes projectos – dois; Regulamentos que estão disponíveis para consulta pública a partir do dia trinta de Junho de dois mil e seis – dois (e digo dois porque apenas estamos no início da legislatura e esta Junta não tinha, nem tem, qualquer Regulamento, mas vai ter!); candidaturas a fundos comunitários e estatais – três (e devo informar que uma das candidaturas já foi aprovada e neste momento a Junta de Freguesia de Bemposta tem um bom sistema informático com uma base de dados e já trabalha com o POCAL em termos de gestão e a custo zero, pois é feita pelos membros pertencentes à mesma, ficando nos cofres desta Junta cento e setenta e cinco euros mensais que era o que o anterior executivo pagava pelo administrativo - assim os competentes fazem”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou a seguir da palavra dizendo o seguinte: “Eu, tenho alguma dificuldade em separar os assuntos, e transformei alguns assuntos que diziam respeito a informação recebida e expedida, em assuntos de Interesse Relevante para o Município, porque parece-me que têm interesse – por essa razão. Por isso, há bocado, não pedi a palavra no ponto anterior. Dois ou três assuntos muito breves – serei muito breve (e em relação a pontos relacionados com a informação recebida). A Assembleia Municipal recebeu, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, um ofício relativo ao Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território, em que a Associação Nacional de Municípios pede ao município de Mogadouro, ou à Assembleia Municipal de Mogadouro, que se envolva na discussão pública desse PNPOT. A questão que eu coloco, é (essa discussão pública termina no dia trinta de Agosto – perdão, no dia nove de Agosto), as questões que eu coloco em relação a esta participação da Assembleia no PNPOT é esta: de que forma o município pretende participar nessa discussão pública, sugerida pela Associação de Municípios Portugueses e, no seguimento desta questão, já que estamos a falar de PNPOT e de QREN, peço também à Câmara Municipal que informe esta Assembleia que tipo de prioridades é que estão a ser definidas, ou que estão a ser pensadas para o nosso município, para submeter a eventuais candidaturas no âmbito do próximo QREN, no fundo, quais são as grandes linhas de orientação estratégica em que irá assentar o nosso desenvolvimento para os próximos seis ou sete anos, que, de facto, período que ultrapassa a vigência do actual mandato. -----

----- Um segundo aspecto, também, de que reputo de interesse para o município, tem a ver com algo que eu já conhecia e tive conhecimento dele num *Seminário* que moderei sobre desenvolvimento, ou sobre desertificação, e tive conhecimento desse assunto através do Presidente (não sei se é assim que se chama), do Presidente Nacional contra a desertificação – engenheiro Vítor Rolo (acho que é assim que se chama) – mas, esse conhecimento, ou conhecimento de que Mogadouro integra o

projecto piloto de combate à desertificação, foi-me avivado por uma notícia da revista do *Expresso*, que até tenho aí, e que trouxe, em que são comparados diferentes projectos piloto de combate à desertificação existente no país, e em que constatei que, de facto existe, em termos de actividade e em termos de dinâmica uma diferença enorme entre aquilo que se passa no nosso concelho e aquilo que se passa noutros locais do país. O que eu pergunto, ou o que eu pedia à Câmara que informasse a Assembleia, era: primeiro – quem coordena este projecto de luta – projecto-piloto de luta – contra a desertificação no nosso município; em que fase é que está este projecto; o que é que está a ser feito e o que se prevê que venha a ser feito no futuro. Eu recordo que são seis freguesias do nosso concelho que integram este projecto, entre as quais Bruçó, e eu vou lá regularmente e ainda não vi – até à data – algo que tenha a ver com o projecto nacional de luta contra a desertificação. -----

----- E, para terminar, um outro aspecto, que eu também acho de interesse para o município, tem a ver com a «Lei do Bagaço» – chamei-lhe eu a «Lei do Bagaço» - e é um ofício (não sei se é assim que se chama), que é também dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro sobre a produção de aguardentes em potes. Eu, de facto li isto e fez-me rir. Fez-me rir, não por achar graça, mas por achar uma pouca-vergonha. Não está em causa, de facto, a legislação em geral e a sua aplicação geral, o que está em causa é a sua aplicação específica, casos específicos, ou situações específicas. E, nós, técnicos, políticos, académicos, enchemos a boca todos os dias com o desenvolvimento dos territórios, com a promoção local, com o desenvolvimento local, com a preservação das tradições locais, com a ligação entre o Turismo e a promoção de iniciativas locais de desenvolvimento, de tudo isso, um discurso técnico, político, que nós todos fazemos mas, depois, a legislação, na prática, vai contra isto tudo. Ora, eu, seguindo o exemplo do Presidente da Câmara de Viseu, o senhor doutor Fernando Ruas, no próximo Inverno, eu vou pedir aos meus conterrâneos de Bruçó, quando estiverem a fazer a aguardente, que não corram à pedrada o fiscal de Bragança, mas que o corram à *bagaçada*, até para que ele se aperceba do valor das tradições e que transmita à tutela o valor e o peso das tradições e o interesse que isto tem para os nossos municípios – não só o costume do bagaço mas outros quaisquer. Estou aqui a falar num caso concreto, mas que se aplica em muitos casos em geral. A legislação vai contra aquilo que, às pequenas coisas que nós fazemos. Não brincando tanto, ou falando mais a sério, se calhar, apetecia-me sugerir à Câmara, ou à Assembleia – a todos nós – que, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, lutássemos contra esta legislação e contra a sua aplicação a casos específicos dos nossos territórios. Porque são pequenas produções não faz sentido criar – eles falam em indústrias ou em destilarias, ou em entrepostos fiscais de produção de bebidas espirituosas

mas – para quem produz cem, cinquenta litros de bagaço num pote (eu faço isso - hei-de fazer isso no próximo Inverno e espero – até, se calhar, vou convidar o tal fiscal para dar uma *bagaçada*)”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra, e disse: “Em primeiro lugar, quero dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara pelas suas intervenções na comunicação social sobre a implantação da Central Nuclear no nosso concelho. Li nos jornais e ouvi-o na TS e gostei, senhor Presidente – os meus parabéns! Gostei da força e da garra quando disse: «que vão fazê-la onde fazem os grandes investimentos». Também eu comungo da opinião de Vossa Excelência. Até podem dizer que não estou informada, que as tecnologias avançaram e que os perigos são mínimos, e já corremos perigos com as espanholas sem recebermos nada em troca. A minha opinião não muda e, concerteza que nenhum de nós admite sequer a hipótese de o nosso concelho poder vir a ser a «Chernobil» portuguesa, sem vida nem pessoas. Porquê tudo isto? Não sei. Sabe-se que não é política deste Governo apostar na energia nuclear. Também não compreendo, e gostava que fosse explicada, a vinda de um emissário do engenheiro Patrick Monteiro de Barros, oferecer dois milhões de euros/ano em contrapartida. Não sei se o senhor Presidente ouviu o engenheiro Patrick Monteiro de Barros, na comunicação social, negar isto tudo. E agora pergunto, que a ser verdade, esses dois milhões de euros não estão bem explicados – seriam concerteza em receitas fiscais, o que significa que poderiam subir, ou não, os cofres do Município. -----

----- O que eu lamento profundamente, senhor Presidente, é que não tivesse tido a mesma força e a mesma garra aquando das negociações para o encerramento das escolas. O que lhe prometeram, senhor Presidente? Que contrapartidas lhe foram apresentadas para que concordasse em encerrar, praticamente, todas as escolas, sem ter as condições mínimas asseguradas para as nossas crianças? Dizem agora que ninguém protestou – como está escrito em Acta anterior, página cento e oitenta. Quanto a isso, é melhor não falarmos. Se foi tudo feito no segredo dos Deuses, como poderia ter alguém protestado? Quando se soube, foi após o vinte e três de Novembro, dia em que o processo das negociações foi encerrado. É nessa altura que os professores, pelo menos, ficámos a saber. O Senhor Vice-Presidente, vendo o erro que, em onde caiu, andou de Concelho de Docentes em Concelho de Docentes a pedir que apresentássemos propostas – isto quando tudo estava, as negociações estavam todas encerradas – e a distribuir papéis (até podiam ser verdades) mas, estavam escritas em papéis sem validade alguma. Não venham dizer que os pais e encarregados de educação estão satisfeitos, porque sabem muito bem que não estão. Ainda, dia vinte e dois de Junho, um grupo de encarregados de educação se dirigiram ao representante da Junta de uma aldeia anexa de freguesia a solicitar-lhe que os acompanhasse à Câmara para manifestarem o seu descontentamento. E, o representante da

Junta, eleito por eles, dessa aldeia anexa, não os acompanhou, tentou ainda dissuadi-los de o fazerem. Porquê? É simples: rapidamente os encarregados de educação concluíram que eram duas as razões fortes – é que, ainda havia pouco tempo lhe tinham colocado a esposa a trabalhar na Câmara; outra, era que, logo após o vinte e três de Novembro – Novembro/Dezembro, se calhar em Janeiro ou Fevereiro – a minha colega, que trabalhava nesta escola, viu – três ou quatro pessoas – medir e tirar medidas, fazer medidas, no recinto da escola e, é claro, chamou-lhe a atenção e, saindo para fora - até porque parece que estavam na hora do recreio - procurou-lhe: - «que pretendem fazer aqui?» e, então, o representante da Junta respondeu-lhe: - «queremos fazer aqui um Centro de Dia». Ora bem: era bom que o nosso concelho estivesse munido de uma rede de Centros de Dia que servissem todas as necessidades do concelho, como foi prometido já no anterior mandato mas, como vemos, não tem. Agora, não devemos, e não podemos, deixar fechar uma instituição para aí ficar outra instituição a funcionar. Isto é caso para dizer, e que fique entre aspas, porque o pensamento não é meu, e diz assim: «De um rio que tudo leva, diz-se que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem». Isto desencanta profundamente. É que eu penso que, pelo menos, uma coisa na vida não tem preço – é a nossa liberdade de pensamento. E, a justificar, temos ainda o caso do senhor Presidente da Junta de Tó (por quem eu tenho elevada estima) e que fez a declaração de voto contra a Carta Educativa e, no momento exacto, votou a favor. O que se teria passado? Não sei! -----
----- Quanto aos projectos educativos serem feitos para crianças e não para maridos de professoras, como se pode constatar na página cento e oitenta e seis da Acta, concordo plenamente, senhor Vice-Presidente; o que eu não concordo é que ponha na minha boca palavras que saíram sua boca, meu caro senhor. O que eu disse foi que havia simultaneamente Presidentes de Junta, maridos de professoras e, como Presidentes de Junta, deviam ser informados e consultados e, agora acrescento: que são também pais e encarregados de educação. Não vamos confundir as coisas! Possivelmente, só havia interesse em os contactar – os senhores Presidentes de Junta – quando era imprescindível a angariação de votos (o que eu compreendo muito bem). -----
----- E, quanto à educação, queria mostrar aqui um mapa, que eu tirei da Internet (como qualquer pessoa pode tirar) onde nos diz as Cartas Educativas existentes e a situação em que se encontram. É verdade que só o nosso concelho é o que tem a Carta Educativa mais avançada, mas, nem sempre, quem grita mais alto é quem tem mais razão porque, propositadamente, os outros concelhos, com mais inteligência, não a apresentaram. E agora, a propósito disso, queria aqui fazer um pedido de afirmação: dia vinte cinco penso que estava em avaliação e, dia vinte sete, já estava com pedido de informação complementar. Ora, na assembleia

anterior, foi dito aqui, até pedido para votar a favor de uma ilegalidade, porque só faltava mesmo aquilo para a Carta ser aprovada e agora vêm pedir mais informação – gostava que esclarecessem esse assunto. -----

----- Agora, também queria responder aqui ao senhor Deputado Vítor Batista, onde ele diz que, para esta Câmara, a educação é uma paixão. Cuidado com o que dizemos, senhor Deputado. Nunca a educação pode ser pensada com paixão, nem tão pouco com desespero. A educação, senhor Deputado, tem que ser tratada com consciência plena, com a razão, com todos os sentidos bem despertos e, mesmo assim, muitas vezes falhamos. Não basta falar em educação, dizer palavras bonitas. Tem que se sentir, tem que se investigar, comparar, analisar os exemplos experimentados, e tirar deles o que mais nos ajudar e, aí sim, darmos um contributo positivo à educação. Porque também já ouvimos falar noutras paixões que também não deram nada. -----

----- A educação não é matéria corriqueira de somenos importância; ela não pode ser tratada como a adjudicação de um empreendimento qualquer – estamos a lidar com pessoas e, principalmente, com crianças, algumas delas com cinco anos de idade – essa é a minha preocupação. E, a propósito, quero responder ao senhor Presidente da Assembleia e dizer-lhe que se preocupe mais com as questões de educação; investigue. Não se aprende em Pedagogia a socialização das crianças, mas sim em Sociologia ou Psicologia Comportamental. Não confunda as coisas! É melhor dizer o que tem a dizer com mais rigor científico. Deixe de querer fazer figuras bonitas para ouvir salvas de palmas. Fica muito mal numa Assembleia, sobretudo na posição que Vossa Excelência se encontra. E, tudo o que este executivo utilizar para defesa no contexto da educação, é comparável a um elefante a caminhar em lama bem funda – sem qualquer exagero na comparação. -----

----- Tenho aqui as escolas que vêm a concurso, e toda a gente pode comparar as que vêm no nosso concelho, como foi feito. E outra coisa que eu quero é pedir desculpa ao senhor Vice-Presidente, que parece que (eu andei-me a informar) que logo a primeira versão da Carta Educativa contemplava Bemposta como escola de acolhimento – peço as minhas desculpas – anda no outro mandato, essa primeira versão (a que nos foi mandada não era a primeira, a que nos foi enviada já não era a primeira!), só que, quando este executivo ganhou, logo as primeiras reuniões de negociação para o reordenamento escolar, foi Vossa Excelência que manifestou vontade de Bemposta ficar uma escola isolada; foi daí que os ofícios da Junta de Freguesia de Bemposta apareceram a fazer força”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** falou a seguir, dizendo que tal como a senhora Deputada, usa das mesmas condições e das mesmas competências para fazer as intervenções que entendesse, ali, porque não era diferente dos outros; estava ali na qualidade de Presidente para coordenar e

dirigir os trabalhos. E continuou: “Para ser professor, minha cara colega, acima de tudo, é preciso sabê-lo ser. E fico por aqui”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra começando por dizer que a sua intervenção, neste ponto em concreto, tinha mais a ver com o que se tinha passado na anterior Assembleia Municipal. E continuou dizendo: “eu coloquei várias questões ao senhor Presidente da Câmara, na altura, sobre o que se passava em Bemposta, os ofícios que a Junta de Freguesia de Bemposta lhe tinha dirigido. A resposta que me deu – e está na acta – que não se lembrava desses ofícios, mas que iria averiguar se, de facto, existiam e depois, como tal, seriam respondidos. Posteriormente, recebi da Mesa da Assembleia Municipal, a dizer o seguinte: «Esclarecimento da Junta de Freguesia de Bemposta – a pedido do Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, cumpre-me informar V. Exa. que não deram entrada no Gabinete da Presidência quaisquer pedidos de audiência do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta». Eu nunca perguntei se tinham feito algum pedido de audiência; o que eu perguntei é se, de facto, havia ofícios a solicitar qualquer tipo de intervenção, mas nunca falei em audiência; foi uma resposta, no fundo, a fugir àquilo que se perguntou. Portanto, aproveitava, nesta altura, e esta oportunidade para, novamente, pedir ao senhor Presidente que esclareça esta Assembleia – e o senhor Presidente deve aproveitar esta oportunidade, de facto, para esclarecer esta Assembleia do que é que se passa, de facto em Bemposta; o Presidente da Junta já levantou agora diversas questões e, portanto, tem esta altura, de facto, para poder responder e esclarecer, de uma vez por todas, o que é que se passa. Também queria agradecer ao senhor Vice-Presidente, o Vereador João Henriques, que teve a amabilidade de me enviar a Carta Educativa, devido ao diferendo – no fundo – em que eu dizia que Bemposta estava na Carta Educativa, ela sozinha, e não agrupada com aquelas escolas – mandou-me, de facto, a Carta Educativa, mas não foi a primeira versão – mandou-me foi a quarta versão e, portanto, fico sem saber se, de facto, na primeira versão Não, eu quando falei na primeira versão, foi aquela que foi discutida aqui na câmara Municipal no anterior executivo e essa, de facto, não me foi enviada. E, o que me lembro muito bem, é da intervenção do, na altura, Vereador Fernando Monteiro em que dizia que os alunos, quer de Urrós, quer das freguesias em volta, poderiam escolher entre ficar em Bemposta ou virem para Mogadouro. Neste caso concreto, a Carta Educativa que foi aprovada e, com o meu voto – diga-se de passagem – contempla que todas aquelas freguesias que pertencem a esse Agrupamento são obrigadas a ir para Bemposta. De qualquer forma, agradecer o envio da Carta Educativa, mas não é a primeira versão como eu aqui, na altura, referi; agradecer-lhe também o ofício que me mandou a esclarecer as Transferências de Capital para as Juntas, dizendo – e a afirmação também está na Acta da Assembleia – em que um quarto das

Juntas do PS tinha recebido mais do que aquilo que estava distribuído. Parece que, nem assim, conseguiu de facto atingir o valor das Transferências de Capital – no caso de Travanca, que eram quinze mil (e isso são números do senhor Vereador), quinze mil oitocentos e sessenta e quatro foram transferidos quinze mil; e Paradela, que tinha direito às quinze mil cento e quarenta e dois, foram-lhe transferidos treze mil e quinhentos. Depois, veio juntar – o que eu acho que é incorrecto – trabalhos que foram feitos e soma-lhe esse que era para arranjar forma que, de facto, foram ultrapassados. Portanto, assim, teria que fazer, para todas as Juntas e então, teríamos que ver, de facto, quem ficou prejudicado ou não e, no caso concreto, as Juntas do PS – volto a reafirmá-lo – as Juntas do PS no ano de dois mil e cinco, foram, de facto, prejudicadas em oitenta mil euros que não foram transferidos, e a que tinham direito. -----

----- Passo depois a outro assunto, isto, portanto, aproveito a Mesa da Assembleia, senhor Presidente, para solicitar, através da Mesa que a Câmara informe esta Assembleia – já foi, portanto, nesta Assembleia aflorado este caso – portanto, solicitava através da Mesa que a Câmara informasse esta Assembleia de todos os actos administrativos já praticados sobre o pedido de licenciamento de um posto de combustíveis junto à casa do senhor Heitor Calejo, e de frente à futura Biblioteca Municipal, que está em construção. Portanto, solicitava que a Mesa pedisse estes elementos à Câmara Municipal para depois informar esta Assembleia de qual é o ponto da situação”. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** foi o orador que se seguiu, dizendo: “Antes de mais, e porque ainda ninguém o fez, eu queria-me congratular com o facto de já termos nesta sala a fotografia do Excelentíssimo senhor Presidente da República – acho que fica ali muito bem. Pegando num assunto que já foi aqui discutido – a questão dos Pólos escolares – eu vinha só, em tom de alerta ao executivo, à Câmara, sobre a desinformação que anda a passar lá fora em relação ao Pólo de Bemposta: fica, não fica; se não fica diz que é a Câmara que não quer que fique; se fica... pronto! Há uma enorme desinformação e, para isso, eu tenho aqui uma (a desinformação passa sobretudo pelos elementos da Junta de Freguesia de Bemposta) tenho aqui uma acta da Junta, que diz o seguinte (passo a ler): «Tomou a palavra o Secretário da Junta (porque parece que a Junta tem um Secretário que faz tudo – faz a festa; bota os foguetes; apanha as canas) e fez vários esclarecimentos, informando que na reunião da Assembleia Municipal foi posta à votação uma Moção em que apenas previa o Pólo de Mogadouro, tendo o representante da Junta de Freguesia de Bemposta (o representante presumo que seja o Presidente da Junta de Bemposta) optado pela abstenção, por esta não contemplar o Pólo de Bemposta, informando mais, que os representantes da Assembleia Municipal, eleitos de Bemposta, votaram a favor de um único Pólo em Mogadouro (esclareço também que

são outros assuntos da Junta que não dizem respeito para este tema)» Ora bem, aquilo que se passou foi precisamente o contrário. Se bem se lembram, a Moção que aqui foi votada era uma Moção de apoio à Carta Educativa que estava em vigor na altura, que contempla exactamente o Pólo de Bemposta como Pólo de acolhimento – foi isso que aqui foi aprovado! Eu lamento é que haja pessoas nesta Assembleia que não consigam perceber isso, que não tenham a capacidade de acompanhar os trabalhos e não percebam que se estava a votar uma Moção de apoio à Carta Educativa que contempla o Pólo de Bemposta como Pólo de acolhimento. E, lamento que o senhor Presidente da Junta de Bemposta não tenha votado favoravelmente essa Moção mas, enfim, cada um lá sabe! -----
----- Em relação à questão que aqui levantou o senhor Deputado Moreno, em relação à questão de o que é que se passa com Bemposta, bem, eu, daquilo que vou apanhando, e por aquilo que percebo, o que se passa em Bemposta é uma enorme mágoa por chegarem de facto à conclusão que não podem cumprir todas as promessas eleitorais que cumpriram porque, desde zonas Industriais, desde Centros de Negócios, desde Parques de Campismo com piscinas, é obvio que nem o Orçamento dos quatro anos da Câmara chegava para cumprir isso. Mas enfim!” -----

► **JOSÉ LUÍS CORDEIRO** usou também da palavra para dizer o seguinte: “Venho aqui na defesa da minha honra, pelas insinuações graves que o senhor Presidente da Junta de Freguesia, a que muito me honra pertencer, todos ouviram. Disse aqui que nós gastámos aquilo que não era nosso. Isso é grave! Quando se vê alguém fraudulento o mínimo que se pode fazer é processá-lo juridicamente. O senhor tem obrigação, senhor Presidente, de processar – obrigação moral, moral – porque, senão, o senhor está a compactuar com uma fraude que os ex-representantes da Junta de Freguesia de Bemposta gastaram dinheiro que não era deles. Isso é grave! Exijo que façam Processo em Tribunal para provarmos isso. Convém dizer o seguinte: até à tomada de posse de qualquer executivo, o executivo anterior pode gastar todo o dinheiro até ao último tostão. -----
----- Segunda questão: fui, durante vinte anos, e orgulho-me de deixarmos – quando disse aqui o senhor Presidente da Junta (porque eu sempre pensei que, para os cargos políticos, as pessoas, não só vale a pena ter dezoito anos - devem ter idoneidade como tal porque às vezes esquecemo-nos que a idoneidade é aos dezoito anos, é isso, até nos deixa votar - a idoneidade é assim; não podemos fazer afirmações gratuitas, enxovalhar as pessoas na praça e fora delas). Quando uma Junta de Freguesia está, ou uma empresa, numa condição de falência, não há hipótese económico-financeira (eu só tenho simplesmente a quarta classe, mas sei que dois e dois são quatro); quando não há possibilidade de uma empresa ir por diante, quer dizer, por muitas voltas que se lhe dê, não é possível saldar a dívida. Eu quero dizer o seguinte: nós deixámos novecentos e qualquer coisa euros na Junta de

Freguesia aquando da nossa passagem do testemunho, ou seja: para assegurar os salários, como o senhor Presidente da Junta disse aqui, para assegurar os dois salários. Eu, quando fui para a Junta de Freguesia, sabia das minhas obrigações e, quando um indivíduo toma posse seja do que for, passe a expressão, herda Activos e Passivos (passe a expressão, quer dizer, não quer dizer que estou a dizer coisas que sejam compactas com o que eu estou a dizer). A gente – ele – quando se candidatou, os membros da Junta de Freguesia, qualquer cidadão, está a pressupor aceitar Activos e Passivos. Em relação à ADSE, quero lembrar o seguinte: nós temos dois funcionários – tínhamos dois funcionários na altura – e hoje têm dois funcionários em quadro, estão no quadro pelo Estado, aceitação do Estado. Acontece que um senhor – infelizmente já faleceu – entrou em baixa; entrou em baixa e eu desconhecia que a entidade empregadora – neste caso a Junta de Freguesia – seríamos obrigados a pagar as despesas dos hospitais – é um contra-senso, para mim; acho que é um contra-senso e esta democracia já existe há trinta anos. Quer dizer, um indivíduo, uma entidade patronal, nomeadamente a Junta de Freguesia, Câmaras Municipais, têm as suas contribuições em dia, nomeadamente o desconto para a Segurança Social, vem por trás o Estado a sacar com a mão esquerda aquilo que dá com a mão direita. Mas, eu não sou o legislador, aceito a legislação e, então... Que é que nós fizemos na altura? Quando fomos solicitados para o dito pagamento, propusemos um pagamento (ainda era em contos) cinquenta contos por mês para não asfixiar, para não asfixiar, o orçamento da Junta de Freguesia, como é óbvio. Eu, como um bom administrador da minha casa – e da Junta de Freguesia (em vinte anos não a deixei falida, tal qual, isso é uma acusação gratuita, repito aqui, uma acusação gratuita) – então, formulámos essa intenção e não nos foi dada qualquer resposta. Mas, como isso não bastasse, constava das folhas de dívida na Junta de Freguesia. Portanto, não estava nada escondido. Portanto, esse ponto está esclarecido. Em relação à dívida «Casa da Junta», deve-se honrar, senhor presidente, tem uma casa mobilada, uma casa digna, que eu, na altura, rendo homenagem aos que me antecederam, nunca usei os que me antecederam. Quem está faz o que está. Se calhar, fizeram mais do que eram capazes de fazer; ou deram tudo, e eu, esse objectivo, também permiti-me consegui-lo fazer. Mas, há uma coisa, nunca deleguei em ninguém os meus cargos – assumi-os! Passe a expressão, peguei-lhe ao touro pelos cornos! – É a expressão popular, não ofende ninguém. -----
----- Em relação á dívida do senhor Arnaldo Amador, toda a gente sabe – isso é ignorância! Ignorância voluntária! Toda a gente sabe que nós temos que fazer uma retenção para assegurar que é obrigado em lei, que se houver uma ruptura na caça – chama-se a caução – é isso, senhor Presidente! Seria mau gestor, eu, se vamos dar o dinheiro, pagamos na totalidade, e depois a Junta de Freguesia não tinha meios para fazer obrigar a pôr a obra em

condições. É isso, senhor Presidente, informe-se da Lei! Informe-se da Lei! Não venha com arruaças, porque eu sei que arruaça se faz muita, lá fora, nas minhas costas, quanto mais à minha frente! O que se vai lá fora! – Infelizmente! Em relação à fonte, quero dizer o seguinte: tudo o que está lá – na fonte – está tudo pago. Ou seja: nós gastámos dinheiro que não era nosso? Nós pagámos o que mandámos trabalhar. Portanto, mais digno do que isso não pode ser e, penso e aconselho as pessoas que vejam as obrigações, e a educação fica bem em todo o lado. Peço desculpa; muito obrigado”. -----

► **MANUEL ANTÓNIO PRETO** usou a seguir da palavra para dizer: “Eu, vinha aqui em honra daquilo que foi dito, portanto, foi certo; eu não votei contra, só que eu manifestei-me que eu nunca gostaria que os alunos de Tó fossem para Bemposta; não é estar contra Bemposta – eu não tenho nada a ver contra as pessoas de Bemposta, mas eu acho que é um caso injusto os miúdos terem que andar ao atrás. Portanto, tendo eles irmãos, familiares, aqui em Mogadouro, eu acho que seria bom porque eu sou a favor da Carta Educativa, pronto, mas gostaria era que os alunos de Tó viessem para Mogadouro e não fossem para Bemposta. Foi essa uma das razões que eu aponte que iria votar contra mas, na altura, foi-me dito que eles iriam para onde é que os pais quisessem e eu tenho que estar solidário com os pais e com os alunos. Por exemplo, a Dona Antónia sabe muito bem – que ela esteve lá de professora – que os alunos, onde quer que me vejam me querem (e eu quero-lhe a eles) portanto, eu acho que farei tudo por eles, irei até ao último lugar a defendê-los. Por isso mesmo! E é isso que eu gosto – que eles venham para Mogadouro e não vão para Bemposta”. -----

► **VÍTOR BATISTA** foi o orador que se seguiu, e disse: “Vinha aqui também falar, porque o meu nome foi evocado, na questão da “paixão”. Paixão – cada qual dá-lhe o significado que quer. Paixão é um termo muito vasto e fazemos da paixão aquilo que queremos; cada qual é responsável pelos seus actos. Quando eu me referia a uma “paixão”, não me referia a uma paixão leviana, como evocou no passado. Referia-me a uma paixão, séria, consciente e seguida com racionalidade. Por isso é que, quando referi essa paixão, referia-me ao facto, até, essa racionalidade está patente e presente no facto de ser a única Câmara, pelo menos (eu estou a referir-me já só aqui a Trás-os-Montes) a apresentar a Carta Educativa, que isso é a maior racionalidade que se pode ter para levar em frente, e conscientemente, a educação. Portanto, não vou referir mais nada a este assunto. -----

----- Queria aqui também falar, se calhar, sobre – foi aqui falado, pelo Deputado Tibério (uma atitude de esclarecimento, não de questionar) – falar sobre o ... Falou-se no Projecto de Luta Contra a Desertificação – foi assim que foi dito. O que existe, nós – não sei se sabem (para informação)

– estamos em pleno Ano Internacional dos Desertos e Desertificação. Relativamente a este Projecto – não é um Projecto; existe uma Comissão Nacional do Combate à Desertificação, que o engenheiro Vítor Louro é o Presidente dessa Comissão, e depois existem subcomissões regionais dessa referida Comissão. E, essa comissão, incide em zonas – essas comissões estão em zonas – onde essa problemática é mais intensa e, no Norte, coincide aqui com seis freguesias do concelho de Mogadouro, na orla das arribas, que vai em Bruçó, Vilarinho, Ventuzelo, Peredo de Bemposta, Urrós – não sei me está a falhar (são seis) – e Bemposta (faltava-me Bemposta; são seis freguesias). Essa Comissão, essa subcomissão – como sabem é uma subcomissão – são as entidades que a devem compor – as entidades, os agentes locais que a devem compor – e essa Comissão funciona da boa-vontade porque é uma Comissão sem componente financeira e funciona pela voluntariedade das instituições e das pessoas que a compõem e até sinto alguma mágoa de não ver as Universidades representadas nessa subcomissão. Portanto, é uma subcomissão que já existe há alguns anos – se não me engano, o senhor Vereador Francisco Pires, na altura, era Presidente, acho que coincide – a criação dessa área coincide – com o mandato do PS à Câmara de Mogadouro. É uma subcomissão que visa congregar um conjunto de esforços – conjuntamente com autarquias – e as autarquias têm mostrado essa disponibilidade, inclusivamente têm uma acção planeada para este ano de referência que é o Ano Internacional dos Desertos e Desertificação. É uma comissão que eu acho, tenho alguma pena de não ver entidades da região, com acção da região (falo por exemplo de uma Associação de Macedo de Cavaleiros que mostrou vontade, procurou e disponibilizou-se para participar nessa subcomissão) e vejo com alguma mágoa que, se calhar, associações ou outras entidades do concelho, ou da região, não quererem, e não manifestarem vontade sequer de constituir essa subcomissão. É uma subcomissão sem fonte financeira e, portanto, visa congregar um conjunto de esforços de todas as entidades. Era mais esse esclarecimento que eu queria dar.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para responder às diversas questões que foram levantadas, informando que esta dispunha de quarenta e cinco minutos para o fazer. ----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** no uso do seu direito de resposta, disse: “Vamos então dar início a uma a uma série de respostas e a uma série de proposições que aqui foram feitas, com muita pertinência e, principalmente, com uma coisa muito importante – com a serenidade que estas coisas implicam. A serenidade é uma coisa extraordinária, uma coisa que permite que se discutam os problemas com sabedoria, com calma. Começo por responder ao senhor Deputado Ilídio Simões Martins acerca do alindamento da zona envolvente da Câmara e não gosta – se quer que eu

lhe diga – dos candeeiros, também não gosto só que isto foi um projecto realizado através de uma instituição que se chama Gabinete Técnico Local, que foi pedido e requerido ao Ministro, pago e participado pelo Ministro da tutela e que, acompanhado pelo IPAR e pela CCDR e que, no fim, aprovaram este projecto. Aprovaram este projecto com todas as suas *nuances* e nós aceitámos o projecto de boa mão na medida em que vinha de técnicos, que não eram só os da Câmara, mas eram também do IPAR, que é uma organização com crédito, e a da CCDR, também com crédito. Eu também estou de acordo que os candeeiros não estarão bem, até porque ainda ontem me chamaram a atenção – eu ainda não vi a iluminação – de que a luz incide, de facto, nuns ângulos é muito visível, e nos outros faz zonas de sombra. Portanto, temos de facto de alargar aquela zona e pôr isto, mais ou menos – a seu gosto já não pode ser – portanto, que seja satisfatório. Quanto ao Palácio da Justiça, eu já dei ordens no sentido de se modificarem aqueles candeeiros – retirar aqueles candeeiros e pôr ali candeeiros de facto tradicionais, condizentes com o jardim, que chamam *Vinte Cinco de Abril*, ou chama-se Cavaleiro de Ferreira, ou lá o que é (para mim tanto me faz), é aquele, é Duarte Pacheco, é aquele jardim que ali está, é o nosso jardim. Eu, creio que respondi às suas perguntas e passo a responder às perguntas do senhor Deputado Albino. -----

----- Agradeço-lhe imenso o seu agradecimento, isso é um bom motivo para nós fazermos logo estas coisas com a devida calma e, queria-lhe dizer que quando nós considerámos Zona Histórica e Núcleo Histórico, queríamos dizer que considerámos uma zona histórica que primitivamente só ia até à antiga casa do Ramiro – não sei se sabem qual é, ali por cima do CHOP (era do Ramiro) – e depois estendia-se, na espinha dorsal de Mogadouro, afastando um bocado os lados das construções modernas, essa seria a zona histórica, que nós estendemos, por uma questão táctica, no sentido de se fazer um programa e um projecto que conduzisse à recuperação total de Mogadouro, e incumbimos ao GTL de fazer esse programa, chamando-lhe Zona Histórica, considerando o Núcleo Histórico aquele que é a envolvente do castelo, da torre sineira, da Misericórdia e de toda aquela zona do Penedo; é a distinção que nós fizemos e que pode aparecer, ou não, nos projectos, mas é esta a realidade e o nosso entendimento. -----

----- Quanto às passadeiras: elas estão mal, corrigem-se; é a primeira vez que eu ouço que elas estão mal, porque também são feitas pelos técnicos; toma-se nota e vai-se fazer essa respectiva verificação como, aliás, se aceitam todas as justificações que forem lógicas e que nós entendemos que são de realizar. -----

----- Quanto ao “Chamauto”, ao pedido primeiro de justificação de um posto de gasolinas, além, ele foi reprovado uma primeira vez, foi apresentado um segundo Projecto e está em estudo, esse segundo Projecto,

que ultrapassava largamente aquilo que lhe era permitido em face do terreno que têm. Quando for avaliado daremos a satisfação própria desse sistema. -----

----- A minha presença na Assembleia ... ora vamos lá ver essas coisas que têm que ser consideradas desta maneira: primeiro, eu nunca disse ao senhor Presidente da Assembleia que tinha reuniões, que tinha assuntos de trabalho e profissionais – não! Eu só lhe disse: «não posso vir de tarde porque tenho assuntos inadiáveis a tratar» e, os assuntos inadiáveis sou eu que os trato, sou eu que os classifico, a não ser que a Assembleia diga assim: - bem, assuntos profissionais são assuntos importantes e que me permitem faltar à Assembleia; bem os assuntos familiares, por exemplo (não quer dizer que fosse esse), não são. Quem classifica isto? Bem, quem classifica isso, das duas uma: ou é o próprio – e então está sempre tudo bem, são todos fundamentais quando queremos faltar; ou então a Assembleia terá que se pronunciar sobre uma Comissão que nos permita (não é assim?) dizer assim: nós classificamos as coisas que são fundamentais, as coisas que não são fundamentais e aquelas que permitem faltar à Assembleia. Portanto, quanto a isso, é assim. Faltar a meio das Assembleias, esperamos que não seja tão grave como faltar a elas todas mas, estarei sempre às ordens para responder às vossas questões e às vossas dúvidas que me puserem. Portanto, quanto ao senhor Deputado Albino é isso que tenho para dizer. -----

----- Quanto ao Deputado senhor Manuel Folgado, tenho que lhe dizer que é a terceira vez que estou consigo – uma vez numa Assembleia aqui; outra vez hoje, e outra vez antes das eleições. Tenho por si consideração como tenho por toda a gente. Mas, é preciso que a gente tome atitudes correctas, do ponto de vista ético e político – têm que se ser correctas. Quando o Deputado Moreno diz assim (porque disse): - foram feitos pedidos de audiência a esta Câmara que não foram respondidos – porque disse! Pode não constar na Acta, mas disse-o. E eu vou procurar – (suponhamos que não disse) – mas eu vou procurar os ofícios todos que Bemposta mandou à Câmara – estão aqui cerca de trinta, trinta ofícios – não encontrei lá nenhum com pedido de audiência, portanto, se não disse, peço desculpa, mas estes ofícios são todos enviados, nesta Câmara à distribuição de pelouros. Nós incumbimos um Vereador – um ou dois, ou três – de fazer isto ou aquilo, estudar os assuntos todos que vêm das freguesias ou não vêm das freguesias – que vêm dos programas, que vêm disto ou vêm daquilo – são canalizados para lá. Sobre isso é que tenho que dizer. Quando chamei, nomeadamente um Vereador, e lhe disse, e lhe chamei a atenção de todos estes ofícios, disse, bom, na realidade, se fôssemos a fazer a vontade à Junta de Freguesia de Bemposta não nos restava capital para fazer mais obras em sítio absolutamente nenhum. Portanto, o que se passa em Bemposta têm que perguntar às pessoas de

Bemposta porque, comigo, em Bemposta, não se passa absolutamente nada. Quando se recebe aqui um ofício a dizer: ou porque cá, ou porque nós lá, ou isto ou aquilo, porque o povo se vai revoltar aqui e vai fazer e vai acontecer, eu nem sequer me passou pela cabeça de avisar a Guarda Nacional Republicana, porque aquilo lá podia ser um problema muito sério! Mas não, não se passou, está tudo calmo. Houve um convite para uma Assembleia? Sim senhor – um convite para uma Assembleia – mas os senhores têm que vir falar comigo dos vossos assuntos, que eram lá tratados, que era a Carta Educativa e mais alguns! Pronto, se a Carta Educativa estava ali, diziam assim: o que é que vão dizer de novo – todos os esclarecimentos eu prestava-lhos – e tudo. Agora, não me convocam para uma Assembleia – convidar para uma Assembleia – quando eu lhe posso dar todos os esclarecimentos em condições normais. -----

----- Quanto às condições económicas da Junta, os senhores têm que fazer uma auditoria à Junta se entendem que as coisas não estão bem, têm que fazer todas essas coisas e eu aconselho-vos a que o façam mas, quando precisaram, para assuntos inadiáveis, de quinze mil euros para satisfazer as necessidades de dívida ao ADSE, fizemos aquilo que não fizemos ao Presidente da Junta que era do Partido do poder, que foi dizer-lhe assim: não damos, o senhor se quiser vai escalonar a sua dívida como quiser – mas, a esta Junta de Bemposta nós atribuímos a totalidade do capital para pagar ao ADSE – (está atribuído e está atribuído por unanimidade). -----

----- Quanto à reconstrução da Junta, tenho que dizer que, quando cheguei a esta Câmara, a Junta não estava assim como está agora! A Junta já tinha sido participada no sentido de a reabilitar daquele acidente que houve – onde morreu uma criança (ou morreu um adulto) – e estava a ser reabilitada mas não podia ser acabada e, não podia ser acabada porque já tinha sido uma vez participada e o Secretário de Estado disse: não participo mais. E, quando eu peço uma nova audiência ao Secretário de Estado de então (creio que era o Miguel Relvas) novamente, eu levo-lhe três problemas e digo assim: tenho aqui três problemas em Mogadouro, faz-me o favor, defere-mos, e ele diz assim: não defiro; eu não participo essas obras. E eu ri-me de uma fotocópia (ri-me, passe o termo) e disse assim: então defira-me este que é uma obra de caridade porque queremos lá pôr um infantário, e ele deferiu-me sete mil contos. Contribuiu, com a nossa acção, para completar a Junta, pô-la um luxo, como está agora, através da rescisão de uma participação que já tinha sido reprovada. Portanto, nós nisso, também não temos grande dificuldade. Os ofícios estão aqui – pode consultá-los – já os nomeou, nós também os temos aqui escritos. -----

----- Quanto às lixeiras, se existem, o Vereador Pimentel depois responder-lhe-á. -----

----- Deputado Tibério, quanto ao QREN, o senhor sabe tão bem como eu o que é o QREN, sabe como são essas coisas, sabe que durante este

primeiro mandato, e no quadro de apoio comunitário e do quadro de apoio comunitário, Mogadouro tinha os seus projectos, queria recuperar o Bairro das Sortes, a ver se podiam fazer um contrato-programa; queria fazer uma Biblioteca; queria fazer isto pontualmente, nos seus programas, próprios de Mogadouro. O que é o QREN? O QREN agora deixa de ter essa política. Este Quadro de Referência Estratégica Nacional passa a dizer assim: não, os municípios já estão convenientemente equipados, já têm aquelas infra-estruturas que lhe permitam satisfazer, de certo modo, um nível adequado e, então, terão que fazer – o que, aliás, não fizeram até aqui muitas vezes – projectos que incluam desenvolvimento integrado e sustentado – não no próprio município só, mas sim em conjuntos de municípios, quer dizer, em municípios, por exemplo, de Miranda, Mogadouro e Vimioso, por exemplo, que é um que nós temos em mente, com outro, ou, até, a nível de região. Para o QREN, nós temos em estudo – porque ainda não há Projecto (os Projectos não poderão entrar agora) – projectos evidentemente para o Turismo. Abordámos já toda esta corda do Côa (nós fazemos parte da Associação do Vale do Côa) e é por aí que vamos fazer um projecto que englobe o Turismo nessa zona – Freixo de Espada-à-Cinta, Moncorvo e Mogadouro; fazer chegar aquele Douro vinhateiro, ver se o conseguimos trazer até ao nosso Douro das arribas. O embelezamento é uma prioridade nossa. Mogadouro já está razoavelmente embelezado; é preciso embelezá-lo mais. Temos na mesa da minha secretária um Projecto que chegou ontem, dum espelho de água na Ribeira do Pontão; temos alguns projectos em mente, que serão depois implementados. -----
----- O problema das águas é um problema que nos preocupa, é um problema que também vai entrar numa acção destas do QREN, e vai entrar – temos para o dia doze de Julho marcada uma reunião entre Mogadouro, Miranda – que não está nas Águas de Portugal – e Vimioso, marcada uma reunião também a pedido duma empresa qualquer, para, precisamente, fazer o projecto conjunto, encaixado no QREN para resolver o problema das águas. -----
----- Problema do ambiente: falou, e muito bem, no Dia da Desertificação, no Dia do Despovoamento, e isso tudo. Bem, quero-lhe participar – o Doutor Vítor Batista já deu aqui algumas explicações – mas eu queria-lhe participar que a câmara de Mogadouro não foi tida nem achada, nem consultada, nem informada dessa situação; foi o ano passado, e disseram-lhe assim: - olhe, pode-nos ceder tanto, e isso tudo, para uma reunião de crianças, na base disto (que eu nem sequer percebi bem o que era) para almoçarem, para estarem com os professores? – O que é que precisam? – Precisamos da camioneta. – Fazem favor! A mesma coisa aconteceu este ano, só que vieram aqui à Câmara, trouxeram um programa e eu disse sim, no que eu puder ser útil, eu apoio – a Câmara apoia, não sou eu. E é tudo o que a Câmara sabe sobre isso. Lamento profundamente que assim seja mas

é, na realidade, o que se passa. -----
----- Também temos os nossos projectos no campo da Cultura ... -----
----- O Núcleo Histórico: vem agora aí, no dia seis – vamos fazer a inauguração da Central de Camionagem – e vem aqui o senhor Secretário de Estado de Ordenamento do Território – João Ferrão – que me prometeu estudar profundamente um projecto que eu tinha apresentado já em Março, sobre a recuperação da Zona História e Núcleo Histórico. Portanto, era o projecto que estava feito pelo GTL. Esse projecto vai ser apresentado aqui, na Sala da Cultura, na presença do Secretário de Estado, oxalá consigamos, digamos assim, sensibilizá-lo para nos dar um Contrato-Programa (se não for no todo, em parte) para iniciar essa recuperação que, aliás, está já um pouco iniciada com a recuperação da Torre Sineira – já estão a fazer o muro envolvente – aquele projecto restrito ali ao Núcleo Histórico está já em andamento por parte do IPAR que tem dinheiro para realizar essas obras. Portanto, essas obras, a que me refiro no Secretário de Estado, vão desde o *Bombeiro*, Avenida Senhora do Caminho, depois aqueles jardins que se sucedem, estas duas ruas aqui, de Santa Marinha, até à Santa Ana. --
----- Também temos reservados projectos, estudar projectos, para a protecção à velhice. -----
----- No combate à desertificação, já lhe disse. -----
----- Quanto às tradições, considero que está também praticamente respondido. -----
----- Agora, passo a informar a Deputada Antónia Cardoso: -----
----- *Parabéns pelo nuclear; todos temos que ser fortes* – não acredito nunca que, quando se tem garra para determinadas coisas, se não tem garra para outras – não acredito nunca numa coisa dessas! Tem-se sempre garra! Pode, depois, é não se utilizar a garra! Mas, eu já por aqui disse muitas vezes, nesta Assembleia, que o desenvolvimento integrado, integrado – isto aqui, esta palavra, não é entre aspas, é integrado – e **sustentado**, da vila de Mogadouro, passa por um Centro Escolar – um Centro Escolar – e vamos a ver se eu aqui – aqui – digo que todas estas considerações, todas estas lutas, todas estas quezílias todas estas coisas que se estão a passar em Mogadouro, entre a Câmara, entre professores, entre isto e aquilo, são prejudiciais para uma coisa muito importante, que é precisamente para essa integração. Mogadouro tinha capacidade e condições para fazer aqui um Centro Escolar a que aderissem os municípios de Freixo de Espada-à-Cinta e de Miranda do Douro e de Vimioso, em função da sua população e em função da sua centralidade – para isso era preciso escolas. É preciso escolas de raiz e é preciso implementar um sistema – o mais rapidamente possível – antes que Freixo, ou Miranda, ou Vimioso o implantem e, então, teremos boas estradas para chegar às escolas deles. -----
----- Sobre este Governo fazer isto, fechar escolas ou não fechar escolas, bom, já não vale quase a pena falar nisso porque, em dois mil e três, nós

recebemos aqui na Câmara – porque isso era uma política do outro Governo (fechar escolas até três alunos, primeiro; e depois fechá-las até dez – e, recebemos aqui na Câmara um pedido a dizer assim: - concorda com fechar escolas até três alunos? E a Câmara deliberou, por unanimidade, não fechar escolas nenhuma. Quando este Governo entrou, e numa reunião em Bragança, a senhora doutora Margarida Moreira disse assim: - têm que fechar as escolas até vinte alunos, faseadamente; este ano fechamos até dez, e depois vamos fechar até vinte. E, se o senhores Presidentes de Câmara que estavam ali (e éramos doze do Distrito) não as quiserem fechar, eu fecho-as; a DREN fecha-as; o Governo fecha-as. Isto, aqui, não vale a pena! E, toda a organização escolar de Mogadouro que nós propúnhamos se fizesse (uma escola com tudo, ali, para receber os alunos em óptimas condições) foi ultrapassada pela necessidade de recuperar, de implementar o projecto do Governo o mais rapidamente possível em todas as condições, saltando por cima das condições (vamos ver; isto é adiantar uma solução, porque eu, ainda ontem pedi uma audiência à DREN e mandei um ofício a falar como era dos transportes, como era da alimentação, como era das instalações que ainda não começaram – não sei se já têm projecto – mas faltam dois meses para começarem as aulas). Portanto, todas essas situações podem falar à vontade, podem dizer o que quiserem, Cartas Educativas para a frente, Cartas Educativas para trás - na primeira Carta Educativa, e até porque foi o engenheiro Monteiro que disse assim: - Bemposta tem que ter um Pólo! Pois tem, disse-lhe eu! Tem que ter um Pólo porque está àquela distância e ainda tem vinte e quatro alunos, assim como Castro Vicente. E lá está o Pólo, como acolhimento e tudo! Lá está! Não há necessidade de mais nada! Agora, evidentemente, se, quando a Presidência da Junta de Bemposta queria saber de alguma coisa sobre a Carta Educativa, dirigia-se à Câmara – mas não dirigiu à Câmara! Dirigiu-se directamente ao Governo; dirigiu-se directamente à DREN; dirigiu-se directamente ao CAE; dirigiu-se directamente ao Governador Civil, saltando por cima da Câmara. É isso que existe com Bemposta – não da minha parte, quando quiserem, façam favor; estamos abertos a todas as explicações em condições. -----

----- Quanto ao Variz, eu devo-lhe dizer uma coisa: fizeram muito bem em, fosse quem fosse, enviar aqui uma delegação das mães do Variz, a protestar e a reclamar com a Câmara – precisamente no momento exacto, momento exacto – quando íamos entrar aqui para a reunião do Conselho de Educação Municipal – e quando me disseram assim: «porque o senhor Presidente da Câmara ...» Eh! Tenham calma! Tenham calma porque eu já estou velhote! Há-os aí, mais novos, capazes de vos responder! E, entrei aqui e disse ao senhor doutor Castanheira, na qualidade do CAE, e isso tudo, «faz favor, tem uma delegação que lhe quer falar, quer esclarecimentos, e isso tudo, e pronto». E o homem lá foi. Lá foi, deu-lhe

os esclarecimentos todos, disse-lhe como era - isso não é possível. «Mas a minha menina chora, mas minha menina, tal, tal, tal», é tudo, tudo, assim. Muito bem – tudo muito bem. Fizeram ali as suas reivindicações e depois disseram-lhe assim: «mas nós não ficamos por aqui». E, nessa altura, eu disse-lhe: - então digam por onde é que ficam, porque se quiserem uma camioneta para ir a Lisboa eu mando acompanhá-los. Mais nada. Portanto, isso é lá como CAE e quem lhe deu a explicação foi o CAE. Mas vieram na hora exacta, porque estava cá quem lhe sabia responder. -----

----- Quanto aos Centros de Dia, já se estão a participar alguns como Travanca, como Bemposta, etc. e vamos estudar esse problema. Estamos a estudar em que se irão utilizar escolas, e uma delas é essa hipótese. -----

----- Nas outras questões, o doutor João Henriques vai depois responder. -

----- Em resposta ao Vereador Moreno, creio que já falei nos ofícios de Bemposta, se não referiu que era de facto o pedido de audiência, pronto, desculpe lá; eu foi o que entendi, e digo-lhe uma coisa: neste momento, não tenho tempo para ler as Actas da Assembleia porque, se tivesse tempo para as ler, como desta vez, como me tinham dito que aqui o amigo Tibério e o meu amigo Moreno me iam dar na cabeça por eu faltar às Assembleias, bem então deixem-me cá ver o que é que eles dizem que é para os malhar – não lho vou responder. Não lhe vou responder a isso porque, se lhe respondesse, se calhar ficavam mais preocupados. Primeiro, bem, não lhe vou responder. Exige que lhe responda? Ora bem, o problema tem que ser considerado da forma como já o considere e eu entendo que a vossa atitude só pode ter dois modos: um, é o político e, dentro da política, têm que ter alguma coisa, têm que fazer política, senão isto também era uma pasmaceira de primeira apanha; houve depois o outro: estarem mesmo sentidos por eu faltar – vocês estarem mesmo sentidos por eu faltar. E, nessa altura, eu tenho que lhes dizer que, até ao fim deste mandato, eu vou tirar-vos da cabeça essa impressão. Promessa? Mas se não conseguir até ao fim do mandato, prometo recandidatar-me novamente para o conseguir. ----

----- Carta Educativa, o doutor João Henriques vai depois responder à Carta Educativa. -----

----- Quanto ao Posto de combustível, tenho aqui uma nota que diz que o primeiro foi indeferido; o segundo, foi deferido o projecto, mas está agora em análise porque não correspondia, portanto, às (?)”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu para informar que a Mesa já ali tinha registado um pedido, que depois se enviaria à Câmara para esta responder, sendo depois enviada a resposta por escrito aos senhores Deputados. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques disse: “Muito rapidamente, só para, no que me diz respeito à Carta Educativa e às respostas que enviei os ofícios ao Deputado Municipal Aníbal Moreno, é só sobre isso que vou usar da palavra. Tudo aquilo que

tem sido dito acerca da Carta Educativa, pondo, dito por alguém, obviamente com interesses nisso, pondo a responsabilidade em cima da Câmara Municipal, como se a Câmara Municipal tivesse a totalidade da responsabilidade, tirando o Deputado Municipal Tibério, que parece que a única coisa que o Governo fez, que não é da responsabilidade da Câmara, é a legislação do bagaço – desculpe lá utilizar desta forma – parece que tudo o resto que sucede que é da responsabilidade, ou que tem a aprovação da Câmara Municipal. Deve ter a aprovação da Câmara Municipal de Mogadouro o encerramento da Cirurgia no Hospital de Macedo de Cavaleiros; deve ter a responsabilidade da Câmara Municipal de Mogadouro o encerramento das maternidades no distrito; deve ter a aprovação da Câmara Municipal de Mogadouro o estudo judicial com o encerramento de Tribunais – que a gente já ouviu; deve ter a responsabilidade da Câmara Municipal de Mogadouro tirar sete e meio por cento das reformas daqueles que se queiram reformar antes dos sessenta e cinco anos; deve ter a responsabilidade da Câmara Municipal de Mogadouro o Estatuto da Carreira Docente com professores titulares e professores não titulares; deve ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Mogadouro a agricultura e o retirar os subsídios das agro-ambientais, no caso próprio do Plano Zonal; deve ser da Câmara Municipal de Mogadouro encontrar um rato entre Vimioso e Algosos para não se fazer a estrada; deve ser da responsabilidade da Câmara Municipal de Mogadouro, se calhar, encontrar *gambuzinos* entre a estrada de Vimioso e Mogadouro, de Algosos e Mogadouro; da barragem do Baixo Sabor; da Lei dos Disponíveis entre os vários Ministérios e, vamos ver – vamos ver – concretamente, no Ministério da Agricultura o que irá suceder; alimentação dos encargos do pessoal das autarquias; o aumento do IVA para vinte e um por cento; o aumento dos combustíveis... bem, pelos vistos, a Câmara Municipal de Mogadouro é responsável em tudo, menos na legislação da Lei do Bagaço! Graças a Deus que temos uma parte que não temos a responsabilidade, o que agradecemos. Meus amigos, vamos então à Carta Educativa. E, só para dar aqui, também, duas respostinhas muito rápidas: eu lamento – eu lamento – que a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia de Bemposta – lamento – tenha enviado um ofício para a Câmara Municipal, já durante o decorrer desta semana, ou final da anterior – não posso precisar – sobre aquilo que acha que está incorrecto na Carta Educativa, reunião essa que a Assembleia de Freguesia executou, ou fez, no dia vinte e nove de Abril – vinte e nove de Abril (mandaram-nos no fim da semana passada) – depois de ter sido, tido aqui, a Assembleia Municipal, onde os senhores tinham recebido a Carta Educativa dez dias antes, e que era esse o assunto que ia na Ordem de Trabalhos, e os senhores – injustificadamente, como está na Acta – faltaram à Assembleia e depois vêm, dois meses depois, dizer «isto está mal e deve ser assim». Não é assim

que se trabalha! Desculpe-me, senhor Presidente, não é assim que se trabalha! Se o senhor foi levado a esse papel, foi um papel que lhe assentou muito mal. Mas, assentou-lhe muito mal, mais do que a si, às gentes da sua freguesia porque, se queriam o assunto alguma vez resolvido e aumentado ou alterado, era aqui nesta Assembleia, onde a Carta foi aprovada, que Vossa Excelência devia de estar e dar o seu contributo para ela. Mas não o fez! E vêm dois meses depois dizer à Câmara «isto não está bem, e os senhores devem fazer isto de forma diferente». Não é assim que se trabalha, senhor Presidente! Não pode ser assim que se trabalha, em lado nenhum! Da mesma forma como os senhores mandaram essa Moção para todas as entidades que lá está – Ministra da Educação, Secretário de Estado – a Câmara Municipal respondeu a todas as entidades também, com o conhecimento que os senhores mandaram, a dizer: «pois, mas o senhor Presidente da Junta não esteve presente, e injustificadamente, porque lhe marcou falta injustificada, a Assembleia, à discussão desse assunto». Portanto, está aí visto a importância que ele lhe põe à Carta Educativa. Senhor Presidente é este o meu entendimento em relação à Carta Educativa. -----

----- Por ser a nossa Carta Educativa a primeira a estar na DREN e em estado avançado, se não estivesse, éramos os últimos, andávamos a correr atrás dos outros; somos os primeiros – não quer dizer que seja o primeiro, mas que esteja melhor. Também nem sempre, quem fala muito é que fala bem, ou que fala melhor. Portanto, vou tentar encurtar as minhas palavras nesse aspecto. -----

----- Senhor Deputado Municipal Aníbal Moreno: em relação à resposta que lhe enviei sobre a Carta Educativa, a mesma ênfase que o senhor Deputado Municipal chegou aqui e disse: «não senhor, na carta Educativa anterior (leio as suas palavras que estão na Acta e que pode confirmar) agora, hoje, veio dizer, a primeira versão, não foi isso que Vossa Excelência disse; o senhor disse assim: «o Pólo de Bemposta não previa acolher alunos, era simplesmente com os alunos de Bemposta, é buscar a Carta Educativa anterior» – a anterior foi aquela que lhe entreguei, onde estava – a única já entregue na DREN – e onde estava contemplado o Pólo educativo de Bemposta. Esperava, porque o considero um homem sério e um homem de palavra que, com a mesma ênfase que disse isso, tivesse a coragem de alguém da sua bancada, que também aqui chegou, e disse «peço desculpa, porque estava enganado», era essa coragem que eu estava à espera. Muito bem. As acções ficam com quem as pratica. Não tem problema nenhum acerca disso. -----

----- Por fim, em relação às Juntas de Freguesia, e por termos dito e termos-lhe comunicado que as Juntas de Freguesia tinham – do PS – no mandato anterior, cerca de um/quarto delas, tinha recebido mais do que aquilo que estava contemplado. O senhor Deputado Municipal disse aqui

que recebeu quinze mil e tal; não recebeu mais; o resto foram obras feitas. Não, não foram obras feitas. Aquilo que aqui está escrito não é isso – materiais que a Câmara pagou que eram da responsabilidade da Junta de Freguesia. Então, para mim, darem-me o dinheiro, ou pagarem-me as despesas, para mim, é a mesma coisa – vai-me desculpar – e aquilo que lhe disse continuo a afirmá-lo da mesma forma: o PS tinha nove ou dez Juntas de Freguesia; portanto, cerca de vinte cinco por cento, cerca de um/quarto, é vinte por cento; vinte por cento é cerca de um quarto e como lhe foi provado no ofício que lhe enviámos, cerca de um/quarto, porque foram duas, que corresponde a vinte por cento, receberam mais no ano anterior do que aquilo que estava previsto – Juntas eleitas pelo Partido Socialista. É só. Muito obrigado. Quais foram? Eu passo a explicar. Se me permitem, na sequência da Assembleia Municipal, vou ler o que se mandou ao senhor Deputado Municipal: «Na sequência da Assembleia Municipal de treze de Abril, em que afirmei que cerca de vinte cinco por cento das Juntas de Freguesia eleitas pelo PS receberam da Câmara Municipal transferências de capital superiores às previstas no nosso orçamento de dois mil e cinco, ao que Vossa Excelência solicitou que provasse o que afirmava, e não tendo oportunidade de o fazer já que os serviços camarários se encontravam encerrados por *tolerância* decretada pelo Governo, venho agora apresentar a justificação para o que afirmei. Assim: a Junta de Freguesia de Travanca (eleita pelo PS para o mandato de dois mil e um/dois mil e cinco) tinha como previsão no orçamento de dois mil e cinco receber em transferências de capital quinze mil oitocentos e sessenta e quatro euros. A referida Junta de Freguesia recebeu: em transferências directas de capital, quinze mil euros; em transferências indirectas de capital (materiais pagos pela Câmara para obras da responsabilidade da Junta de Freguesia a executar em Figueirinha) dois mil quatrocentos e dezassete euros e oitenta e nove cêntimos – total (valor este superior ao cabimentado), dezassete mil quatrocentos e dezassete euros e oitenta e nove cêntimos. A Junta de Freguesia de Paradela (eleita pelo PS para o mandato de dois mil e um - dois mil e cinco) tinha como previsão no orçamento de dois mil e cinco receber em transferências de capital quinze mil cento e quarenta e dois euros. A referida Junta de Freguesia recebeu: em transferências directas de capital, treze mil e quinhentos euros; em transferências indirectas de capital (materiais pagos pela Câmara, cubo de granito para obras da responsabilidade da Junta de Freguesia, a executar no Salgueiro), três mil quatrocentos e sessenta e seis euros e três cêntimos – total (valor este superior ao cabimentado), dezasseis mil novecentos e sessenta e seis euros e três cêntimos. *Mas, se os senhores (só falei nas que tinham recebido mais que o previsto; as que recebiam menos era aquele senhor que tinha o direito de o fazer). Mas, se os senhores acharem que pagar a Câmara Municipal despesas da Junta de Freguesia não adianta e não vos ajuda*

nada, façam o favor de vir aqui dizer, que até nos dão uma ajuda muito grande – eu agradecia que viessem cá dizer: «Esse dinheiro que os senhores pagam, das Juntas, não interessa para nada», e era óptimo que assim sucedesse.» -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** informou que, de seguida, apenas iria conceder três minutos a cada um dos próximos intervenientes em virtude da Ordem de Trabalhos ser extensa, não querendo, contudo, encurtar o diálogo. De seguida, deu a palavra aos Deputados que entretanto se inscreveram. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou então da palavra dizendo o seguinte: “O senhor deu-me a palavra para contrapor, mas eu não quero só contrapor, também quero apoiar e agradecer. Depois deste panorama negro aqui trazido pelo senhor Vice-Presidente – isto, ainda por cima, a despropósito de uma bebida branca (não se entende bem) – a propósito do bagaço ele fez aqui um relambório de coisas negras que foi uma coisa – peço desculpa – perfeitamente descabida nesta Assembleia. Apesar disso, registo com agrado a sua resposta bem-humorada. Não tenho procuração do Deputado Albino, queria só dizer que, tendo estado atento na última Assembleia, contrariamente ao que o senhor Presidente da Assembleia disse (eu estive atento) e, portanto, as palavras ditas pelo Deputado Albino, sem eu ter falado com ele, nem sem ter a procuração dele, sobre a ausência do senhor Presidente, acho que foram provocadas pela informação recebida do substituto do senhor Presidente – está transcrito em Acta. Por outro lado, eu queria pedir ao senhor Presidente que usasse a mesma capacidade e determinação que utilizou para mandar substituir, ou ir mandar substituir os candeeiros junto do Palácio da Justiça, que use a mesma determinação para repor os bancos no jardim – a bem dos velhinhos – e, se ainda for a tempo, também, para corrigir estes candeeiros que estão aqui na zona envolvente ao Convento. Eu não sei se são objectos de Protocolos, porque uns, podem ser objectos de Protocolo e, então aí, a capacidade discricionária da Câmara fica um bocado diminuída, outros são obra directa da Câmara. Penso que haverá aí alguma margem de manobra para repor situações e tentar evitar desfeixamentos. -----

----- Uma nota final, para o assunto que era corrente aqui – em todas as assembleias se ouve falar, da atribuição de verbas – eu lamento que não haja um critério para atribuição das verbas às freguesias e, o que se nota aqui é, como muito bem o senhor Presidente da Assembleia, na última Assembleia Geral, que é uma «dança de números»: ora viras tu, ora viro eu; seria tempo de parar com esta contradança. -----

----- Com muito agrado, transmito a informação que me acaba de dar o senhor Presidente da Câmara: os bancos já existem e já estão para ser postos no sítio. Em nome dos velhinhos, os meus agradecimentos”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra e disse: “Eu, em primeiro lugar, pretendo responder também ao Deputado Martins e lembrar-lhe que, a Moção que nós votámos contra, não estava em discussão, concretamente, o Pólo de Bemposta; não era também a Carta Educativa - leia a Moção – e por isso é que nos abstemos – leia a Moção para esclarecer, de facto, o porquê que a Junta de Bemposta se absteve e nós, claro que votámos contra. -----

----- Ao senhor Zé Luís Cordeiro, pois, se se sente de facto difamado, só tem uma coisa a fazer: é recorrer ao Tribunal. Quem tem que provar é o Zé Luís Cordeiro, porque se sente difamado. E, vou-lhe responder também à questão da caução dos cinco por cento que reteve ao pagamento ao empreiteiro – reteve-lhe a caução de cinco por cento – isso é correcto fazer-se! Isso é correcto! Agora, o que não foi correcto fazer-se foi depois a Junta gastar esse dinheiro! Esse dinheiro tinha que estar em cofre, depositado porque, quando transferiu este saldo para a Junta de Freguesia seguinte, só transitou mil oitocentos e noventa e quatro euros e a caução, só destes cinco por cento, eram quatro mil setecentos e vinte e oito euros. Portanto, esse dinheiro, falta-lhe à Junta de Freguesia! Não o podia ter utilizado! Esse, de facto, tinha de estar em cofre como caução. Portanto, não o podia ter utilizado. Eu estou-lhe a dizer que não o podia ter utilizado a Junta. -----

----- Sobre, também, a Junta de Freguesia de Bemposta, que teve o problema quando foi do rebentamento dos foguetes, a Câmara anterior não teve problema nenhum em a financiar para recuperar, com um subsídio extra, para recuperar aquela instalação. E eram de Partidos diferentes, e não tivemos problema nenhum em a ajudar financeiramente para poder recuperar o edifício. Portanto, não percebo agora se algum problema financeiro tem a Junta de Freguesia, e porque são de Partidos diferentes, que tenha algum problema em a auxiliar. Já se fez isso anteriormente quando o senhor Zé Luís era Presidente e o doutor Francisco era Presidente da Câmara e, portanto, houve um entendimento que, de facto, se devia auxiliar a Junta porque teve ... pronto, aquilo foi um imprevisto. -----

----- Quanto à questão da Carta Educativa, penso que já não vale a pena «bater» mais no assunto mas, tenho que «bater» é na questão das transferências para as freguesias! Que eu saiba, os arruamentos a granito ou outra coisa qualquer, os arruamentos são competência da Câmara, não são competência da Junta. E, portanto, agora dizer que essa verba era competência... Não! A competência era da Câmara. Agora, imputar-lhe um arruamento, os cubos de granito que forneceram para o Salgueiro, mas essa é competência da Câmara, não é competência da Junta os arruamentos. Portanto, aí, não podem imputar à Junta de Freguesia que isso é da Câmara Municipal. -----

----- E, senhor Presidente, porque não fiquei esclarecido sobre a pergunta que foi colocada pelo Deputado Municipal Albino sobre a delimitação da

Zona Histórica. Neste momento, só há uma – é a que está no PDM! Se o GTL avançou com os estudos, enquanto não for aprovado, não pode existir; só depois de estar aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal, aí sim, haverá uma nova Zona Histórica. Nesse momento, só existe a que está no PDM, a não ser que tenham dados que eu desconheça! E, quanto ao projecto ... eu acho que, pronto, é fácil descartarmo-nos quando alguém nos questiona e, se calhar também não concordamos muito com o projecto, passar a responsabilidade para outras entidades, que é o caso do projecto da zona envolvente – e que foi questionado pelo Ilídio Martins – sobre os candeeiros – passou-se logo a bola para o GTL que fez o projecto, mas quem o aprovou foi a Câmara Municipal! Quem é o responsável pelo projecto é o dono da obra, não é o GTL; o GTL fez um serviço que lhe foi encomendado e o dono da obra é que é o responsável pelo projecto. -----
----- E, quanto à, portanto ... acho que o senhor Presidente já reconheceu que, de facto, não foi pedida, não referi eu, na anterior Assembleia, que a Junta tinha feito pedidos de audiência, mas sim, tinha endereçado pedidos, e, portanto, penso que a funcionária de apoio à Assembleia Municipal lhe dará conhecimento da acta e do conteúdo das afirmações que eu fiz, porque elas constam na acta. Tenho dito.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu o facto do senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PS ter usado mais que os três minutos, o que está contemplado no Regimento, uma vez que se parte do princípio que os outros demoram menos, podendo ele substituir o resto das intervenções. ---

► **ALBINO RODRIGUES** usou a seguir da palavra, expondo o seguinte: -
----- “Antes de mais, dizer ao senhor Presidente que não foi uma perspectiva de fiscalização a chamada de atenção que eu lhe fiz em relação à falta, mas, com alguma tristeza vejo a não presença do Presidente num Órgão tão importante como este – só isso. -----

----- Relativamente à zona histórica, aquela que prevalece, segundo a minha perspectiva, é a residencial São Pedro. E, ainda há pouco tempo eu estava em minha casa, e chegou um munícipe, que é igual a todos nós, nem mais nem menos, e queixa-se que, na Vila de Mogadouro, não tem saneamento básico!/? Na zona histórica!/? Andamos a pôr as coisas bonitas e o feio fica para os outros! Ora bem, no cimo, no Bairro do Canto – não sei se é Bairro do Canto, mas é no Canto – ao cimo da Rua do Norte, por trás da Residencial São Pedro, ao pé da Casa da Cultura, onde vivem aproximadamente dez famílias, continuamos a ter esgotos a céu aberto a quinhentos metros da estação de tratamento. Senhor Presidente, é grave! Isto é vergonhoso para a vila – digo eu, no meu entender! Portanto, a culpa não é de ninguém mas, o que é certo é que já lá vão trinta e dois anos depois do *Vinte Cinco de Abril* e continuamos com a mesma história. Quer dizer, o saneamento, as condições básicas que qualquer cidadão, que

qualquer ser humano devia ter, na Vila, na sede do concelho, não existem! Tenho dito.” -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou a seguir da palavra, e disse: “Eu, tenho alguma dificuldade em entrar em pingue-pongue, em entrar em jogo de palavras. Pingue-pongue só sei jogar numa mesa de ténis – tenho dificuldade em fazer este tipo de coisas. Mas, só para dizer que fico até um bocado contente como a *Lei do Bagaço* fez o que fez, não é? A *Lei do Bagaço* trouxe-a aqui – não foi a brincar – acho que é um assunto sério (esse e outros parecidos com esse) no que respeita à preservação das nossas tradições e dos nossos produtos locais e ao nosso desenvolvimento local, que é aí que as coisas se jogam. Só que lamento que o Vereador João Henrique tenha aproveitado essa nuance para fazer aqui uma espécie de campanha para as eleições legislativas, quer dizer, não estamos aí, não é? A seu tempo, a seu tempo! Acho que todo esse discurso foi completamente a despropósito e não oportuno. Para dizer muito rapidamente que, quando venho aqui solicitar informações à Câmara ou à Assembleia, não é para mim porque, por hábito, só solicito informações sobre aquilo que já sei ou que já conheço porque, sobre o que não sei ou desconheço, não sei como, não sei como perguntar, não é? Portanto, as informações não são para mim; portanto os esclarecimentos não são para mim, são para a Câmara. Não falo em meu nome pessoal, mas falo em nome do meu Grupo Parlamentar, da minha bancada – penso eu. De qualquer maneira, agradeço a informação prestada pela Câmara Municipal sobre as actividades que pensam vir a incluir, ou a candidatar ao próximo QREN; não me foi contudo respondido sobre a forma como o município está a pensar, ou já está a fazê-lo, de participar na discussão do PNPO em resposta àquele ofício da Associação Nacional de Municípios. No que respeita também ao combate à desertificação e ao projecto piloto que aqui existe – não sei se se chama projecto piloto, se se chama subcomissão, seja o que for – ele existe, de facto, no papel, formalmente, e não podemos estar à espera, nós, que alguém nos chame para fazer o que quer que seja, não é? De facto, é uma subcomissão que não tem dinheiro; aliás, nem a comissão nacional tem dinheiro – eu conheço isso – nem precisa tê-lo porque o combate à desertificação faz-se com acções, não tem propriamente que ter uma estrutura ou um gabinete institucional por trás. Tudo o que a Câmara faz, tudo o que as freguesias fazem, fazem-no nesse pressuposto do combate à desertificação. É o nosso desenvolvimento que está em causa, não é? O que é necessário é que nós temos a capacidade e (obrigado Vítor, por vir dizer isso – que eu também o sei) o que é necessário é que as organizações locais, que os actores locais se animem, se dinamizem nesse sentido. Ele referiu, e bem, porque eu também conheço, o facto de uma associação de Macedo de Cavaleiros querer participar. E, ele lamentou, e eu também lamento, porque não há mais organizações da nossa terra, inclusive a

Câmara, a integrar-se nessa subcomissão. Eu não sei quem é que faz parte da subcomissão – é o Parque Natural do Douro Internacional, é o Vítor o coordenador, é o Presidente da Câmara o coordenador – quem é? Não sei É isso que eu pergunto porque, o que eu queria, era que houvesse dinamismo nesse sentido e que as coisas fossem feitas nesse sentido. O senhor Presidente da Câmara referiu, ou fez referência aos jovens e às crianças – leiam o artigo que vem no *Expresso*, ou na revista do *Expresso* e comparem as iniciativas em Mação, em ... mais abaixo, no Alentejo, em... agora não me recordo do nome alentejano – em Mértola, ou coisa do género – e comparem com aquilo que se faz em Mogadouro”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse de seguida que, em virtude de se ter chegado à discussão deste ponto já com um largo atraso, teria que ser repensada uma nova metodologia de funcionamento – na próxima reunião, em princípio teriam que discutir isto.

----- Anunciou de seguida a entrada no novo ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;*** -----

----- Deu então a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação deste ponto. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, referiu-se ao resumo apresentado por escrito a todos os Deputados Municipais, onde constava a actividade desenvolvida pelo Presidente da Câmara e pelos seus Vereadores, além da situação financeira do município. Disse que o que estava ali se referia à presença nominal de todos os Vereadores e, no seu caso, fez-se acompanhar algumas vezes por outro Vereador. Disse também que: “Relativamente a tudo que está para trás, temos duas dívidas – uma é à Associação de Municípios e outra é à empresa Santos – que empolgam muito esta rubrica de Dívidas a Fornecedores. A empreiteiros, também; isso resulta dum ligeiro atraso que há relativamente às outras sessões anteriores, portanto, foi da necessidade premente de pagar à *Sá Machado* e à *Inertil* um volume de quatrocentos e cinquenta mil euros na medida em que esse dinheiro, enquanto não for pago não pode ser recebido pela Câmara porque resultam de participações. E é isto que tenho para dizer. Se alguém quiser alguma informação ...”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de seguida se alguém pretendia fazer alguma intervenção sobre este assunto, pelo que, não havendo interessados, passou ao ponto seguinte na ordem do Dia: -----

----- **2. 2 Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2006”:** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu-se ao facto de que, em virtude dos pontos *dois.dois*, *dois.três*, *dois.quatro* e *dois.cinco* se interligarem seriam discutidos em conjunto, sendo a sua votação feita em separado, caso os senhores Deputados não vissem nisso inconveniente. Não havendo discordância, foram então analisados em conjunto o ponto já apresentado e os que se seguem: -----

----- **2. 3 Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2006”:** -----

----- **2. 4 Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2006”:** -----

----- **2.5 Análise e deliberação sobre “2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2006”:** -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal para fazer a apresentação dos documentos em apreço. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, disse: “Tem a ver esta revisão – Orçamento Municipal, da Receita, da Despesa e do Plano de Actividades e do Plano Plurianual de Investimentos – essencialmente com duas situações: uma situação foi acrescentar uma rubrica no Plano de Actividades da Câmara Municipal – naturalmente com repercussões depois, quer no Orçamento da Receita quer no Orçamento da Despesa – que tem a ver com a introdução da varredura da Vila de Mogadouro. E isto porquê? Porque entende a Câmara, ou entendeu o actual executivo, que tínhamos que começar a pensar, eventualmente, numa outra solução para ver se conseguimos dar a volta à limpeza da Vila de Mogadouro que a gente, lamentando, em muitos casos, nem sempre tem estado da melhor maneira. De maneira que, entendemos que é necessário abrir a porta a outras soluções. Naturalmente, soluções essas que irão ser posteriormente debatidas a nível de executivo mas, para isso, foi necessário abrir a rubrica em Plano de Actividades, por isso agora acrescentámos *Varredura da Vila de Mogadouro*. Isto tem a ver com aquilo que estamos a pensar de uma possível abertura de um Concurso Público para adjudicar a varredura da Vila a uma empresa privada através, naturalmente, do respectivo concurso público. E isto porquê? Porque Mogadouro, digo, entendemos também que a Câmara não deve exagerar na introdução ou na ampliação dos seus quadros, no que diz respeito a pessoal não especializado, e também porque não resulta, ou tem-se provado que não tem resultado. Portanto, e como temos os espaços verdes a aumentar do dia a dia, existe aqui uma hipótese de reconversão do pessoal não especializado que está no sector da limpeza para o possível enquadramento no pessoal de jardinagem. Parece-nos o momento oportuno, antes que se

venha a admitir mais pessoal para a limpeza dado que está provado que não tem dado grandes resultados. Portanto, esta é a visão que temos; ela será apresentada em devido tempo à Câmara Municipal e depois seguirá os trâmites legais. Depois, tem a ver outro assunto, outra alteração, que tem a ver, aqui, com a contratação de um empréstimo que faz parte da Ordem de Trabalhos desta Assembleia. Portanto, também foi preciso, naturalmente, mexer no Orçamento da Receita, e afectar esse empréstimo a obras e, nesse sentido, teve que se incluir nestas alterações que aqui vos são apresentadas. Essencialmente, tem que ver com estes dois pontos pois, pontualmente, há uma alteração que a Contabilidade entendeu que era necessário para cabimentar uma outra factura para a qual não havia cabimento”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** começou por dizer que não estava previsto entrevir neste ponto, que não tinha pensado fazê-lo porque, sobre alterações a Planos de Actividades e Orçamentos e Planos Plurianuais de Investimento, já estava tudo dito, já tinha dito tudo que havia a dizer, conforme se encontrava exarado em acta. E continuou: “Depois de ouvir as razões de alteração do Plano, aí, fiquei com vontade de vir aqui mesmo. Ora, e fico espantado, como é que se altera um Plano de Actividades, ou como é que se vai alterar um Plano de Actividades para incluir uma rubrica «Varredura da Vila de Mogadouro». Então, nem sequer no início do ano, ou no início do Plano de Actividades, no início do exercício, no início do mandato se consegue prever e incluir uma rubrica para varredura da Vila de Mogadouro e orçamentá-la? Eu posso ser ignorante nestas matérias – admito que o seja – mas ... preciso esclarecimentos. Mas, então, também o empréstimo que é solicitado para obras, as obras não estavam previstas no início? Arruamentos em Bruçó já estavam mais que previstos! Não estavam orçamentados? Ou o que é que se pretende? Pretende-se, ou essas obras estavam orçamentadas com projectos e agora já não há projectos, tem que ser com receita própria? Bom, mas nós temos que prever todas estas situações! Quer dizer, é isto que me espanta, a necessidade de andarmos constantemente a alterar Planos de Actividades, Orçamentos, para coisas que são mínimas e esta história, de facto, da varredura da vila – o exercício iniciou-se há pouco tempo, não é? Devia estar, essas coisas, acho, que estão perfeitamente definidas ou então, o que é que está definido num Plano Anual de Actividades no início do mandato? Não sei”. -----

► **ANÍBAL MORENO** também usou da palavra, e disse: “Começaria por me debruçar primeiro sobre a revisão ao Plano Plurianual de Investimentos porque, sinceramente, não se compreende muito bem que se faça uma revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para incluir aqui uma rubrica de mil euros. E diz, concretamente o seguinte: reparação e beneficiação de edifícios de saúde – não sei quais são os benefícios de saúde que a Câmara

tem que necessitem tanto de reparação. Eu estou a perguntar, qual será!? E, se isto é referente a Facturas atrasadas, portanto, nota-se que não houve grande cuidado na elaboração, na altura, do Plano Plurianual de Investimentos. Mas, o que para mim mais tenho a dizer é sobre a Receita, ou seja – e nisto, tenho de dizer, concretamente, que não posso concordar. E não posso concordar porquê? É que se vai substituir uma verba que estava prevista em Orçamento, isto é, um milhão duzentos e oitenta e quatro mil euros, que estavam previstos arrecadar como sendo fundos comunitários e desiste-se desses fundos comunitários para recorrer a um empréstimo, isto é, deixamos de receber aquilo que nos era dado a fundo perdido para irmos buscar um empréstimo que temos que pagar no futuro. Não se compreende, de facto, que estando orçamentado, no caso concreto, dois milhões oitocentos e oitenta, mais três milhões e novecentos de fundos comunitários, nestas duas rubricas, se desiste neste momento para, afinal, não queremos os fundos comunitários mas preferimos recorrer a um empréstimo de médio e longo prazo que depois terá que ser pago no decorrer dos anos. Isto, de facto, é inadmissível. Por outro lado, sempre entendi que o recurso a empréstimos deve ser para potenciar a arrecadação, isto é, aumentar a possibilidade de angariar mais fundos comunitários. No caso concreto – pelo menos o que aqui nos é apresentado – traduz-se completamente no contrário: vamos aumentar a dívida mas desistimos dos fundos comunitários na mesma percentagem. Isto, de facto, não se compreende, não é uma boa gestão e, como tal, a nossa bancada, neste aspecto, irá votar contra. -----

----- Sobre as outras alterações, não tenho nada a apontar; se querem avançar para a contratação de serviços para a limpeza, limpeza da vila, já agora, incluam também, quando fizerem esse contrato, a freguesia de Bemposta, de forma que pode ser assim liberta do encargo que tem para fazer a limpeza que de facto pertencia à Câmara mas é a Junta que está, de facto, a suportar esse encargo. -----

----- Também foi afirmado aqui, na explicação (e eu penso não será o caso), também foi afirmado que esta revisão é para englobar o empréstimo que vai ser aprovado posteriormente – foi isto afirmado, aqui, à questão de alguns minutos. Eu penso que não será o caso, que isto que está aqui a ser incluído é um empréstimo que já foi contratado há mais tempo, portanto, são dois empréstimos distintos mas, se assim não for, agradeço que me esclareçam esta dúvida”. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra e disse: “Relativamente a estes documentos, que estamos a analisar conjuntamente porque eles estão correlacionados, como é entendimento, e como faz parte de uma gestão autárquica, estes documentos têm que se ir ajustando. O que se está aqui a introduzir, é uma rubrica para a limpeza, ou seja, para a varredura, está-se a dar a possibilidade de se fazer de outra forma, se calhar mais profissional.

Portanto, a limpeza estava certamente assegurada – ou eu estou muito enganado. Quando se diz que é uma coisa mínima incluir, por causa da varredura, portanto, a varredura é incluir essa rubrica para implementar uma estratégia, que eu acho correcta, de reconversão nos serviços e possibilitar uma varredura profissional, da qual eu penso que advirá uma qualidade melhor. Também foi aqui dito que se desistiu de fundos. Bom, eu não sei. Eu acho que não se desiste de fundos, só o senhor Presidente tem que me dizer se realmente está a desistir de alguns fundos comunitários porque, eu acho estranho uma autarquia ter alguma candidatura aprovada, algum fundo comunitário aprovado e desistir de fundos. O que se está é a desistir da estratégia porque não há é fundos. Ah! Então, quer dizer: se calhar, os Governos centrais fazem uma má gestão, que se chega ao final de quadros comunitários e, a uma altura destas, criam ... se calhar, o poder central, na gestão dos fundos e que cria momentos brancos, momentos de ausência e isso é que não é estratégia de desenvolvimento, porque os fundos comunitários devem fazer uma ponte em que não haja lacunas de quadro em quadro. Portanto, o que não é há é fundos comunitários. Portanto, quem gere os fundos comunitários tem que prever não criar momentos de lacunas, momentos brancos, para não interromper o desenvolvimento. O que se está aqui é a mudar a estratégia, uma vez que o poder central não prevê o desenvolvimento contínuo de forma a assegurar o desenvolvimento efectivo no poder local. Portanto, não se está certamente a desistir de fundos comunitários; está é a mudar-se de estratégia, uma vez que não está é assegurado, neste momento de passagem, de mudança de quadro e mudança de estratégia o recurso aos fundos comunitários. Dadas as explicações e também esclarecendo estes pontos que foram aqui apontados pela oposição, a bancada do PSD está na disposição de o aprovar favoravelmente”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de seguida à Câmara se pretendia fazer alguma intervenção e esclarecer melhor as questões que haviam sido suscitadas. De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal que se fez representar pelo Vereador Pimentel. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, disse: “Queria começar por esclarecer e pedir desculpa porque, efectivamente, o Deputado Moreno tem razão, até porque a importância não é igual – isto tem a ver, efectivamente, com o empréstimo (no que diz respeito ao empréstimo), com o empréstimo anterior. Portanto, o que tem a ver nas Receitas e nas Despesas, essa alteração é com o empréstimo anterior. Agora, o que o Deputado Moreno procura fazer, e que às vezes, enfim, lhe dá as suas voltas bem dadas, é esta questão das Receitas e da Despesa, e tenta *embrulhar* para dar, efectivamente, uma imagem que ele sabe que não é real mas que, enfim, estando num órgão político, tenta passar. É evidente que aquilo que estava no Plano de Actividades e no

Orçamento eram expectativas de ir buscar fundos. Portanto, num Orçamento de trinta milhões de euros, naturalmente temos que ter expectativas altas para podermos ir buscar o máximo que podemos. Portanto, não houve perca de fundos nenhuns – pelo contrário. Já ultimamente o próprio INTERREG os afectou depois do *over booking* que fez, há relativamente pouco tempo, nos afectou mais cento e vinte cinco mil euros para um projecto que estava financiado só numa determinada fasquia. Portanto, não há aqui prejuízo nenhum e nós não desperdiçamos fundos e o Deputado Moreno sabe-o muito bem. Aliás, ainda nesta reunião de Câmara foi um Protocolo assinado com o ICN em que assegura mais (também não estava assinado), mais cento e quarenta mil euros para a Cascata da Faia – e mais uma vez estamos a falar de Bemposta – da freguesia de Bemposta, que eu estranho, efectivamente, que apesar de eu ser meio de Bemposta, ou ter casado em Bemposta, e sinto-me muito orgulhoso com Bemposta mas, fica-se com a estranha sensação de que, para o Partido Socialista todas as outras Juntas de Freguesia se esqueceram. Nesta Assembleia ainda só se falou de Bemposta – eu fico orgulhoso porque, efectivamente, é uma terra que está muito bonita, que demonstra o trabalho, não só da Câmara, como também das Juntas de Freguesia anteriores, que o precederam. Portanto, é sinal que estamos no bom caminho. Assim como é sinal, também, do bom caminho as obras que estão a decorrer neste momento em Bemposta e agora a Cascata da Faia, com orçamento a cem por cento assegurado. Portanto, isto é que é pensar Bemposta, ao contrário doutras situações que se têm vindo a analisar. Não estamos a trocar empréstimos por fundos comunitários. Não! O Deputado Moreno sabe muito bem que estamos no final do III Quadro Comunitário de apoio, aliás, quando nós entrámos a nível do Eixo I – e eu não me canso de referir isso – já só tinha, a Câmara de Mogadouro, só tinha dinheiro na *medida um.um*, porque as outras estavam esgotadas, e nem por isso deixámos de arrecadar os fundos comunitários que são conhecidos. Portanto, não estamos a trocar; estamos simplesmente – e, não quer dizer, também, que estas obras que aqui constam do empréstimo, não venham ainda a ser financiadas pelo novo QREN. Vamos aguardar é que o Governo conclua os programas operacionais do QREN para ver se elas ainda vão ser financiadas ou não porque, se estivéssemos à espera de financiamentos certos, senhor Deputado Moreno, pelo menos sessenta a setenta por cento das obras estariam agora a ser lançadas e, felizmente, elas foram financiadas. Dizer que, sobre as alterações que aqui vos são propostas, lembrar que todas elas foram aprovadas por unanimidade no executivo municipal”. -----

► **ANÍBAL MORENO** voltou a usar da palavra para dizer o seguinte: “A Câmara não foi convincente naquilo que afirmou ao dizer claramente que não desiste de fundos comunitários; então digam-me o que é isto?!”

Operação Norte, INTEREG IIIA – anulações: duzentos e oitenta e quatro mil euros, e um milhão de euros. Anulações não é desistir? Se fosse reforço, estava a aumentar; agora, anulações, é desistir. Portanto, há, de facto, desistências!” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu que aquilo era uma questão de terminologia; pelo que compreendia da intervenção do senhor Vereador não havia anulação nem havia prejuízo. De qualquer das formas, disse, achava que era uma questão que a própria Contabilidade adoptou (pensava ele). -----

----- De seguida, procedeu-se à votação, ponto a ponto, de cada um dos assuntos analisados, tendo-se obtido os seguintes resultados: -----

----- **2. 2 “2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2006”** – aprovado por maioria com seis (6) abstenções e doze (12) votos contra; --

----- **2. 3 “2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2006”** – aprovado por maioria com dezassete (17) abstenções e um (1) voto contra; -----

----- **2. 4 “2.ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2006”** – aprovado por maioria com dezoito (18) abstenções e nenhum (0) voto contra; -----

----- **2.5 “2.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2006”** – aprovado por maioria com dezassete (17) abstenções e nenhum (0) voto contra; -----

----- Finda esta votação passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia: ---

----- **2.6 *Análise e deliberação sobre* “PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1.268.084,00 €”;** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação do ponto em título. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou então da palavra e disse o seguinte: “Ainda bem que há uma Direcção-Geral da Administração Local, sucintamente DGAL, que olha pelos nossos interesses. Quando entrámos para esta Câmara, pedimos então um empréstimo de quinhentos mil contos e foram recusados, pela doutora Manuela Ferreira Leite – «não há empréstimos!» – apesar de eu ter aplicado os mesmos – mesmíssimos – argumentos que o doutor Santana Lopes apresentou no seu pedido de empréstimo em Lisboa – o dele foi deferido; o nosso não foi (somos Mogadouro). Ora bem: mas a DGAL está concertada com atenção à capacidade económica, à gerência e, fundamentalmente, à evolução. Portanto, eu vou ser rapidíssimo. A Direcção-Geral da Administração Local informou a Câmara de Mogadouro (não foi a Câmara de Mogadouro que pediu nenhum empréstimo – a Câmara de Mogadouro não pediu empréstimo, foi informada pela DGAL em vinte dois de Março de dois mil e seis) – de que podia contrair um empréstimo no valor de um milhão duzentos e sessenta e oito mil e oitenta e quatro euros para o ano de dois

mil e seis, face ao rateio efectuado e à capacidade de endividamento disponível no município – ofereceu-nos esta possibilidade. Perante esta disponibilidade, resolveu o executivo, com três votos a favor e três abstenções aprovar a oportunidade de levar a cabo, e pagar, obras, algumas das quais já iniciadas em dezassete povoações. Essas obras que englobam, principalmente, pavimentação e repavimentação de estradas e arruamentos, não são comparticipadas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. Acto contínuo, deu a palavra segundo a ordem de inscrição. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou então da palavra para dizer o seguinte: “Em primeiro lugar, para dizer que nos vamos abster sobre a contratação deste empréstimo. No entanto, quero alertar esta Assembleia para a dimensão que já está a atingir, de facto, o endividamento a médio e longo prazo que, depois de contratar este empréstimo, atingirá os oitenta e sete por cento. Lembrar-lhe que, quando recebeu esta Câmara andava à volta dos vinte cinco por cento. Portanto, é de notar que, de facto, o endividamento de médio e longo prazo tem subido e de que maneira. Por outro lado, dizer que não queriam empréstimo!?!... Bem, quem o aprova é a Câmara! A DGAL, pura e simplesmente se limita a informar «olhe, depois deste rateio, vocês ainda têm direito a isto»; a Câmara podia dizer: «pronto, temos mas não o utilizamos»; a Câmara quis utilizá-lo; foi a Câmara que quis, não foi a DGAL. É só esta correcção, ou esta chamada de atenção que pretendia fazer e dizer também que, sobre a contratação do empréstimo, nos vamos abster. E, já agora, lembrar que só espero que não aconteça que, depois de contratado o empréstimo, ao inscrevê-lo em Orçamento, não desistam mais de fundos comunitários que, quase tenho a certeza, que vai acontecer”. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra e disse: “Portanto, aqui só vir transmitir que a comissão da bancada do PSD, relativamente a este pedido de empréstimo, se realmente a DGAL solicita à Câmara, ou alerta a Câmara que tem a possibilidade, é porque lhe reconhece saúde financeira e capaz de cumprir. Eu acho que deve aproveitar porque talvez o futuro seja negro e essa possibilidade venha a ser cortada porque, financiamento e as regras, o poder local, se calhar, vão sofrer algumas alterações e acho que se deve aproveitar esta oportunidade; a DGAL conhece a saúde financeira com capacidade de cumprir os compromissos assumidos e também, segundo sei, estes oitenta e cinco por cento, portanto, os empréstimos que já foram contraídos ainda não foram utilizados na sua totalidade, portanto não é bem assim também, essa capacidade de oitenta e cinco por cento de endividamento. É para transmitir que, realmente, a bancada do PSD está, aprova esta contracção de empréstimo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, de seguida, deu a palavra à Câmara para usar do seu direito de resposta. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** já no uso da palavra, disse: “Ora, Deputado Aníbal Moreno, nós já temos aqui quatro anos, com mais um bocadinho, reunimos de quinze em quinze dias – fora as férias e um período em que eu estive doente – e depois, também mais nas Assembleias, bem, não temos assim uma grande relação na mesa do *Café* mas, até ao fim da Comissão ... Ora bem, de maneira que, já nos conhecemos o suficiente, sabe? Não propriamente de «ginjeira», mas conhecemo-nos. Então, como não sou muito *letrado* nestas coisas da Economia e nestas coisas dos endividamentos e essas coisas todas, previ «o Moreno vai-me dizer isto mesmo» ora, se me vai dizer isto mesmo, bem, vou preparar o escrito. E, então, prevendo sempre, (não é?) que os receios e mal-estar da oposição sobre o endividamento do município, esclarece-se que os oitenta e sete vírgula trinta e cinco por cento da capacidade utilizada, referidos na Informação, incluem já o valor de empréstimo agora apresentado à Assembleia. Eu mandei fazer uma informação à Contabilidade dizendo assim: «ó meus amigos, quero uma informação que me ponha a salvo do que para aí se diz – não aqui, não no concelho de Mogadouro mas a nível do país, falências disto, falências daquilo, rupturas disto, não, não – de maneira que eu quero todos os empréstimos, aqueles que estão pedidos e os que não estão pedidos; aqueles que estão gastos e os que não estão gastos; que tudo figure, mesmo as partes não participadas e participadas, quero que tudo figure nesta informação. E foi o que aconteceu. Figurou nestes oitenta e sete vírgula trinta e cinco, que inclui já o empréstimo que ainda não veio, nem sequer está aprovado por esta Assembleia, bem como novecentos mil euros de empréstimos anteriores que ainda não foram utilizados. Como o Moreno bem sabe, vamos tomar antes esses valores, que dá dois milhões cento e sessenta e oito mil e oitenta e quatro euros, que pusemos já a contar para os oitenta e sete vírgula trinta e cinco – uns ainda não foram pedidos e outros ainda nem sequer foram gastos. Ora bem: sabemos que estes empréstimos têm uma carência de dois anos; portanto, são feitos hoje e só pagam juros (não é assim?) e amortizações daqui a dois anos – amortização; juros paga logo. Portanto, só pagam amortizações daqui a dois anos. Como, entretanto, (portanto, têm este período de carência) um empréstimo contraído em mil novecentos e noventa e quatro cessa em dois mil e sete, nos princípios de dois mil e sete, acabam os encargos com esse empréstimo no valor de noventa e um mil e cinco euros. Se repararem, este empréstimo só tem encargos no valor de oitenta e quatro mil. De maneira que, quando for preciso pagar participações – não juros, portanto só amortizações – então já o outro acabou e este entra – não vai agravar, portanto, o endividamento; este empréstimo nunca agravará o endividamento. Acresce ainda que os empréstimos destinados ao pagamento de obras participadas – e agora, também por falar em participações, o facto de nós referirmos obras não participadas não

quer dizer que não sejam apresentados os Projectos e revistos os Projectos – não contam para o cálculo do endividamento. Ora, como estes empréstimos representam, grosso modo, trezentos e oitenta e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro euros, teremos que, o endividamento real é de trinta e dois virgula noventa e um por cento”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pôs de seguida este ponto à votação, tendo ficado aprovado por maioria com quinze (15) abstenções e nenhum (0) voto contra a contratação do empréstimo de médio e longo prazo no valor de um milhão duzentos e sessenta e oito mil e oitenta e quatro euros. -----

----- Depois de anunciados os resultados, passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia: -----

-----2.7 **Análise e deliberação sobre “ADESÃO AO PROJECTO NORDESTE 21. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE”;** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para que procedesse à apresentação do documento em questão. -

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou então da palavra e disse: “Este projecto, foi-nos apresentado, a primeira vez, em Macedo de Cavaleiros pelo senhor Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte – o doutor Ricardo Magalhães. Fiquei muito satisfeito, nessa altura, com o que ele disse e fiquei muito satisfeito por estar presente, na medida em que ele nomeou Mogadouro como sendo um dos locais onde ele vai, de facto, reunir várias vezes e tomar em atenção este projecto. O Projecto Nordeste Vinte e Um é um documento que se propõe dar corpo a uma prática de compromissos assumidos na Conferência de Aalborg + dez. Aalborg+dez é a cidade Dinamarquesa (Tibério, é dinamarquesa ou é Belga?) – dinamarquês – portanto, e «mais dez» significa os dez princípios fundamentais que se discutiram, aprovaram e consideraram nesta Agenda e nesta forma de nos indicar como é que devemos proceder. Essa conferência, realizada então na Bélgica, agendou estes dez princípios: incentivam a sociedade civil, através de Associações e Instituições a participar no negócio, a participar nas planificações, a participar em tudo o que seja a implementação de um tipo de desenvolvimento que não seja só, digo assim: *ficou aqui por Mogadouro, agora não tem viabilidade e isso tudo*. Não! Um implemento sustentado, mas, portanto um orçamento integrado e, mas, portanto, sustentado. Isto quer dizer, como já dissemos, tem o assento no QREN e isso quer dizer que não haverá projectos pontuais para o município propriamente dito, mas sim para as regiões. E é por isso que isto, dizendo local, é local mas referido por exemplo ao distrito de Bragança, ou referido, por exemplo, à Província de Trás-os-Montes – referido a uma determinada região que pode ser considerada mesmo a Região Norte, agora estabelecida, portanto, estabelecer aí projectos conducentes, de facto, a um desenvolvimento integrado. Tem a

particularidade de preconizar a participação de toda a comunidade – incentivar, exigir parcerias com os diversos municípios, as diversas Associações. Os dez princípios incentivam, a propósito de recursos, águas, energias, biodiversidade, reduzir lixos e transformar lixos, portanto, transformar em produtos de valorização dos terrenos, transformar em bio gás, etc.; planear a organização urbana que até aqui tinha certas orientações e eles agora dizem: a organização urbana, não devemos procurar a extensão das povoações, mas sim acoplar, dentro das próprias povoações as zonas verdes e de lazer que estejam próximos da população que as vai utilizar, recuperação de áreas abandonadas, degradadas; controle do tráfico automóvel; promover a saúde através de informação; protecção à velhice, á pobreza, evitando a exclusão social, criar condições de estímulo à criação de empresas limpas e sustentáveis, promotoras de emprego e assumir responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento, sustentabilidade e protecção do clima. É isto que a Carta de Aalborg + dez preconiza de uma maneira muito sucinta, porque creio que lhes foi distribuído aí um impresso com tudo muito mais organizado. Ora bem, vamos agora só fazer uma consideração acerca do que interessa. Nós temos que entrar, de facto, nesse sistema e esse sistema, que está a ser coordenado pela Região Norte, e muito bem, porque representa um trabalho que tem vindo a ser planeado e feito pelo doutor Ricardo Magalhães, desde Março, e quase todos os quinze dias ele tem reuniões, ainda não chegámos àquela prática de dizer assim: «então, quais são os vossos projectos, o que é que quereis» e isso tudo. Eu creio mesmo que eles ainda não sabem bem quem vai definir estes projectos, quem os vai identificar, quem os vai classificar e quem vai dizer assim: «este projecto é aprovado, ou não aprovado». Nós, como estamos aqui em Trás-os-montes, como estamos em Mogadouro, vamos procurando chegar-nos à Comissão de Coordenação na medida em que estas resoluções vão ser tomadas a nível governamental, creio eu muito mais para acima do que aquilo onde nós temos um verdadeiro acesso e uma verdadeira colaboração, de modo que, nessa altura, propõe-se é que os mogadourenses estejam unidos em prol destes projectos que vierem a ser estabelecidos”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra, usando dela os Deputados que se seguem: --

► **MANUEL TIBÉRIO** usou da palavra para dizer o seguinte: “Não poderia deixar de falar sobre este assunto, que me é algo (?). Mas, também não vou dar nenhuma aula sobre a *Agenda Vinte e Um* – nem local, nem nacional – vou ser muito breve e conciso. Só para dizer o seguinte: estamos perante algo que é muito parecido com o projecto – parecido nos seus princípios – com o projecto-piloto de combate à desertificação, ou seja: será aquilo que nós formos capazes que ele seja. É mais: é algo que também não tem dinheiro – a *Agenda Vinte e Um* não tem dinheiro; o

dinheiro está em programas operacionais que vão ser definidos para; melhor, o dinheiro estará em programas operacionais em que nós podemos candidatar acções, previstas no plano da acção definida no âmbito da *Agenda Vinte e Um* local (Mogadouro), ou regional, e que possam ser candidatas a esses planos operacionais. A *Agenda Vinte e Um* não tem dinheiro e só valerá a pena, a *Agenda Vinte e Um* só terá alguma coisa para, só nos trará alguma coisa se nós temos capacidade – nós internamente – capacidade para implementar um plano de acção que há-de ser definido, não por, ou melhor, por nós, sim, com a ajuda da equipa técnica que está a elaborar a *Agenda Vinte e Um, Nordeste Vinte e Um*, é assim que se chama, e também a *Agenda Vinte e Um* local, para Mogadouro. Sobre este assunto, só queria perguntar: quem (como sabem, isto há grupos coordenadores, no meio destas coisas, não é? Há sempre alguém que coordena, que gere, que anima) quem integra o grupo coordenador municipal? Quem, no município, ou quem do município de Mogadouro, integra o grupo coordenador intermunicipal? Quem integra também o grupo coordenador da Agenda Local de Mogadouro? Eu sei e, aliás, isto está escrito na informação que foi, que nós recebemos, que já há reuniões dos grupos de acção local (vamos chamar assim – não se chama assim) – dos grupos coordenadores locais. Eu gostava de saber – eu não – a Assembleia gostaria de saber quem é que faz parte destes grupos, porque isto é um processo animado, não é? Se é um processo animado, gostava de saber: animado por quem? Se isto é um processo participado, ou um processo participativo – participado e participativo por quem? Quem é que vai ser chamado a participar nestas coisas? Será que somos sempre os mesmos (e aí também me incluo nos mesmos, não é? – embora não esteja lá incluído). Mas será que somos sempre os mesmos? Eram estas perguntas que gostaria de ...” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou também da palavra, e disse: “Senhor Presidente da Assembleia, é só para tirar uma dúvida: eu não percebo bem se há necessidade de uma votação desta (?). E vou-lhe dizer porque é que não percebo: porque o ponto «dois sete» da ordem de Trabalhos diz: «Adesão ao Projecto Nordeste Vinte e Um. Informação do Senhor Presidente» e diz antes: *Análise e deliberação*; mas, a Certidão da Câmara, diz: «submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal para conhecimento» – há aqui alguma incompatibilidade. Está a dar conhecimento ou está ... O que não corresponde também á Informação que o senhor presidente dá, porque, o senhor Presidente diz, claramente, o seguinte: «Após aprovação, este assunto deve ser submetido à próxima sessão da Assembleia Municipal para conhecimento». Portanto, o executivo já aprovou – se é para conhecimento, agradece-se a amabilidade, mas não se vê necessidade de votação, a não ser que me evoquem qualquer preceito da lei cinco-A que a tal obrigue”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, no seu direito de resposta, usou a seguir da palavra para responder às questões que foram levantadas. E disse: “Esta informação, de facto, não está muito correcta. Isto é mesmo para aprovação. -----

----- Respondendo aqui ao doutor Tibério, os projectos – evidentemente que isto não tem nada que ter dinheiro; isto vão ser projectos apresentados ao quadro de referência estratégica nacional e depois, ou os projectos têm valor e têm aquela abrangência tal, tal, tal ou ... Quem são as Comissões? Aqui, as Comissões para cima, são constituídas pelas Câmaras e quem as faz é o Ricardo Magalhães. Aqui, na Câmara, eu propus englobar todos os elementos da Câmara, presidentes das Associações, e isso tudo, mas aquilo está aberto porque eu nomeio uma Comissão – já nem sei exactamente quem são – mas que englobasse todos – na Câmara, parece-me que estão todos – fora da Câmara, são as Associações, são isto, são aquilo – mas isso está aberto, porque houve uma Câmara que nomeou quarenta e dois elementos. Ora bem, eu entendo que Mogadouro não deve nomear quarenta e dois elementos porque isso acabou uma comissão, acabou, portanto, uma Assembleia, não é assim? E, portanto, será as pessoas que se entende que estejam mais dentro do problema. Não sei se contemplou, portanto, o doutor Tibério, se não contemplou, faz favor, está aberto. Até temos gosto em o ter lá, na medida em que está um bocado dentro destes problemas, porque isto não é um programa da Câmara, não é um programa de Mogadouro – isto é um programa regional onde interessam as opiniões que, de facto, são concretas”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** voltou a usar da palavra para dizer o seguinte: “Quando falo na constituição dos órgãos, não é uma questão pessoal que está em causa; é uma questão de representatividade e, inclusive, eu até gostava de saber se a Assembleia Municipal está representada e, se está representada, não deveria estar pelo senhor Presidente. É que, daqui a pouco, as pessoas não têm tempo para fazer o que têm a fazer, não é? porque estão apostados em tudo e mais alguma coisa – sempre as mesmas pessoas – e, quer dizer, esse interesse não é efectivo, é tangível. Acho que deve ser alterado, até mesmo à oposição (?) neste tipo de coisas porque, se é participado, tem que ser participado por todos. Não estamos aqui com isto a fazer política nem politiquice”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse de seguida que aquilo que tinha depreendido é que, da parte da Câmara e dessa comissão é que se iria preocupar com pessoas que estavam ali representadas na Assembleia e que devido ao seu porte, também científico, poderia, e muito, contribuir para que a *Agenda Vinte e Um* fosse um sucesso neste concelho e neste Distrito.

----- De seguida, acrescentou: “Posto isto, vamos proceder então à deliberação que a Câmara nos pede – *Adesão ao Projecto Nordeste Vinte e Um; Informação* – o senhor Presidente da câmara foi aquela que prestou –

toda a gente ficou esclarecida e a única coisa que nos pedem é a *Adesão ao Projecto Nordeste Vinte e Um*. Doutra forma, também, éramos excluídos e nós temos que autorizar a Câmara, nos termos do Regimento a participar neste projecto”. De seguida, pôs á votação o documento em discussão, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Fimda a votação, apresentou o ponto que se seguia na ordem de Trabalhos: -----

----- **2.8 Análise e deliberação sobre “REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS EM BAIXA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS NO CONCELHO DE MOGADOURO – OFÍCIO DAS ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. PROPOSTA DA CÂMARA PARA A SAÍDA DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO DAS ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A.”:** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** depois de apresentado o ponto em título deu a palavra à Câmara Municipal para prestar as informações devidas. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** já no uso da palavra disse: “Não vale a pena estar a falar muito sobre o problema da água na medida em que todos consideramos que isto é um problema fundamental e essencial, e dos quais, portanto, no qual nós temos que estar com muita atenção, temos que resolvê-lo com muita calma. Há quatro anos, ou cinco anos, sensivelmente, quando cheguei aqui, um dos problemas que existia era ter-se aderido às Águas de Portugal. Não sei o que é que prometeram as Águas de Portugal naquela altura, o que é certo é que, analisadas as condições de aderência e aquilo que ficava no ar, enfim, chegou-se á conclusão que talvez não fosse a melhor posição fosse aderir às Águas de Portugal. Aliás, momentos são momentos, circunstâncias são circunstâncias e, hoje, o que se verifica é que talvez não seja bom permanecer nas Águas de Portugal. Fizeram-se inúmeras reuniões com o doutor Alexandre, de Chaves – que era o Presidente das Águas de Trás-os-Montes – e o engenheiro Val Paixão, e o problema era sempre o mesmo: «nós, nós temos água, temos uma albufeira com água e os senhores tomam conta de toda a rede alta e baixa – tomam conta de tudo. «Não, não, não». Nós só tomamos conta da alta e, mesmo assim, na parte nascente, a abdução da parte nascente, que implicava, portanto, em noventa quilómetros, nós vamos realizar apenas seis ou sete quilómetros ali. Portanto, é isso que nós tomamos». Isto, para esclarecer o que significa alta na água, no fornecimento de água – é aquilo, é água, que vai desde a barragem até aos depósitos abastecedores da vila ou das aldeias – até aí é alta; a partir daí é baixa. De maneira que, nessa altura, mandou-se fazer um pequeno apanhado do que era (aliás, este conceito de alta e baixa tem variado mas, no momento actual, é isso) e, mandou-se fazer um apanhado desse problema das águas e chegou-se à conclusão de que, em cada cem metros cúbicos de água que saiu da barragem, chegavam ao consumidor apenas trinta e quatro – trinta e quatro – o que significava que,

não havendo perdas (porque não eram visíveis na alta, que tem abduções evidentes, não é assim?) todos esses sessenta e seis por cento de desperdício, de perda, se faziam na baixa, quer dizer, desde os depósitos de abastecimento das aldeias e da vila até aos contadores. Pronto, e aí era um problema muito sério porque, não ficando eles com a baixa, todos esses encargos de perdas repercutiam-se sobre o município. E, então, o que é tínhamos que vencer? Tínhamos que vencer uma coisa muito importante: é que, quando eles nos forneciam cem metros cúbicos de água á saída da barragem – que era aí que era contada – nós tínhamos que os pagar. E, quando chegava aos nossos contadores, nós não recebíamos isso. Portanto, era a falência. Quando eles tomassem conta um dia desse problema, subiam a água três e quatro vezes mais. Portanto, isto foi um problema que andou em discussão com eles durante quatro anos; durante quatro anos eles davam, inclusivamente, razão aos nossos argumentos e eu perguntava «então porque não cede?» – «Porque não há lei que faça, que possa, em que possamos ceder». «Mas, se fosse você o presidente do Município aceitava uma coisa dessas?» (Eu não vou dizer o gesto que ele fez) Mas disse, não senhor! Portanto, em troca, o que é que nos davam? Davam-nos uma renda sobre todas as nossa instalações – nós dávamos-lhe a barragem; dávamos-lhe a ETA; dávamos-lhe as abduções que já estavam feitas, que era todo o sector poente, que não é nada, não é nada, mas é metade do concelho, ou mais de metade – dávamos-lhe isso tudo e recebíamos uma renda em troca. Ora, então, inicialmente, previa eu: bem dão-nos uma renda, avalia-se a barragem – vale dois milhões ou três de contos; avalia-se a abdução – vale um milhão de contos; avalia-se isto e eles dão uma renda sobre isto. Não, não, não! Eles dão uma renda sobre os vinte cinco por cento que a Câmara entrou – sobre os setenta e cinco da participação das obras, quer dizer: a barragem, suponhamos que custou um milhão de contos, foi comparticipada em setecentos e cinquenta mil, «não, não, não, nós só damos os vinte cinco mil que a Câmara entrou». Portanto, a renda era calculada sobre essa situação. Ora bem, evidentemente que, dadas as condições, portanto, do concelho – as condições económicas, as condições sociais, tudo isso – mais interrogações se nos puseram acerca deste problema. Bem, e depois, quando eu soube, que Mogadouro tinha a água mais barata de todo o continente português – de todo o continente português (só há uma água mais barata que é numa povoação qualquer na Madeira) – bom, então aí, disse: «isto não pode ser!» Não pode ser porque o nosso empenhamento aqui, se vamos subir as águas ao ponto que as Águas de Portugal estão a subir em muitas outras povoações, se lhe vamos acoplar o saneamento que vem no registo da água – e o saneamento é, regra geral, acoplado ao recibo da água por percentagem e, sabendo nós como estavam todas estas canalizações (águas pluviais juntas com saneamentos, essa coisa toda) bem isto é a desgraça do concelho; é a desgraça dos

municípios, que têm que pagar, e mais o saneamento e, fundamentalmente, vem a desgraça da economia de Mogadouro porque ela assenta principalmente na produção de leite, e outras indústrias – produção de leite que é fundamental. Nós sabemos que cada vaca, por exemplo, consome de água entre cem e cento e cinquenta litros de água por dia, quer para o leite que produz, quer para a sua higiene, quer para o estábulo. Agora, sabemos que há lavradores, ou produtores de leite, que produzem, suponhamos, que gastam em água, suponhamos, vinte contos e isso tudo, ou vinte cinco contos; se multiplicam por três, ou multiplicam por quatro, acabam por pagar setenta e cinco ou cem contos, bom, e isso, não ponho dúvidas, que seria uma coisa, um incentivo muito grande à falência. Bom, considerados estes aspectos, é preciso equacionar, de facto, o problema, e é preciso equacioná-lo agora, neste momento, precisamente por causa do QREN, da existência do Quadro de Referencia Estratégico Nacional, que contempla, precisamente, não propriamente um projecto unitário para Mogadouro, mas um projecto que seja regional, que seja intermunicipal. Como Vimioso, como Miranda do Douro não aderiram, e como Mogadouro está hoje à vossa consideração sair ou não sair, então, o nosso projecto ocupará esses três municípios – projecto conjunto. Associa-se uma empresa que vem aí no dia doze. A nossa acção não se esgota nas Águas de Trás-os-Montes – há outras empresas e há parcerias que são estas dos municípios. Temos que aproveitar esta última hipótese, que é o QREN dois mil e sete/dois mil e treze para resolver este problema das águas. As alternativas são as nossas barragens, é o *Douro*, isso tudo. Este não é um problema partidário, nem eu queria meter-me nesse aspecto – é um problema dos Mogadourenses; é uma questão de sobrevivência económica, em muitos casos, e do interesse dos municípios, que a Câmara compreendeu por unanimidade”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra sobre este ponto. -----

► **ILÍDIO MARTINS** já no uso da palavra disse: “Senhor Presidente, só duas notas breves: em primeiro lugar, as informações que o senhor Presidente do executivo aqui acabou de deixar serviram-me para complementar algumas que eu já tinha recolhido noutras fontes. E, permito-me desde já dizer-lhe que, concordando, ou melhor, depois de ouvir a sua posição, o chamado ponto de situação feito pelo senhor Presidente da Câmara, eu chego a conclusões diversas das dele, mas não tenho uma posição definitiva, isto é, eu estou carente de informação sobre esta matéria – não a tenho. E, faço duas ou três perguntas que gostaria de ver aqui respondidas por alguém que tivesse conhecimento sobre a matéria: em primeiro lugar, foi dito que há uma perda de dois terços da água, isto é, desde a captação ao destino final, que é as torneiras dos consumidores, desaparecem cerca de dois terços da água. Julgo saber que, nestes dois terços, estarão incluídas perdas fortuitas e perdas provocadas, isto é, roubos

de água. Penso que haverá justificações – perdas fortuitas por circunstâncias diversas, entre as quais (não sei se essa é uma das causas) a fragilidade das canalizações, mas também haverá (julgo saber) alguns desvios provocados. Pergunto-me se está contabilizado, ou se está feito, o estudo dos custos da eliminação deste *cancro*, ou destes *cancros*, isto é, das perdas fortuitas e das perdas provocadas. Gostaria de saber se estão contabilizados os custos para possível remedeio desta situação, isto é, para se evitar uma perda de dois (há quem diga perca; eu digo perda, não sei se digo bem – o senhor professor de português me corrigirá – perda? – muito obrigado) de dois terços. Depois, associado ao problemas das águas – pelo que eu percebi, está o problema dos esgotos – e eu gostava de saber se os municípios, em geral, terão, no futuro, capacidade financeira para gerir todo este processo de águas que é um processo, pelos vistos, complicado. Pessoas com quem tenho falado, ligadas ao assunto, são de opinião de que, por irrisórias que pareçam as expectativas de momento, a médio prazo ou a longo prazo, a situação é insuportável para os cofres dos municípios (não me estou a referir ao município de Mogadouro, estou-me a referir a todos os municípios do país). O senhor Presidente falou que haveria a hipótese de uma renda negociável com a empresa que pretende tomar conta do abastecimento – Águas de Trás-os-Montes, associada às Águas de Portugal – e falou nos investimentos feitos. É evidente que todos os investimentos feitos nos últimos anos têm três componentes: financiamento comunitário, do poder central e do poder municipal. Não sei se a contraposta, ou a proposta, que lhe fizeram será tão desonesta como isso, senhor Presidente, porque estar a receber renda por aquilo que não se despendeu ... O senhor queria receber renda pelo investimento feito na totalidade mas, o que é certo, é que a Câmara fez *X* por cento do investimento; o resto foi fundos comunitários ou estaduais (não sei) – embora fosse pouco o que recebesse não sei se será totalmente lógico. Julgo também saber que foi aprovada a lei da água há cerca de dois meses mas ainda há necessidade de legislação regulamentar subsequente que estabelecerá um preço único de fornecimento de água. É evidente que o preço único de fornecimento de água será mais caro do que aquele que nós temos, até porque o senhor acabou de dizer até que é o segundo ou o primeiro mais barato do país. Portanto, sobre isso não temos dúvidas. Mas, pergunto-me: a Câmara poderia ficar com margem de manobra para subsidiar a água a quem entendesse e onde entendesse. Por exemplo: nas vacarias – é de toda a lógica que subsidie os lavradores. Como? Pondo-lhe

um contador próprio e aplicando-lhe uma taxa inferior – era uma maneira de subsidiar, portanto; fazia uma discriminação positiva, isto é, não prejudicava uma actividade tão fundamental para o concelho, como é a produção leiteira. E, noutros casos pontuais que entendesse, poderia o executivo deliberar, com ou sem (suponho que havia necessidade de aprovação desta Assembleia) tal tipo de benefícios. Pelo que acabei de expor, a minha posição é de expectativa, e gostaria de ver esta Assembleia na mesma posição que eu tenho, isto é, não deliberar desde já a saída do sistema de alta das Águas de Portugal – ou das Águas de Trás-os-Montes – consequentemente nem sequer se falar no fornecimento em baixa porque, se se está a eliminar uma já se elimina naturalmente a outra, e esperar por estudos correctos, estudos definitivos de custos de qualquer das situações: da adesão ou não adesão – isto, partindo deste princípio. É fundamental eliminar as perdas de dois terços. Também entendo que, para fins que não exigem uma pureza de água total, por exemplo para regas de jardins – se isso fosse possível – pôr as duas ETARS de Mogadouro a funcionar e fazer adutoras próprias para condução dessa água para fins de jardins, quer públicos, quer privados, se isso fosse possível, um contador próprio para aquele que precisasse de regar, utilizar essa água, mais barata que a água tratada. São estes pontos que deixo à consideração, mais do que à Assembleia, ao executivo. E, apelo ao executivo para que retire da Ordem de Trabalhos, ou ao senhor Presidente da Mesa, se assim for entendido pela Assembleia este ponto, aguardando melhores esclarecimentos”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou a seguir da palavra, e disse: “Só para dizer poucas coisas, sobre um assunto que merecia que se dissesse muito. Estamos, de facto, perante um assunto – toda a água – de elevado interesse para o município, para todos nós. E, não me parece que seja à uma e um quarto com a informação que nós temos disponível, que estejamos em condições de deliberar sobre um assunto tão sério. Só para dizer também que, depois de ouvir as duas intervenções, quer as explicações do senhor Presidente da Câmara, quer as preocupações do doutor Ilídio Martins – que concordo perfeitamente com ambos – que não sei se, inclusive, se aquilo que diz o senhor Presidente da Câmara se é suportável, se nem estudos técnicos que foram feitos mas, à primeira vista, não tenho nada que duvidar sobre isso; também não tenho nada que duvidar da posição que a Câmara, que o executivo e os vereadores, e todos os vereadores, tomaram sobre este assunto votando por unanimidade a saída – não tenho que duvidar porque a informação são eles que a têm, não somos nós que a temos – nós não temos essa informação, não temos informação que nos permita tomar a decisão que tomaram, não temos uma informação clara e inequívoca, mas estou em crer que, dado ser um assunto tão sério – a questão da água – concordo – e era isso que eu vinha aqui dizer – perfeitamente com a tomada de posição e com a proposta que o doutor Lila faz de adiar, de suspender, esta tomada de

posição ou a retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, para que se possa, para que nós possamos, com mais calma, discutir este assunto. Porque, por princípio, e fazendo referência àquilo que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, quando fez referência ao QREN, eu, por princípio, serei contra, serei contra (a minha opinião pessoal, não sei qual é a posição da minha bancada) serei contra a saída das Águas de Portugal – por princípio. E por uma questão de quê? Uma questão de – o próximo quadro comunitário financia projectos de cariz intermunicipal – sair das Águas de Trás-os-Montes significa o isolamento do município e, se nós queremos trabalhar em rede, em parceria, se queremos trabalhar, se queremos apresentar projectos com outros parceiros, é dentro das instituições que os devemos fazer, não fora delas. Embora – podem dizer – mas pode-se constituir uma associação de municípios, entre Mogadouro, Vimioso e Miranda. Somos tão periféricos, tão periféricos, tão periféricos que só se nos juntarmos também a Salamanca e fizermos uma gestão conjunta do Rio Douro (estou a brincar, obviamente). Mas, por princípio, e tendo em consideração que o próximo QREN financia projectos de cariz territorial e intermunicipal, a minha posição pessoal é contra a saída mas subscrevo essa tomada de posição de pensar mais sobre esse assunto e adiarmos esta discussão para mais tarde”. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou a seguir da palavra e disse: “Relativamente a este assunto, é lógico que este assunto merece alguma reflexão – é um assunto sério – porque decide realmente o futuro na política de água do nosso concelho. Mas, quanto eu entendo, este assunto e esta posição que nós temos de tomar aqui, advém dum conjunto de correspondência que a Câmara recebe da parte das Águas de Portugal, dizer se quer ou não quer ficar na estratégia deles, ou se quer aderir ou não. Portanto, entendo que, realmente, um estudo desses, um estudo rigoroso, que contabilizasse toda essa perda, nem daqui a dois anos o teríamos pronto. Que é que acontece? Nem daqui a dois anos o teríamos pronto! Isto aqui é um órgão político e temos de tomar uma decisão. Às vezes é preciso tomar decisões e não andarmos à procura de argumentos para fugirmos às decisões. Temos que ter a coragem – eu concordo com o Deputado Tibério na questão que, realmente, o próximo QREN prevê estruturas, projectos integrados, mas é lógico, temos que avaliar bem esta questão das águas porque esta política das Águas de Portugal interessa a alguns concelhos da nossa região – interessa – por exemplo, eu estou a falar em Freixo; Freixo vem a beneficiar muito porque lhe vai construir uma barragem. Outros municípios irão beneficiar, mas há outros como Mogadouro, que já tem as estruturas e, no fundo, estamos-lhe a dar coisas que já nós fizemos. Para prever (eu sei que está na hora do almoço) que é que acontece? É lógico que a autarquia também tem essa visão do próximo QREN e está consciente do que será o próximo QREN, por isso é que falou aqui para accionar e intervir nessa

área, está a pensar organizar-se numa estratégia transmunicipal, que é associar-se a Vimioso e Miranda do Douro. O que eu acho aqui é que temos de tomar uma decisão – e por isso é que fomos eleitos, para tomar decisões, e não andarmos aqui a chutar para trás à espera de estudos e não estudos. Portanto, a solução é esta: eles querem avançar com os estudos deles e, então, querem saber se contam connosco ou não contam connosco, e é isso que temos que decidir. E temos que ter a perspicácia e também a inteligência de prever as coisas sem estarmos sempre a encomendar estudos porque, muitas vezes, Portugal peca por andar sempre a encomendar estudos atrás de estudos para justificar alguma acção. Neste sentido, eu acho que deve ser votada; a proposta está em cima da Mesa – é essa que deve ser votada e, neste caso aqui, entendemos, atendendo aos pontos negativos – que são mais que os positivos – devemos sair das Águas de Portugal. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou também da palavra e disse o seguinte: “Bem, a hora já vai adiantada – não - lembrar-lhe que devia ter suspenso, de facto, os trabalhos à hora do almoço – é que isto pode ir até às três e está toda a gente aqui ...” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** atalhou esta intervenção dizendo: “Os senhores estão aqui na qualidade de Presidentes dos Grupos Parlamentares. Naturalmente que serão os principais testemunhos de informação das vossas bancadas. A mim ninguém me pediu para interromper. Um quer, outro ... Devia era ter dialogado e dizer assim: «vamos interromper» – a Mesa aceita e interrompemos. Nós, por nossa alta recreação, não o queríamos fazer”. -----

► **ANÍBAL MORENO** interrompeu aqui o Presidente da Mesa para dizer: “Senhor Presidente, o Regimento da Assembleia é claro sobre isso. Eu acho que devia ter sido o senhor Presidente a ter colocado à consideração da Assembleia se devia continuar porque o Regulamento diz para interromper. Mas, vamos ao ponto em concreto e eu estou, neste momento, como está o Ilídio, como está o Luís. De facto, a Assembleia, para se pronunciar sobre este assunto, não recebeu qualquer tipo de documentação a dizer se deve sair ou se deve ficar. A única coisa que nos remeteram foram dois ofícios das Águas de Trás-os-Montes mas dirigiu-se à Câmara para se pronunciar de uma vez por todas sobre a situação da permanência ou não das Águas de Trás-os-Montes. E, portanto, sobre estudos concretos que a Câmara tenha feito sobre percursos ou não percursos, esta Assembleia Municipal não tem conhecimento de nada; ninguém informou, nenhuma documentação foi enviada nesse sentido. E me parece que é um assunto deveras importante para deliberar sem nada. Ouvimos agora a informação do senhor Presidente e, por muito que eu acredite nessa informação, não está sustentada em estudos e, não é como diz o Deputado Vítor, que os estudos não servem para nada. Eu acho que então... Antes, já foi aqui dito que já estavam a

prever como empresa para fazer um estudo desses mas, afinal, é preciso um estudo. É preciso um estudo. Por outro lado, vai-se criar aqui também um imbróglio na questão concreta de Mogadouro/Alfândega da Fé porque, que eu saiba, Alfândega da Fé, aderiu às Águas de Trás-os-Montes; Mogadouro, na parte de Castro Vicente, nesta zona, é abastecida a partir da barragem da Camba e essa barragem, em princípio, se Alfândega da Fé aderiu, passará também para as Águas de Trás-os-Montes e não sei, portanto, como é que se vai resolver esse imbróglio. Eu era, de facto, de opinião, como diz o Ilídio, que se elaborasse um estudo mais pormenorizado, e só depois desses estudos pormenorizados, dessas percas – se existem – e depois de chegar a estudo, trazê-lo à Assembleia, dar conhecimento à Assembleia e, à posteriori, deliberar. Neste momento, eu acho que estão a deliberar sem nada, sem conhecimentos nenhuns e, portanto, nem estou à vontade de votar a favor nem de votar contra. Portanto, solicitava, no fundo, faço essa proposta à Mesa que, solicito à Câmara Municipal, que retire este ponto até o fundamentar mais concretamente e depois, sim, numa próxima assembleia, se já nos tiver fornecido esses dados, voltar a discuti-lo em pormenor nesta Assembleia”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse a seguir que: “Se é certo que a Mesa tem competência para interromper os trabalhos, também é certo que a Mesa tem consciência que deve respeitar a vontade das pessoas. Eu, há um bocadinho, disse que, provavelmente, podíamos completar os trabalhos da parte da manhã e foi essa a razão pela qual nós continuámos a fazer este esforço na perspectiva de acabarmos da parte da manhã. Mas, uma vez que este assunto ainda está em discussão, é um assunto relevante para o município porque põe em causa o futuro do concelho, e põe em causa a «saúde financeira» de muitas famílias e da economia local eu, em conversação com a Mesa, decidimos suspender os trabalhos. Vamos almoçar. Depois, se entenderem ... Queria também, apenas, referir ... Se assim o entenderem (eu devo dizer que as Propostas têm que ser fundamentadas por escrito e depois têm que ser votadas e, como sabem, Proposta de Alteração – já tivemos aqui uma experiência que significa que impõe o apoio de dois terços dos órgãos da Assembleia, portanto era uma questão de alguém fazer a Proposta, de a viabilizarmos ou inviabilizarmos, pelo processo deliberativo). Se entendem, se se querem pronunciar sobre se devemos interromper este espaço de tempo para irmos almoçar e retomar, muito bem. Também tenho que respeitar a vontade daqueles que querem prosseguir os trabalhos. A Mesa, a única coisa que pode pôr é à consideração das pessoas que aqui estão e, a partir daí, decidam. Querem acabar da parte da manhã, mais meia hora? Eu apenas dou a palavra agora aos Presidentes dos Grupos parlamentares. Este ponto está concluído. Se os Presidentes dos Grupos Parlamentares querem intervir sobre este assunto, façam favor. Tem a palavra o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD”. --

▶ **VÍTOR BATISTA** usou desta vez da palavra para dizer: “Uma vez que é o último ponto agendado, tendo em conta os outros assuntos que também estão agendados, eu acho que, em termos de discussão, isto está discutido. A única polémica está na proposta da bancada do PS em ser retirada para ser analisada futuramente, ou não. Portanto, a discussão está feita. Portanto, eu acho que devemos continuar a fazer mais um esforço para acabar no período da manhã”. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou ao Presidente do Grupo Parlamentar do PS se concordava. Como a resposta fosse negativa, informou que, assim, teria que pôr esta questão à votação”. -----

▶ **ANÍBAL MORENO** voltou à Tribuna para dizer: “Senhor Presidente, nós consideramos, esta questão, neste momento, quase estava ultrapassada se a Câmara, por exemplo, avançasse com a retirada do ponto para futura discussão, o problema estaria resolvido. A querer manter a discussão e a querer manter a votação, concerteza que vai demorar mais tempo, ainda. E, portanto, eu acho que, solicitava portanto, se o ponto não é retirado, teremos que interromper para o almoço porque há outros assuntos também que queremos discutir”. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** considerou que, dado haver duas posições distintas – uma posição que determinava que se fizesse um intervalo para almoçar e se continuasse a discutir os assuntos da parte de tarde, e outra posição para que se desse continuidade aos trabalhos. Como tem de ir de encontro às manifestações que são dirigidas à Mesa - eu/nós Se entendiam...” -----

▶ **ANÍBAL MORENO** voltou a intervir para dizer que ainda não tinha ouvido a Câmara dizer se retirava o ponto ou não”. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou: “Senhor Presidente, quer continuar o debate? Sim senhor. Então, sendo assim, talvez seja melhor ...”. -----

▶ **ANÍBAL MORENO** interrompeu o Presidente da Assembleia dizendo: “Mas, senhor Presidente, então, interrompemos para almoço ou não interrompemos? Isto é no Regimento!” -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que era do Regimento interromper para o almoço se se visse que os trabalhos estavam atrasados e se houvesse matéria de facto para os poder continuar. E continuou: “Agora, nota-se que, o senhor Presidente também entende que, sendo um assunto que ele tem que se pronunciar como lhe foi solicitado – e ele tem vontade de também responder aos senhores deputados – isto vai envolver um bocadinho de mais tempo. Portanto, será melhor irmos almoçar e continuamos. Porque, vamos lá ver se ajudam a Mesa na resolução do problema. A Mesa, para retirar este ponto, não tem capacidade nem autoridade para o poder fazer. Quem tem autoridade para retirar este ponto são os senhores deputados que, por maioria de dois terços, só, é que

podemos alterar o ponto. Já tivemos uma situação destas aqui e agora temos outra. Portanto, a questão que foi colocada, foi, pelo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sugeriu que a Câmara retirasse o ponto, mas não é a Câmara que tem que retirar o ponto; quem tem que retirar o ponto – estamos a debater a Ordem do Dia – é a Assembleia Municipal; é que tem poderes para isso. Assim sendo, eu pergunto: quem vota contra a retirada do ponto. Aliás, eu devia, desculpem, eu até devia ter este, essa proposta tinha que me ser dirigida por escrito – no Período da Ordem do Dia é por escrito. Está para discussão. Eu não posso pôr à votação aquilo que não tenho. Eu, para pôr à votação, têm que me apresentar ... Nós temos que discutir, forçosamente, este ponto até que ... Então, estando a ser discutido ... Atenção! Eu queria recordar-vos o seguinte: nos termos (não entremos em diálogo) ... Nós temos uma Proposta que consta da Ordem de Trabalhos. Aquilo que eu dizia é que, só quem tem poderes para alterar a Ordem de Trabalhos é a Assembleia por votação expressiva de dois terços; até lá, nós não podemos alterar nada. Segundo Ponto: as Propostas, segundo o artigo vinte e cinco – Propostas e Moções – são obrigatoriamente escritas e apresentadas à Mesa, e a Mesa decide se as Propostas devem ser votadas, ou não, mas têm que dizer porquê. Portanto, sejamos claros. Agora, a questão que eu coloquei foi: dado o adiantado da hora – e eu também não gosto de maçar as pessoas, que ninguém seja maçado – eu perguntei aos Grupos Parlamentares – num lado manifestaram vontade de fazer um interregno para o almoço; do outro lado manifestaram vontade de continuar com a discussão do ponto. Evidentemente que a resposta não era aquela que a Mesa gostaria de ter – gostaria de ter uma vontade mais concordante em torno da questão. Evidentemente que o nosso papel aqui também não é complicar – estamos aqui para simplificar – mas estão-nos a embaraçar. Por conseguinte, neste momento chegou uma Proposta assinada pelo Grupo Parlamentar do PS que – eu ainda não assinei – e recebida às treze e quarenta e cinco, que diz o seguinte – treze e trinta e cinco, já está rectificada – que diz o seguinte (a Mesa decide aceitar a proposta e vai passar a ler): «Considerando, primeiro: a falta de elementos fornecidos a esta Assembleia sobre a saída do município das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro; segundo: considerando a ...» – não consigo ler; leia lá a sua letra, rapidamente”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** dirigiu-se à tribuna para proceder à leitura da Proposta manuscrita por si e que dizia o seguinte: “Proposta: Considerando, Um: a falta de elementos fornecidos a esta Assembleia sobre a saída do município das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro; dois: considerando a anunciada realização de uma reunião, no próximo dia doze, com a empresa em causa; três: considerando que, de um estudo aprofundado, ainda que moroso, poderão advir conhecimentos para uma decisão criteriosa, propõe-se o adiamento da decisão, sugerindo ao executivo a

encomenda de estudos que possibilitem a salvaguarda dos interesses dos munícipes mogadourenses. Assina, Grupo parlamentar do PS”. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** anunciou que iria propor esta Proposta para votação, o que fez de seguida. -----

----- Apurados os resultados da votação, ficou esta proposta prejudicada com trinta e um votos (31) contra e nenhuma abstenção. -----

----- Eram treze horas e quarenta minutos quando anunciou que se iriam interromper os trabalhos para o período de almoço, devendo estes reabrir às quinze horas. -----

----- II PARTE -----

----- Às quinze horas foram retomados os trabalhos, procedendo-se de novo à chamada dos eleitos para verificação da existência de quórum, estando presentes cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem esta Assembleia: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, José Maria Preto, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Alfredo Justino Ribeiro, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora e Alzira Prazeres Paulo Afonso. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** prosseguiu com os trabalhos, começando por dizer: “Uma vez que o ponto em discussão não foi concluído, vamos dar a palavra à Câmara Municipal para responder às questões que foram formuladas”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou então da palavra começando a sua intervenção com um momento de bom-humor e disse: “Agora, depois de almoço, até devíamos estar com mais força mas, esta modorra de fim de almoço – principalmente a mim, a vocês não. É que eu fui habituado em

toda a minha vida profissional a dormir a sesta, de maneira que, fez-me uma falta extraordinária quando cheguei aqui a Mogadouro e não era possível dormir a sesta. Ainda comprei, a expensas da Câmara, um belo sofá que tenho ali no gabinete mas depois, como tenho a particularidade de rressonar a bom rressonar, disse «isto é um mau exemplo para os utentes, para os munícipes». De maneira que, peço-lhes desculpas pelo abrandamento desta situação. -----

----- Começo então aqui por responder ao senhor Deputado Ilídio Simões Martins, quando diz: «perda de sessenta e seis por cento» – quais perdas, são roubos, são isto ... A contabilização das perdas de sessenta e seis por cento não interessa aqui substancialmente porque as Águas de Portugal não querem ficar com a baixa – não interessa quanto é; são sessenta e seis por cento e as Águas de Portugal não ficam com ela, de maneira que, isto, como contrato, como economia, não interessa para nada. O que interessa é, de facto, poder detectar aquelas que são devidas, não é assim? Pronto. Nós julgámos até que elas seriam devidas, quase na exclusividade, a roturas (diziam que essas aduções que aí eram em poli-não-sei-quantos, já de há trinta anos e, portanto, quando se aumentava a água a pressão de água para o Penedo rebentava aqui em baixo, e essa coisa toda, foi por isso que nós impusemos prioridade e disse ao Pimentel: «pá, temos que começar imediatamente pela recuperação dos bairros daqui da baixa, desde a envolvente até às Sortes, etc. para meter canalizações novas, mas as canalizações da água têm que ser já novas e resistentes para poderem com essas pressões da de cima». Essas perdas até já nem são sessenta e seis por cento porque há dois ou três bairros recuperados. Agora, roubos – claro que há roubos; há roubos e há fraudes, que são diferentes. Portanto um «roubo» é um indivíduo que rouba ali a água dos tanques, que rouba isto, que rouba aquilo (ainda agora aqui numa povoação vizinha, estava a mangueira a correr todo o dia para as hortas, e isso tudo, e isso é que é um roubo) e, há outro tipo de fraude que é fundamental considerar, que é, quando se fazem casas novas, e se a fiscalização não atinge aquele sistema ali, minuto a minuto, o que se passa é que muitos, ou alguns, digo eu, muitos há quem diga, que se fizeram logo ligações directas, e isso tudo, apesar do contador. Bem, não sei se isto é verdade, se não, só que, para verificar essas circunstâncias, tem agora que se passar – e é o que se tem estado a fazer – passar os contadores para o lado de fora e fazer essas verificações todas – isso demora anos. Portanto, «contabilização dos custos» - é fácil a contabilização dos custos. Quem fez este estudo foi o engenheiro Manuel Ferreira, na altura eu encarreguei-o de fazer, de facto, este estudo e a contabilização era: nós temos que pagar a água à saída da boca da barragem e da ETA e, portanto, vamos ver o que vamos a receber - o custo é isso, o custo das casas e essa coisa toda. Quanto aos esgotos nós temos, de facto, que ter isso também em consideração e os esgotos, nós, a nível do

concelho, temos isso mais ou menos resolvido (faltam meia dúzia de povoações, pequenas) mas é em toda a parte (ainda agora foi aqui referido que havia esgotos a céu aberto não sei aonde – eu não tinha conhecimento disso – mas vamos providenciar nesse sentido, mas os esgotos são também objecto de um projecto que tem que se fazer, integrado num projecto geral que tem que, que é este do QREN, onde tem que se actuar. Depois, falaste na renda, e aquilo é lógico, não podemos cobrar renda sobre aquilo que não pagámos. Isso é, exactamente, isso, à primeira vista, parece assim um problema: «não pagaram, não têm nada que receber renda». Mas, de quem são os dinheiros vindos da CEE, de quem são os dinheiros comparticipados? São do Estado? Não, não, não, é que é preciso ver isso. São do Estado? E como é que foram utilizados? Como é que as Câmaras anteriores utilizaram esse dinheiro? Utilizaram esse dinheiro para resolver o problema da água e muito bem, e muito bem. A gente sabia o que tinha a água que tinha em Mogadouro, mas deixaram entretanto de se fazer outras coisas, que não eram tão importantes como a água mas, se calhar, com o preço disso, teriam feito até muito mais. Isto, não sei se é tão ético, tão linear dizer assim: «bem, só pagamos renda sobre os vinte cinco por cento porque aquilo, o trabalho da planificação, o trabalho dos técnicos e o pagamentos dos técnicos para fazer os respectivos projectos, etc, etc, etc,» bem, isso saiu do corpo da Câmara a quem a Câmara paga através dos seus dinheiros. Portanto, isso – calma – portanto, não é assim tão linear. No entanto, ainda agora o doutor Francisco me disse: a administração, o director administrativo e isso tudo, é assim que quer, pronto, é assim que quer, isso eu não discuto – nem o sabia, foi ele agora que mo comunicou. Depois, falaste também no problema de o preço único. Isso, o preço único, ó meu amigo, o preço único – até pode haver preço único! Não te convenças é que vão fazer o preço único da água como paga agora em Mogadouro?! Não, não, não! O preço único, vão estabelecer eles e são esses três ou quatro vezes mais que diz aqui e que vamos pagar. Isso de preço único é cotado por alto e, portanto, para nós, tanto nos interessa que ele seja único como não seja único: o que interessa é que ele vai ser cotado por alto. Depois, pões-me o problema das vacas. Pois claro que as vacas é um crime estarem a beber água da rede! Não precisam nada! Elas beberam sempre nos tanques da vila e nunca apanharam desintéria nenhuma! Bem, mas isso, os tempos são outros, porque nós, quando estava ali o tanque junto da escola, onde bebiam as vacas também bebíamos nós, e no Inverno, quando havia *carambela* a gente apanhava as pedras do chão, partia-as e depois chupava o *carambela* e ainda estamos aqui, muitos de nós, sem termos tido febre tifóide absolutamente nenhuma, não é assim? Eu também pus esse problema ao senhor Ministro do Ambiente, numa reunião em Bragança, com o nosso Primeiro Ministro Sócrates! Eu disse-lhe assim: «como é que eu vou resolver o problema das vacas?» Ó homem, isso é

muito simples – disse-me ele – isso é muito simples; o senhor faz uma abdução própria para as vacas; arranja uma canalização própria para as vacas e dá-lhe às vacas a água não tratada. E pronto; e dá-lha». E eu disse: «sim senhor, tomo nota. Olhe, onde é que eu vou pelo dinheiro?» - «Ó pá, isso é consigo, é com a Câmara; eu não tenho nada que resolver esses problemas». Pois, mas é que a gente dá-lhe às vacas a beber água canalizada porque não tem capacidade, em dinheiro, económica, de fazer conduções, até porque elas poderiam ser terrivelmente provisórias porque, este problema do leite é um problema que tem que se considerar e talvez seja melhor pensar também um bocadinho na reconversão e não se sabe até onde é que vai. Bem, e depois, portanto, também, nós – falaste nas regas (sim senhor, portanto, as regas também são) – nós já iniciámos esse processo. Dotou-se toda aquela zona do Parque Desportivo, e isso tudo, a água já não é água da rede; a água vem dalém, da barragem do Juncal. -----
----- Agora, põem o problema de não deliberar já! Eu entendo que se deve deliberar já. E deve-se deliberar já para libertar a Câmara, precisamente, da ligação às Águas de Portugal. Para quê? Para podermos ter a liberdade suficiente de fazer com outros municípios, ou uma empresa intermunicipal ou isto, ou aquilo, portanto um programa dentro do QREN, dentro do espírito do QREN, para, precisamente, apressar, em primeiro lugar, com esse sistema – precisamos dessa deliberação. -----
----- Quanto aos estudos correctos, concretos – evidentemente, é sempre preciso estudos concretos e correctos em todas as nossas situações e aqui também. E aqui Também! Dá-se o caso de eu ter alguma experiência própria de Assembleias em Mogadouro – não me refiro à grande experiência que tenho delas depois de estar aqui no seio desta Assembleia e no outro mandato; não senhor, refiro-me à única assembleia a que eu tinha assistido em toda a minha vida, aqui, precisamente neste salão, para discutir precisamente o problema da água – foi essa a única assembleia a que eu assisti na minha vida, que eu nem sabia, nessa altura, quais eram os corpos administrativos da Nação, essas coisas todas, ao nível autárquico, e isso tudo. Bem, vim à Assembleia e estava sentado além, onde é que está o Zé Moura, e ouvi aqui, e ouvi aqui, o seguinte: os estudos para aderência à barragem não estão feitos – para aderência às Águas de Trás-os-Montes, não estão feitos; não está feita, portanto, o custo das energias que vai desde a barragem de Penas Roias ao topo da Serra da Castanheira, para fazer, portanto, aquela elevação, a energia para pôr lá o tanque para depois vir por gravidade por ali abaixo; não está feito o custo de uma barragem (?), portanto isso era preciso equacionar o problema; não está feito isto, não está feito, não está estudado – mas eu voto a favor! E pronto. Se eles tinham prometido mais qualquer coisa que não fosse só isto, tinham prometido mais qualquer coisa que não fosse só isso, etc, etc, etc. Isto é conjuntural e é em determinada altura que estas coisas se devem avaliar. ---

----- Ora bem, quanto ao senhor doutor Luís Tibério, é isso, também, é o estudo, no fim de contas está respondido ao Ilídio sobre os estudos, sobre a saída. -----

----- Ao Moreno, queria responder apenas, só, também está respondido, só a barragem de Alfândega da Fé, portanto, a barragem da Camba: falou-se também nisso e isso não é impedimento nenhum porque isso é objecto de um entendimento futuro entre o município de Mogadouro e as Águas de Portugal, portanto, nem sequer Alfândega da Fé tem nada que ver com isso”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou de seguida se mais alguém pretendia intervir neste ponto acerca do que o senhor Presidente da Câmara acabara de referir, abrindo-se de seguida novo período de inscrições. -----

► **ANÍBAL MORENO** já no uso da palavra, disse: “Boa tarde a todos, depois do almoço, mas, senhor Presidente, permita-me que inscreva por ele, inscrever o senhor Alfredo Preto para intervir a seguir, para não estar constantemente a interromper; portanto, inscrevi-o para falar a seguir. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu este Deputado para lhe dizer que, nestas coisas, cada um é que sabe. -----

► **ANÍBAL MORENO** respondeu que seria conveniente o senhor Presidente tomar medidas de chamar a atenção, pois que estavam constantemente a interromper. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que, na próxima sessão da Assembleia, iriam tomar medidas sérias e drásticas. -----

► **ANÍBAL MORENO** continuou com a sua intervenção dizendo: “Sobre o assunto das águas, e, começando pela parte final que o senhor Presidente mencionou neste momento, que, quanto à barragem da Camba, que seria depois discutido e haveria um entendimento entra a Câmara e as Águas de Trás-os-Montes, não passando, pura e simplesmente, pela Câmara de Alfândega da Fé. Não sei se isso é possível, mas dou-a como sendo boa. Mas, de qualquer forma, estará implicitamente a admitir que aquela zona terá que ser abastecida pelas Águas de Trás-os-Montes, dado que, Alfândega se mantiver como fazendo parte integrante das Águas de Trás-os-Montes entregando a barragem da Camba às Águas de Trás-os-Montes, portanto, implicitamente, está a admitir que Castro Vicente, Porrais e Vilar Seco serão abastecidas pelas Águas de Trás-os-Montes mas, vai-se colocar aqui uma questão ainda mais delicada: é que vamos ter dois preços de água distintos no concelho – é água debitada pelas Águas de Trás-os-Montes, que tem o preço que o senhor Presidente diz que é muito elevado e haverá o preço para o resto concelho que será debitado pela Câmara – aliás, debitado não, aprovado pela Câmara – e, portanto, em princípio, eu deduzo que seja um preço diferente daquele que vai ser praticado pelas Águas de Trás-os-Montes. Portanto, é um problema que se terá que resolver na altura ou

então, irá propor, provavelmente, algum subsídio da Câmara para as águas abastecidas a partir da barragem da Camba, o que quer dizer que não vai haver, portanto, igualdade de tratamento para os municípios. -----

----- Referiu também que as perdas – ou as percas – e os roubos que atingem sessenta e seis por cento (nesta altura poderão ser menos) mas, o problema que a mim se coloca é que essas percas – o senhor Presidente só está preocupado com aquilo que, se continuarmos nas Águas de Trás-os-Montes, só está preocupado com aquilo que lhe vai debitar às Águas de Trás-os-Montes; não está preocupado com as perdas, com os roubos, que neste momento existem e esse acho que era o problema principal com que se devia preocupar a Câmara Municipal – com as percas e com os roubos – porque, dessa forma, não há igualdade de tratamento para todos os municípios. Por outro lado, provavelmente, se lhe colocar a questão, senhor Presidente, neste momento, qual é o custo dum metro cúbico de água para a Câmara? Será que a Câmara tem possibilidade de me dar essa resposta em quanto fica cada metro cúbico de água – para a Câmara, não para o munícipe, porque, para o munícipe, toda a gente sabe que é aquele que lhe aparece na factura todos os meses – mas, à Câmara, concretamente, quanto lhe custa produzir cada metro cúbico de água? E, só aí, só depois disso é que estaremos em condições, de facto, de dizer se é mau, ou se é benéfico, continuar ou sair das Águas de Trás-os-Montes. E, portanto, ficava por aqui e, ao mesmo tempo, portanto, solicitar ao pessoal que está constantemente a interromper-me que se inscrevesse e que viesse falar aqui o que se lhe oferece sobre este assunto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** lembrou de seguida que, em cada ponto, apenas podiam intervir duas vezes, havendo ali casos já de três e de quatro. Sendo a condescendia da parte da Mesa, prometeu que não se voltaria a repetir. De seguida, deu a palavra ao Deputado Municipal que se segue. -----

► **ILÍDIO MARTINS** já no uso da palavra disse: “Senhor Presidente: não sei se já estou a ultrapassar – então estou dentro da sua benevolência (respondia assim depois do Presidente da Mesa ter dito que hoje toda a gente tinha ultrapassado). Quero agradecer ao senhor Presidente da Câmara a ajuda que deu à minha argumentação proferida antes de almoço. Os dados que me forneceu são óptimos e vou repisá-los: tal como eu, o senhor Presidente acabou por concluir que não havia estudos, e até disse que, tanto não havia, que um Deputado numa qualquer assembleia, aqui há uns anos, tinha dito que não havia estudos mas tinha que tomar uma posição. Portanto, não há estudos! Também afirmou aqui, julgo eu ouvir bem, que não há estudos sobre o custo dos esgotos – já são dois não estudos que existem! Quanto ao possível pagamento de renda, incluindo ou não na renda o valor dos subsídios comunitários (pelos vistos alguém já o informou de que não vale a pena repisar razões éticas quando estão em

causa questões de dinheiro) e, o que é facto é que as Águas de Portugal, penso eu, que não se regerão grandemente por grandes princípios éticos – o negócio deles é o dinheiro (o negócio das Águas de Portugal é o dinheiro – as Águas de Trás-os-Montes). Eles estão-se nas tintas para os valores éticos; o que queriam era negociar com a Câmara de Mogadouro a renda mais barata possível em função daquilo que a Câmara teria dispendido, não em função dos subsídios comunitários, partindo do princípio que Portugal é um contribuinte líquido da comunidade (não sei se o é nem se não), dos subsídios comunitários, portanto dos subsídios internos, subsídios do poder central. O senhor Presidente também me ajudou muito na argumentação quando disse que já está resolvido o problema das fugas em três bairros. Pergunto eu – ainda bem, continue; resolva na globalidade; fica tudo resolvido, quer das fugas esporádicas, quer das intencionais – resolva-os todos! Mas, está no bom caminho (?). Isso é bom; já fica com mais dados até. E, havendo aproveitamento das águas, resolvendo o problema das fugas é evidente que será cobrada toda a água vendida, independentemente de, como eu disse da parte da manhã, a Câmara ter perfeita amplitude para, no caso de entender, como se entende hoje, que, por exemplo, a actividade pecuária é relevante para o concelho, é fundamental para o concelho – eu tive oportunidade, nas comemorações do *Vinte e Cinco de Abril*, exactamente focar esse aspecto, e fazer uma homenagem, não muito conseguida, ao grande impulsionador desse valor da economia de Mogadouro – o que é certo é que, se se entende – e eu entendo – que a pecuária é um valor a preservar no nosso concelho, a Câmara deve ficar com margem de manobra para subsidiar essa água, inclusivamente para subsidiar outro tipo de água, de famílias carenciadas, de Centros de Saúde, de Centros de Dia não direi, mas de Hospitais, de Lares de Terceira Idade, tudo isso, está perfeitamente à vontade para o fazer – isso é óptimo. Quanto à fixação de um preço único, é evidente que o preço pode ser fixado mas pode ser driblada essa fixação com os tais subsídios. De certeza que o concelho de Mogadouro vai ser um dos prejudicados na medida em que é fixada uma tabela mais alta mas, a Câmara, se assim o entender, pode subsidiar no excedente do valor praticado para aquilo que irá praticar – se assim o entender (não sei se entende nem se não, mas isso, para a minha argumentação, não ajuda nem desajuda – tem mais ajudado o resto). Também seria óptimo aproveitar as águas pluviais como reserva para rega de jardins – eu, quando me referi há um bocado à situação das águas da ETAR, do benefício das ETARS, referia-me, não para a alimentação animal, mas para regas, de jardins, o que parece que já está a ser praticado no complexo Desportivo (penso eu; não sei se está) e, o senhor Presidente também me deu aqui outro dado que eu achei óptimo: disse que não se aderiria às Águas de Portugal, ou melhor, saía-se das Águas de Portugal – não se falava sequer do problema da baixa porque, saindo-se, estava o

problema arrumado – e ficava com margem de manobra para fazer associações de municípios – se reparar, já fica um bocadinho quartado; já só tem Vimioso e Miranda; já não tem aquelas que, se calhar, estão com mais carência, que é por exemplo Freixo e Moncorvo, já não as terá, até ver. Portanto, quer dizer, o seu campo de manobra é restrito quanto mais for alargado com a área de influência da empresa Águas de Trás-os-Montes, e isso é o meu receio para o futuro. (O Marquês de Pombal, quando fez as ruas de Lisboa chamaram-lhe maluco, e agora são estreitas). A política é a arte de prever o futuro, em grande parte, e é evidente que, quando eu de manhã pus o problema de haver, a médio e a longo prazo, custos fortes para a manutenção das redes de água e de esgotos, pensei exactamente que uma estrutura abrangente, maior, com maior capacidade de intervenção, com maior poder financeiro, com meios ao seu dispor, poderia gerir melhor as águas municipais do que a própria Câmara. Aliás, o senhor Vereador Pimentel, da parte da manhã, também ajudou um bocado ao meu raciocínio quando disse que ia privatizar, ou concessionar (não sei qual é o termo correcto) os lixos, quer dizer, é uma lógica que está a servir para uma coisa e não está a servir para outra. Eu não entendo bem estas diferentes lógicas conforme os (?) que se pretendem. Por último, confesso, não entendo a pressa em tentar forçar uma decisão sobre este assunto. Se o senhor Presidente me explicar, ou alguém da Vereação, qual a agenda do próximo dia doze, quem são os intervenientes dessa reunião do dia doze e quando é que essa reunião foi agendada, quando foi marcada, eu poderia tirar alguma conclusão, se é que serei capaz disso. Mas, de facto, como disse no intervalo, em conversa informal com o Vítor Batista, eu disse: «as cadelas apressadas costumam parir filhos cegos». Não podemos ter decisões apressadas. Mesmo que elas custem dinheiro, nem imaginam o que, na minha óptica, se comparar no futuro. É melhor fazer os estudos, ter calma, ter elementos, ponderar, e depois, sim senhor, sair ou entrar, que se resolva, mas com consciência. Sem seguidismos, sem políticas de, abúlicas, de acefalismo, de não pensar em nada, de ouvir o que o chefe diz e abanar as orelhas (desculpem a expressão) não” (*ouviu-se neste momento um Deputado Municipal considerar que o orador estava a chamar burro aos outros, pelo que o Presidente da Mesa pediu para deixar falar quem estava a falar e, se o referido Deputado quisesse poderia inscrever-se*). -----
----- Prosseguiu: “Não chamo burro a ninguém. Utilizei uma expressão que é vulgar, e muito menos em relação a ele, que o conheço há muitos anos, e por quem tenho consideração. Posto isto, meus senhores, repito as palavras, embora não utilizando termos que podem ferir a susceptibilidade de alguém, dizer assim, na minha óptica, que devemos ter uma atitude consciente, estar informados para votar independentemente das posições (?). Eu considero que esta Assembleia não é uma câmara de eco do executivo. Exactamente por isso é que eu, estando neste lugar porque fui

votado na lista do Partido Socialista, me posso dar ao luxo de reprovar a atitude que os elementos do Partido Socialista no executivo tomaram ao aprovar esta decisão”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** também usou da palavra, e disse o seguinte: “Depois das últimas duas intervenções, estive para comunicar que abdicava da minha intervenção mas não o fiz e vou ser muito breve. Só para dizer qual é a análise exaustiva que eu faço depois do que já foi aqui discutido, até porque agora já não tenho muita discernidade mental para falar, depois deste almoço. A minha análise objectiva que faço é esta: depois de tudo o que foi já aqui dito, e apesar da equação do tema – água e abastecimento de água – e até com todos os problemas que tem a qualidade da água que nós consumimos, aliás, está explícito na Acta que nós temos aí, até por, em palavras proferidas pelo Vereador Pimentel, e pela dificuldade em que a Câmara tem em gerir o sistema de abastecimento de água, pela quantidade – e que refere – de captações que nós temos ... O que eu queria dizer, é assim: bom, o que nós temos aqui em presença, é isto: o executivo mantém a decisão de continuar esta discussão e de «forçar» a aprovação da saída da empresa Águas de Trás-os-Montes – aliás, como bem referiu o colega Ilídio Martins. Por outro lado, a proposta de adiamento de discussão e de votação sugerida pelo PS foi rejeitada; em terceiro lugar, a proposta de abandonar a empresa Águas de Trás-os-Montes foi aprovada por unanimidade no executivo – e é um dado importante a reter (que eu considero essa decisão como boa – ela foi por unanimidade) – não é de ânimo leve que se toma uma decisão deste tipo – são sete pessoas a pensar e têm formação objectiva sobre isto – se tomaram essa decisão tem que ser tida como boa. De certeza que o executivo não está a pensar, não quer mal ao nosso município e não está a pensar em fazer mal, no futuro, ao nosso concelho. Ora, nestas condições, o executivo tem toda a legitimidade para decidir ou para tomar a decisão que entenda por boa face à informação que detém – face à informação privilegiada que detém – porque nós, nós, não temos. Bom, o que é que nos resta? Resta-nos passar à votação – é o que nos resta! E que cada um vote em consciência. Eu, em consciência, de acordo com a minha consciência, voto, vou votar, contra a decisão, simplesmente porque acho que, numa perspectiva de médio e longo prazo, a decisão de abandonar as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro é uma decisão errada. Isso é o que eu acho. Pronto. E mais não digo”. -----

► **PRESIDENTE DA MESA** informou de seguida a Assembleia que a Câmara Municipal dispunha do seu tempo para permitir que uma das pessoas que, de certa forma, tinha sido visada – não no nome – como actuante no processo, daria o seu tempo. Posto isto, deu a palavra ao orador que se segue. -----

► **VEREADOR FRANCISCO PIRES** dirigiu-se à tribuna para usar da palavra e disse: “Primeiro que tudo, sou filiado no Partido Socialista, mas

nenhum munícipe – porque também sou munícipe deste concelho – é meu inimigo – somos todos amigos. Já algumas vezes tentei solicitar a palavra para assuntos que eu achei que eram importantes. Porque, eu podia ter tomado duas atitudes, políticas: primeiro – no momento e no dia em que os munícipes acharam que eu não devia ser o signatário dos seus destinos, porque não me deram a sua confiança, ter-me ausentado das atribuições municipais, ter-me ido embora. Mas, achei que não, que era um certo acto de cobardia porque, primeiro, sempre lutei pela defesa do desenvolvimento do concelho de Mogadouro e foi esse, sempre, o espírito que me anima, independentemente das nossas posições políticas. E, sempre olhei de cara-a-cara, e de olhos-nos-olhos, independentemente das pessoas, independentemente da sua cor política. Isto, para dizer o quê, senhor Presidente? Nós, os Vereadores do Partido Socialista, talvez os meus dois colegas, porque não tinham a experiência nem os conhecimentos anteriores que eu tenho, votámos conscientemente a questão que o senhor Presidente propôs – da saída das Águas de Portugal, aliás, Águas, agora, de Trás-os-Montes, na altura, de Portugal. Era eu Presidente da Câmara da altura e, sendo Ministro do Ambiente o engenheiro Sócrates, actual Primeiro Ministro, numa reunião em Murça da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi posta uma proposta de acareação de uma empresa de águas que viriam gerir as Águas de Trás-os-Montes. Foi proposta de uma forma aliciante. Havia uma empresa que fazia a gestão das águas – a gestão financeira, a gestão administrativa e a gestão técnica e, a gestão dos investimentos para as Águas de Trás-os-Montes. Havia nessa altura uma promessa de cerca de cinquenta milhões de contos – na altura – de um chamado pacote do Fundo de Coesão, em que se acoplavam mais vinte cinco por cento – iria para cerca dos setenta milhões de contos com as participações das Câmaras – a que se podia ainda acoplar mais uma participação das empresas privadas chamadas Águas de Trás-os-Montes, na altura Portugal, poderia oscilar cerca de entre os noventa a cem milhões de contos de investimentos em águas em Trás-os-Montes. Perante esta proposta, que era aliciante, uma grande parte dos municípios acabámos por aderir ao chamado protocolo das Águas de Trás-os-Montes. Isto visava certas situações, que era regularizar e ampliar com água tratada todos os municípios a partir das reservas de água existentes ou as reservas de água que se viessem a construir. Mogadouro foi uma das promessas, em que haveria a distribuição de água também ao sector nascente, uma vez que o sector poente estava feito. Quando saí da Câmara, estava a situação em discussão (saí da Câmara, não! Saí de responsável máximo da Câmara, como Presidente da Câmara, uma vez que os mogadourenses não legitimaram a mim a responsabilidade dessa continuidade – alguém tomou essa responsabilidade: foi o senhor). Eu questioneei esta questão: porquê perdermos tanto dinheiro do programa comunitário? Até a minha aldeia,

pertence ao sector poente, nem sequer ainda tem água tratada, nem distribuída e, no Verão, tem que receber água, ainda, do sistema tratado, e temos andado neste impasse. A questão é esta: há vários municípios que aderiram, cujas promessas de financiamentos não foram devidamente asseguradas – ponto um; segundo – o grave dilema que eu tinha aquando eu saí da Câmara, das minhas responsabilidades, que era definir concretamente qual era o chamado redes em alta, ainda não foi definido. Para mim, o redes em alta era o sistema de distribuição desde os sistemas de reserva e linhas de transporte de água até aos reservatórios de cada freguesia. Ora, as Águas de Portugal, de Trás-os-Montes, nunca aceitaram como alta estas linhas de transporte. É que, a Câmara Municipal, nas chamadas redes em baixa – que eram as aldeias municipais – a Câmara, desde que tivesse um sistema devidamente montado e equipado, pois, podia perfeitamente controlar, digamos, os débitos da água que ali eram debitados, o que significa, e conforme o senhor Presidente muito bem disse, a água que as Águas de Portugal deviam debitar à Câmara, não são aquelas que saem das suas origens, isto é, das reservas de água – albufeira de Bemposta, Camba e Penas Roias – ou outro nome que lhe queiram chamar – são exactamente aquelas que eram abastecidas nos reservatórios de água de todas as freguesias. Ora, exactamente, as Águas de Portugal, ou as Águas de Trás-os-Montes, nunca quiseram esta situação. Portanto, estou de acordo consigo, como membro da Câmara, como vereador, como munícipe deste concelho, continuarei a defender os interesses do município e não os interesses das empresas privadas. E, também há outra constatação! É que, tal como no gás, como no petróleo, como nos outros bens de consumo, as empresas privadas o que querem é o lucro dos bens de consumo – logicamente que elas não podem ter prejuízos! Senhor Presidente, perante estas situações, eu votei conscientemente uma alternativa porque, também já no nosso tempo se - havia uma outra alternativa: eram as chamadas acareação das chamadas empresas intermunicipais. Quando falou na associação de municípios, que pode ser alargada a mais municípios, é a criação de uma empresa intermunicipal que faça o estudo desses municípios, um projecto devidamente articulado entre os municípios – um projecto devidamente articulado entre os municípios – tendo em conta as reservas de água, o seu sistema de distribuição, eventuais novas captações e reservas de água e, através dessa empresa intermunicipal fazer um projecto devidamente adaptado ao novo programa comunitário e candidatá-lo a financiamento. Já que não teve a coragem de ter avançado (e eu também, se calhar, não teria – infelizmente, dadas as condicionantes que eu aqui estou a pôr, que o senhor teve e que eu tive, e que eram maus para o município) então avancemos. E, precisamente por esse facto, porque nós somos vereadores conscientes, somos munícipes deste concelho, votámos conscientemente uma alternativa mas, conforme aqui disse o doutor Ilídio e

o Moreno, nem tudo o que luz é ouro e não há verdades absolutas. Os tempos flúem e é necessário que a cada momento tenhamos a capacidade e a inteligência, e a coragem, de arranjar novos sistemas de fazer desenvolver o concelho. Estarmos a investir naquilo que à partida tem erros, também tem vantagens porque vamos ter uma enorme dificuldade, algumas coisas que vão ser inevitáveis no futuro, é o enorme estrangulamento do concelho para manter os sistemas de água em termos de financiamento e que a subida do custo da água por metro cúbico para o concelho é inevitável, meus amigos, não tenho ilusões, independentemente da política, o custo da água por metro cúbico – se não for neste mandato, se não for no próximo, daqui a cinco, dez anos – é inevitável que o preço suba. Obrigado a todos”. ----- No fim desta intervenção ouviu-se uma aclamação. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou novamente da palavra dizendo o seguinte: “Queria, realmente, reconhecer aqui alguma maturidade política do actual executivo, mais pelo facto de realmente se manter coeso, e opinar e de ter uma opinião que transmite essa lucidez política em prol do desenvolvimento do concelho. Fico realmente satisfeito porque, realmente, não nos podemos agarrar a posições que tomámos no passado e, só por teima fazê-las vincular para o futuro porque nós, às vezes, tomamos decisões em determinadas condições que, realmente, não são aquelas condições que nos prometem. Só queria dizer aqui que foi dito pelo Deputado Aníbal Moreno que eu disse que os estudos não servem para nada! Gostava de saber onde é que eu disse isso! O que eu disse é que e, aliás, eu disse que concordava com o Deputado Tibério que, realmente os estudos são importantes – portanto, se for lá ver, está lá isso. Portanto, o que eu estou a dizer é que esses estudos também eram importantes na altura da adesão. Era na altura da adesão que os estudos eram mais importantes. Mas, não vale a pena rebater nesse assunto. Mas, uma questão, para estar aqui à procura quanto custa isto, quanto custa aquilo, o que conta é que, uma coisa é certa, e isso advinha: o preço da água vai-se reflectir, é lógico que a água será no futuro um bem a ter que se gerir e vai ser gerido muito bem, portanto, certamente, vai ter a sua inflação, mas agora temos que avaliar, e é isso eu entendo, ou entendemos, em termos de bancada, que vai ser prejudicial no modelo de gestão que estivermos às Águas de Trás-os-Montes. Esse modelo de gestão integrada intermunicipal é possível fazer, e profissional e tecnicamente – profissional em termos técnicos e administrativos e de investimento é possível fazê-lo – não estando indexado às Águas de Trás-os-Montes; portanto, isso é tudo possível. Agora, em termos de saldo, e daquilo que nos querem prometer, que nos prometeram e aquilo que nos querem dar e fornecer, e acho que vai ter impactos negativos na população, independentemente de haver estudos ou não – já não os havia na adesão, que era o mais importante; era o momento mais importante, era na adesão. Neste momento, como também não há

estudos mas que os prejuízos para a população são evidentes, portanto, é nesse sentido que nós votamos a favor da saída das Águas de Trás-os-Montes”. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** também usou da palavra e disse: “Sobre o assunto das águas, já quase tudo foi dito mas, como estava inscrito, aproveito para tecer mais alguns comentários. E, o que eu queria dizer é o seguinte, em relação ao impasse em que estamos, sobre entrar ou continuar ou não continuar, ou sair das Águas de Portugal, a minha perspectiva é a seguinte: continuando nas Águas de Portugal, ou aderindo, será difícil, no futuro, sair, se as coisas correrem mal. Portanto, depois de aderir, de assinar os contratos, dificilmente se conseguirá sair disso. Continuando nas Águas, já foi dito aqui, pelas várias razões já apontadas que o preço será, pelo menos, irá pelo menos triplicar ou quadruplicar – isso que ninguém tenha ilusões, é o que tem estado a acontecer nos outros concelhos e nós não vamos ser excepção à regra, portanto, temos que nos mentalizar que, entrando, o preço da água vai disparar, pelo menos para três ou quatro vezes mais. E, depois, outro aspecto que me parece o mais importante no meio disto tudo, é as Águas de Trás-os-Montes não se responsabilizarem pela distribuição em baixa que é onde surgem os problemas: é onde há as fugas; é onde há os roubos, onde há isso tudo – onde é complicado actuar, porque a alta, à partida, não tem fugas ou, se as tiver são fáceis de detectar e o problema resolve-se facilmente; o complicado eles querem atribuir, ou querem deixar nas mãos da autarquia, ou do município, e não me parece correcto. Portanto, por estes motivos, entendo que não se deve entrar, portanto, aderir. Não aderindo, penso que a questão do preço sofrerá certamente aumentos, como disse o senhor Deputado Francisco Pires – o senhor Vereador – vai haver aumentos, com certeza, como há nos outros bens de consumo – isso é inevitável – mas penso que não serão, nunca, próximos daqueles que seriam aderindo às Águas de Trás-os-Montes. Haverá sempre a possibilidade do município melhorar as condições de fornecimento de água, dado que somos um concelho que tem muitas captações de água, tem muita água – talvez não esteja explorada em condições, mas não somos, com certeza, um problema como alguns por aí, com problemas de captações de água. Há possibilidade também de reduzir essas perdas e (eu aqui gostava muito de chamar a atenção e de meter um pouco a, de convidar toda a gente a meter a mão na consciência porque não podemos deixar tudo só ao critério dos técnicos da Câmara para irem vasculhar tudo e reduzir as perdas, que cada um meta a mão na consciência, lá em sua casa, na sua empresa, onde quer que seja, e que veja se, realmente, está a pagar toda a água que está a consumir. Não aderindo, eu penso que, com a vontade que as Águas de Portugal têm que os concelhos adiram, fica sempre em aberto a possibilidade de aderir. Isto não é rígido. Ninguém sabe neste momento, com os dados que temos, se será bom, se

será mau. À partida, segundo a nossa opinião, será mau entrar mas, há-de haver sempre a possibilidade de aderir no futuro. Portanto, fica sempre em aberto essa possibilidade. Em relação a isto era tudo. -----
----- Quanto à outra questão do seguidismo, a questão do seguidismo que foi aqui levantada pelo senhor Deputado Ilídio Martins, não aceitamos essa insinuação de seguidismo. Onde é notória uma voz de comando aqui na Assembleia não é na bancada do PSD, é na do PS. E, em relação a este assunto, nós sempre fomos contra a adesão às Águas de Portugal. Desde o princípio que mantemos a nossa posição; não andamos aqui a seguir ninguém”.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou a seguir da palavra começando por se dirigir ao Deputado Municipal Aníbal Moreno e disse: “Quanto a dois preços, ou dois preços ou preço único, que diz no Decreto – não há dois, há só um! Portanto, dois preços num Decreto ... no Decreto parece que diz «... não-sei-quê» - o Ilídio diz: ‘bem, vai-se estabelecer um preço único para as águas’, não é? Diz a lei. Portanto, se há um não há dois. A preocupação com os roubos que nós temos, não é? Claro! Agora, o problema não é ter preocupações de roubos, é saber como é que se resolvem essas coisas todas. Não é fácil; não é fácil. O custo da água por metro cúbico não sei. Já o mandei avaliar duas ou três vezes e ainda não me transmitiram isso. Se me puderem informar quanto é que custava-----
----- Meu caro Ilídio, o estudo das águas, dos esgotos e isso tudo, evidentemente vai ser feito quando fizermos um projecto da tal empresa que diz o doutor Francisco, ou que vamos promover através do QREN – nessa altura fazemos todos esses estudos. Para já, sabemos que a água é acessível às capacidades do concelho de Mogadouro para a pagar mais barata. Nós, ao aderir às Águas de Portugal, estamos a aderir não a uma empresa privada – nós não estamos a aderir a uma empresa privada! Estamos a aderir a uma empresa do Estado! As Águas de Portugal não são privadas! As Águas de Trás-os-Montes não são privadas! São uma empresa estatizada – não são privadas. Ela vai ser privatizada, vai sim senhor! Vai ser privatizada quando estiver a dar lucro à custa dos municípios! À custa de Mogadouro! À custa da nossa barragem e da nossa abdução! Nessa altura, quando aquilo estiver estabilizado surge a tentação – não, nem é a tentação – a necessidade de aderir lá àqueles Índices da CEE do três vírgula dois por cento ou seis por cento e diz assim: então que é que fazemos? – Privatizamos as Águas de Portugal dos municípios. Assim como vão privatizar os lixos – a empresa intermunicipal de lixos e resíduos sólidos; quando isso der lucro passa tudo a ser privatizado. Portanto, nessa altura, é que vamos apertar o cinto – já antes vamos apertar, para pôr aquilo ... - mas, nessa altura, vamos saber e gemer a água que consumimos, inclusivamente a de beber. Portanto, isto de estudos, há estudos tão grosseiros e situações tão grosseiras que, estar a gastar dinheiro e dizer

assim «ó pá, tanto me faz que se gastem duzentos mil contos num projecto» – não, não, só que é preciso tê-los; só que é preciso estar aqui dentro da Câmara para saber as dificuldades económicas, isso é que é preciso! Não é botar boca, dizer assim: «você até vão votar de qualquer maneira, e essa coisa toda» – aqui ninguém vota de qualquer maneira! Nesta Assembleia somos todos iguais! Somos não, sois. Assim como na Câmara; na Câmara somos todos iguais – não há um momento único em que eu faltasse à consideração para qualquer dos vereadores (eles estão aí todos). Bom, subsidiar pelo valor baixo? Está certo que quem manda são as Águas de Portugal! Mas qual subsidiar por um valor baixo? As vacas, subsidiar o consumo da água ...? Não senhor, quando aquilo for da empresa, quem manda na água ... e estar a fazer projectos anteriores (sim senhor, sim senhor, afirmaste aqui «é preciso negociar um subsídio por valor baixo» - a Câmara, mas a Câmara não negoceia. À Câmara dizem-lhe assim: «meu amigo, adere às Águas de Portugal nestas condições» e está negociado (está, está!). O aproveitamento das águas pluviais – absolutamente! Nós aqui, na vila, ainda nem sequer tinha pensado nessa situação; nas aldeias (?) natural, está lá, construção e subsídio das charcas, essas coisas todas, e tudo, porque eu julgo que o problema da seca está precisamente aí, está precisamente em pôr tampões nas águas que correm para o mar – é na barragem do Sabor, é nas charcas, é na feitura, talvez, numa barragem dos Augachais, essa coisa toda. E, enquanto for assim, não vale a pena estar a pôr garrafas de plástico dentro dos autoclismos para poupar água, não, ainda temos mais, pelo menos, um século, ou cinquenta anos, ou qualquer coisa, para pode gastar água à vontade sem estar ... e habituar a população a mentalizar-se na poupança dessas energias nossas. Não há só as Águas de Trás-os-Montes para aderir! As Águas de Trás-os-Montes são uma sociedade como outra qualquer – há várias – e a gente pode negociar com várias – se formos a Carrazeda de Ansiães não são as Águas de Trás-os-Montes, são outras; mas também, se for na zona de Freixo de Espada-à-Cinta, não fizeram lá nunca nada! Se formos à Régua, não fizeram lá nunca nada e a água já subiu. O Tibério disse (estas coisas estavam praticamente na sua intervenção, desculpe, não tomei aqui nota porque iam coincidindo com as outras). -----

----- Quanto à intervenção do doutor Francisco, do Vereador doutor Francisco, eu quero só dizer-lhe muito obrigado, não por votar – isso vota como quer, sempre como quer, essa coisa toda (às vezes até podia ouvir melhor – mas não ouve – enfim – mas está bem, vota como quer) – mas sim pela verticalidade, pela isenção, pela coragem e pela honestidade que teve em vir aqui”. -----

----- Seguiu-se nova aclamação. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou que a Mesa encerrava aquele ponto, tendo entretanto o Deputado Ilídio Martins feito sinal de que pretendia intervir, pelo que lhe foi dada a palavra. -----

► **ILÍDIO MARTINS** já no uso da palavra disse: “Senhor presidente, eu teria outras coisas a dizer, porque não ouvi respondidas por parte do senhor Presidente da Câmara uma pergunta ou duas que fiz sobre o agendamento da Assembleia mas isso é outra coisa. O senhor Presidente também retomou um bocado a acusação que foi feita pelo senhor Deputado António Martins sobre seguidismo. Em primeiro lugar, queria transmitir-lhe o seguinte: a consideração que fiz foi genérica, porque entendo que há seguidismo naquela bancada, nesta bancada. E estou em crer que, se mais bancadas houvessem, o mesmo seguidismo se manteria. Como não concordo consigo quanto a seguidismo, e lamentando ter de evocar um caso pessoal – não digo mais nada – mas peço o favor ao senhor, a quem quiser, de terem a maçada de lerem os penúltimos parágrafos da página cento e setenta e três e cento e oitenta e seis da acta da última assembleia”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida que se iria proceder à votação do documento em apreço. -----

----- Apurados os resultados da votação, ficou este documento a aprovado por maioria com quatro (4) votos contra e catorze (14) abstenções. -----

----- Passou-se de seguida ao último ponto da Ordem do Dia: -----

----- **2.9 Outros Assuntos** -----

----- **Análise e deliberação sobre “APLICAÇÃO DO RGEU NO CONCELHO DE MOGADOURO. INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE”:** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou que, a pedido da Câmara Municipal, tinha sido fornecida no dia anterior uma Certidão sobre a aplicação do RGEU no concelho de Mogadouro que apenas fez questão de apresentar hoje a todos. Sabendo das dificuldades que porventura a Mesa pudesse ter na introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos mas, como é uma questão de grande interesse para o município por causa dos obstáculos que estão a ser postos na Conservatória de Registo Predial, à Câmara, para resolver o problema dos munícipes, punha à consideração da Assembleia se se iria debater este ponto ou se, antecipadamente, queriam ouvir a Câmara Municipal sobre este assunto. -----

----- Neste momento, o presidente do Grupo Parlamentar do PS apresentou um ponto de Ordem à Mesa, e disse: -----

► **ANÍBAL MORENO** disse então: “Eu acho que há urgência – e este é dos tais casos que não precisa muita discussão. Isto é uma questão que não precisa muita discussão, ou uma questão de datas – ou se aprova a partir de sessenta e não-sei-quantos (sessenta e nove, ou sessenta e oito) ou a partir de mil novecentos e oitenta. Isto vem facilitar a vida aos munícipes, não vai complicar, antes pelo contrário, é para facilitar e não vemos nenhum

inconveniente que seja integrado na Ordem de Trabalhos este ponto que não estava agendado inicialmente. Portanto, da nossa parte, concordamos que seja agendado. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara para que apresentasse este ponto. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Eu até tenho receio de dizer que isto foi aprovado por unanimidade na Câmara, porque é a questão de termos já uma quantidade de votos contra. Eu abstenho-me de dizer que foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. Vamos lá ver: «Aplicação do RGEU no concelho de Mogadouro». Ora bem, o que aqui se passa tem a ver com a entrada em vigor do Regulamento Geral das Edificações Urbanas no concelho de Mogadouro. A lei trinta e oito mil trezentos e oitenta e dois de sete de Agosto de mil novecentos e cinquenta e um está aplicada e diz que os Regulamentos Gerais de Edificações Urbanas, salvo outra data, entraram em vigor naquele ano. O que é que se passa em relação a isto? É que as casas que foram construídas antes de mil novecentos e cinquenta e um, em que levem uma declaração da Câmara Municipal a dizer que foram construídas antes de cinquenta e um são imediatamente registadas, não tendo que fazer projecto para ser licenciado e, mais do que isso, que é o grande constrangimento das pessoas, é que, grande parte delas, o terreno não está registado no nome do próprio. E, não fazendo a prova da posse do terreno, mesmo apresentando um projecto de arquitectura passível de ser licenciado, não pode, porque falta-lhe este elemento essencial que é a prova da posse do terreno. (*mudança de faixa da fita magnética*) A técnica de urbanismo diz que a partir de mil novecentos e sessenta e nove passou a ser, há registos de licenciamento de obras na Câmara, mas a Câmara Municipal entendeu que só a partir de mil novecentos e oitenta é que a Câmara dispôs de um corpo técnico com vista à informação urbanística. E, aquilo que a Câmara Municipal aprovou foi que se considere a entrada em vigor do RGEU no concelho de Mogadouro no ano de mil novecentos e oitenta para que todas as casas que não estejam registadas antes de mil novecentos e oitenta, e construídas antes de mil novecentos e oitenta, possam ser, de imediato, registadas e ter o problema resolvido para os municípios. É só isto que nós aqui propomos, e que gostaríamos de ver aprovado – já não digo que votámos por unanimidade”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou logo a seguir da palavra, dizendo o seguinte: “Senhor Presidente, sobre este assunto, a bancada do Partido Socialista não aceita atestados de menoridade que o senhor Vereador João Henriques tenta passar nesta Assembleia. Portanto, nós, quando temos que votar contra votamos contra, quando temos que aprovar aprovamos e não aceitamos, portanto, atestados de menoridade que neste momento tentou passar à bancada do Partido Socialista. -----

----- Sobre outra situação que agora ficou esclarecida, que o que se pretende aqui é dispensar (eu, pelo menos entendo que é assim), é dispensar que os projectos aprovados, aliás, a legalização dessas casas se dispensa de ter projecto aprovado. É isso? Portanto, não está em causa a questão da propriedade do terreno?! Atenção, porque há casos concretos, depois de mil novecentos e oitenta, ou de mil novecentos e noventa, se quisermos, que estão com projectos aprovados e que o terreno não estava na Conservatória em nome do proprietário. Esclareça-se esta situação porque, então, de facto, não vamos resolver muitos casos porque, de oitenta para noventa, ou para noventa e cinco, ainda há casos e, concerteza, o doutor João Henriques na altura que era Vereador e tinha o pelouro das Obras Particulares, concerteza que aprovou vários projectos de obras particulares sem que o terreno estivesse registado na Conservatória em nome do requerente, em nome do construtor – isso há várias situações. Portanto, convém esclarecer, de facto, se apanha aqueles que têm projecto já aprovado na Câmara Municipal – esses, penso eu, que estará o problema resolvido – agora, será para aqueles que não têm projecto, que nunca tiveram”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** atalhou esta comunicação para dizer que também tinha sido aquele o seu entendimento e por isso é que a Câmara vinha agora pedir esta autorização para poder resolver o problema dessas pessoas que poderão eventualmente vender prédios e não o podem fazer porque a Notária precisa de actuação da Câmara. -----

► **ANÍBAL MORENO** interrompendo o Presidente da Mesa, continuou: “Desculpe, senhor Presidente: só que o que foi afirmado, que só era resolvido o problema para quem não tinha projecto – não tenha registado a casa, pronto! Assim está bem! “-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** verificando não haver mais interessados em fazer uso da palavra, pôs este ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com um voto (1) contra e nenhuma abstenção. -----

----- De seguida, declarou abertas as inscrições para uso da palavra sobre “*Outros Assuntos*”. -----

► **MANUEL ANTÓNIO PRETO**, Presidente da Junta de Freguesia de Tó, disse: “Eu só vinha aqui alertar: entrámos no Verão – começam as moscas – eu acho que era altura de dar uma desinfeção aqui por as aldeias do concelho - antes que crescesse a bicharada podíamos combater isso. Em segundo: a limpeza de bermas nas estradas também podiam combater um bocado os incêndios. Portanto, acho que era tudo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse a seguir: “Eu queria pedir um bocadinho a vossa paciência para só mais uns minutinhos porque, assim com estas interrupções sucessivas, levantar e sair do lugar assim sem mais

nem menos, causa-nos alguns problemas.” -----

----- De seguida, deu a palavra ao orador seguinte: -----

► **ALBINO RODRIGUES** já no uso da palavra disse: “Refiro-me primeiro ali ao Deputado Martins, dizendo-lhe que o país que ele imagina é um país modelo: não era preciso Guarda; não era preciso ... – nós fiscalizávamos. Não é possível! -----

----- Depois, dirijo-me ali ao senhor Presidente, exigindo-lhe resposta àquilo que eu lhe perguntei em relação aos saneamentos do Canto – é que não tenho resposta, e é uma zona histórica. Os munícipes daquelas – no mínimo – dez famílias pagam (é grave!) pagam acoplado, há não sei quantos anos, senhor Presidente, saneamento. Portanto, a Câmara deveria pagar, dar o dinheiro a esses senhores porque isto é fraude, é lógico. Se eles estão a pagar uma coisa que não usufruem, é evidente que não está correcto. Outra situação: (e, já agora, em relação à água – muito rapidamente) eu estou a construir uma casa; rebentou o contador no Inverno; alertei a Câmara – os serviços das águas; cortaram a água antes do contador. Estão à espera de quê? Que eu faça aquilo? Não faço. Alertei que eu vou começar em obras e, depois, não me venha o senhor Branco dizer que eu que não pago a água da minha construção, porque eu já alertei a Câmara. Eu avisei a Câmara – eu estou a entrar em obras e é evidente – não sou fiscal, nem pretendo – mas há coisas que estão mal. -----

----- Falou ali o senhor Deputado Martins que todos nós tínhamos obrigação de cumprir com as nossas obrigações: eu quero cumprir com as minhas! Eu não quero gastar água de *borla*! Há, pelos vistos, gente, da Câmara, se calhar, ou munícipes (desculpem lá da Câmara, desculpem) munícipes que, se calhar, pagam, gastam água de borla. Eu não quero gastar de borla; eu quero-a pagar! -----

----- Outra situação que eu também não fiquei esclarecido foi em relação às bombas de combustível: a mesma situação – nomes diferentes – uma reprova-se; outra aprova-se! Gostaria que me respondessem a estas situações.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou de seguida que tinha na Mesa um pedido do senhor Deputado Aníbal Moreno do seguinte teor: para que se solicitasse à Câmara Municipal que informasse esta Assembleia sobre actos administrativos sobre o licenciamento das Bombas de Gasolina. Comunicou que iria entregar este pedido à Câmara Municipal para que, oportunamente, fosse dada uma resposta eficaz e esclarecedora. Se, porventura, se o senhor Presidente tivesse elementos que lhe permitissem, pelo menos saciar a ansiedade daquele Deputado, ele próprio também não via inconveniente, disse. -----

► **ANÍBAL MORENO** sobre aquele aspecto disse: “Eu pedi para que fosse informado à posteriori, não quer dizer que seja nesta assembleia.” ---

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** disse que apenas pretendia perguntar ao senhor Deputado Albino se, de facto, aquilo que o Deputado dizia ter feito – ter alertado a Câmara – e que ele próprio já tinha feito muitas vezes, inclusivamente, na Zona Industrial, no Inverno, que rebentam muitas vezes os contadores, as condutas (está constantemente a alertar para a Câmara para ir resolver os problemas – inclusive, tem tentado algumas vezes resolvê-los ele próprio, quando consegue) – se, de facto, essas chamadas de atenções, ou então tomar a consciência de cada um que está a roubar água, ou que está a consumir água que não é paga, se para ele, aquelas tomadas de posições fazem parte de um país imaginário, disse. -----

► **JOSÉ BRANCO**, Presidente da junta de Freguesia de Valverde, também usou da palavra para dizer: “Eu fui chamado aqui, a dizer que o Deputado Albino que gastava a água, ou se não gasta, e eu fui o responsável – não sei (nem sei onde é que está a construir, eu não sou fiscal da Câmara!) Não, disseste aqui, desculpa lá! Se estás a dizer que eu disse ali atrás que alguém gastava água sem consumir, tu vieste aqui assumir uma responsabilidade! Se estás a gastar água sem passar no contador a culpa não é minha! Eu não sou fiscal!...Tenho dito.” -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** também usou da palavra e disse: “Vou tentar ser breve – parece que toda a gente está com pressa. Só queria colocar aqui uma questão era como está a ser preparada, por parte do município, o arranque do próximo ano lectivo: como vão ser transportados os meninos; onde lhe vão ser fornecidas as refeições – porque eu sei que têm que almoçar, é evidente (não passa pela cabeça de ninguém que as crianças não vão almoçar); lembrar que faltam apenas dois meses e meio par as aulas começarem – não é assim tanto tempo; se o município vai adquirir ou não transportes (como foi prometido em campanha eleitoral); se vai haver um transporte para os meninos até doze anos e outro para os restantes, porque estes pontos são da responsabilidade do município – assim o assumiu (não vamos fazer as coisas sem a devida preponderância e depois, se as coisas correrem mal, o santinho que lhes valha). Quero também aqui dizer ao senhor Presidente da Junta de Tó que reforço aqui a minha elevada estima pela sua pessoa; tive oportunidade de lhe agradecer em particular e agora faço-o publicamente, que durante os dois anos lectivos que exerci funções na sua aldeia manifestou sempre disponibilidade total para qualquer assunto relacionado com o interesse das crianças – o meu muito obrigado. Agora, ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia: eu sei que tem todo o direito de intervir – e eu também não disse que não podia intervir; pode e deve! Pena foi que não tivesse tido mais intervenções no processo da educação. E, pode crer, senhor Presidente, que não me ofendeu. Concorro plenamente quando disse: «para ser professor é preciso sabê-lo ser» e, acredite que, em nenhum momento, eu me esqueço disso. Sei perfeitamente que, para se ser bom professor, é imprescindível estar em permanente

formação e saber conjugar a componente científica, didáctica e pedagógica e também a humana, e sei que nenhuma delas é menos importante que a outra. E digo, senhor Presidente da Assembleia, com a devida modéstia, que não estou assim tão descontente como isso.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondendo a esta Deputada, disse: “Há uma coisa que eu lhe quero dizer assim frontalmente, olhos nos olhos: em todos os cargos que eu, pelo menos, já tive, nunca, mas nunca, me deixei substituir por ninguém, muito menos por si. Eu posso repetir: em todos os cargos que eu já desempenhei, ao longo de trinta e seis anos de serviço que levo, a esta parte, nunca ninguém foi capaz de substituir os actos que eu pratico, muito menos por si. É isso que eu tenho a dizer. Pronto. E não entramos em diálogo – não vale a pena.” -----

----- De seguida, chamou a intervir o Deputado Municipal Aníbal Moreno, comunicando o seguinte: “O senhor Moreno pede-me para fazer uma última intervenção – espero bem que seja – e, pelo menos – eu agora vou-lhe fazer uma proposta: que é, para a próxima vez, em vez de ficar aqui na frente, vai ficar lá atrás que é para saber quem é que quem desestabiliza os trabalhos da Assembleia.” -----

► **ANÍBAL MORENO** já no uso da palavra, disse: “Só pedi a palavra neste momento porque, depois da intervenção do Presidente da Junta de Valverde me assopraram aqui ao ouvido que se tinha referido a mim, que eu tinha gasto água sem pagar, na obra da minha casa.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para pedir que não entrassem em quezílias pois que isso ficava muito mal, sendo aquele Deputado um homem com experiência nestas lides acreditava que alguém dissesse uma coisa daquelas? Isso era imaturidade política o que aquele Deputado não tinha. -----

► **ANÍBAL MORENO** ia dizendo que aquilo era uma autêntica barbaridade. -----

----- *(Nesta altura já se tinha instalado o diálogo entre os Deputados Municipais, pelo que não é possível transcrever com fidelidade o que se passou nestes momentos).* -

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu que estavam a transformar a Assembleia numa cowboyada, o que ele não queria. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** interveio a seguir e disse: “Permitam-me pôr água na fervura e, em relação àquilo que eu ouvi, em relação ao Zé Branco, em relação à intervenção do Moreno, ele falou mas não em relação à casa particular; ele falou, referiu-se quando o Moreno estava, de facto, aqui dentro, que não tinha feito aquilo que neste momento estava a ser proposto, mas não se referiu á casa particular; pelo menos eu não me apercebi.” -----

----- *(De novo se estabeleceu um aceso diálogo que não é possível transcrever).* ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que aquilo só provava o que ele pensava. E continuou: “Senhor Presidente da Junta; senhor Deputado

Zé Branco (eu tenho que os mandar sair da sala, tenham paciência!). Ó senhor Presidente da Junta, tenha paciência, quem está a dirigir os trabalhos sou eu e não o senhor. Exijo respeito para com a Mesa; exijo e peço aos dois, não só a um: tenham paciência; ou têm comportamentos como Deputados Municipais eleitos ou tenho que os mandar pôr na rua. Então, resolvam o problema lá fora. Tenham paciência de eu ser assim tão rígido mas tem que ser. Eu acho que isto é uma forma deselegante de tentar resolver os problemas. Nós, somos permissivos aos equívocos – houve um equívoco – já está sanado (penso que fique sanado) – vocês são pessoas adultas, e funcionem como tal, é o favor que eu lhes peço”.

----- De seguida, passou à apresentação do último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- Entretanto, a Deputada Antónia Cardoso pediu para intervir só para dizer que não tinha percebido aquilo das substituições não sabendo onde queria chegar nunca pretendendo substituí-lo(?) -----

----- O Presidente da Assembleia não permitiu que esta Deputada fizesse a sua intervenção uma vez que já tinha encerrado o ponto de discussão de *Outros Assuntos* e anunciado o *Período de Intervenção do Público*. E prosseguiu com os trabalhos dizendo que, se tivesse alguma coisa para dizer em particular, que se dirigisse à pessoa. -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, como não houvesse público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

----- Depois de lida a Acta, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente. -----

----- Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Elisa Pereira Contente Castro Felgueiras, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

O Presidente da Assembleia Municipal

(1)

(1) Esta Acta é constituída por 39.680 palavras, distribuídas por 82 páginas e 3.474 linhas

